



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UESB)
Mestrado em Geografia**

JOANNA DE ANGELIS ANDRADE SANTOS

**CRÍTICA À CIDADE DOS HOMENS: UM ESTUDO ANTIPATRIARCAL DA TEORIA
DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE**

PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS

Vitória da Conquista/ BA
2026

JOANNA DE ANGELIS ANDRADE SANTOS

**CRÍTICA À CIDADE DOS HOMENS: UM ESTUDO ANTIPATRIARCAL DA TEORIA
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Orientador: Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes.

Vitória da Conquista/BA
2026



Este documento está sob licença CCBY da Creative Commons

S235c

Santos, Joanna de Angelis Andrade.

Crítica à cidade dos homens: um estudo antipatriarcal da Teoria a Produção do Espaço de Henri Lefebvre / Joanna de Angelis Andrade Santos, 2026.

143 f. ; il.

Orientador (a): Dr. Sócrates Oliveira Menezes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Vitória da Conquista, 2026.

Inclui referências F. 138 - 143

1. Geografia humana. 2. Produção do espaço. 3. Sociologia urbana.
4. Lefebvre, Henri, 1901-1991. I. Menezes, Sócrates Oliveira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. T.

CDD 304.2

Catálogo na fonte: **Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134**
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo
Telefone: (77) 3424-8741 – E-mail: ppgeo@uesb.edu.br



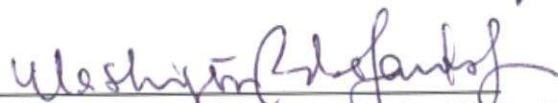
ATA DE BANCA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM GEOGRAFIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 14hs30min, no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação da defesa de dissertação intitulada **“CRÍTICA À CIDADE DOS HOMENS: UM ESTUDO ANTIPATRIARCAL DA TEORIA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE”**, apresentada pela mestranda **Joanna De Angelis Andrade Santos**, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. A Banca Examinadora foi presidida pelo orientador, Professor Doutor **Sócrates Oliveira Menezes (UESB)**, e contou com a participação do Professor Doutor **Washington Ramos dos Santos Junior (UESB)**, e do Professor Doutor **Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP)**, na qualidade de examinadores. A sessão teve a duração de duas horas e trinta minutos. A Banca Examinadora, considerando a qualidade acadêmica do texto, o aprofundamento das discussões pela complexidade temática, o desenvolvimento das argumentações e a importante contribuição teórica, emitiu o seguinte parecer:

O texto de dissertação citado recebeu conceito final: (X) APROVADO
() REPROVADO

Banca Examinadora


Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes (PPGeo/UESB)
(Orientador)

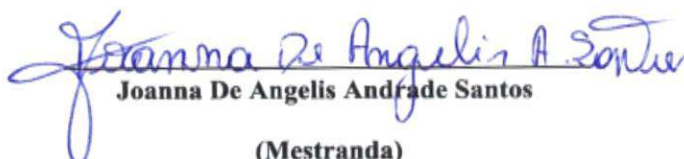

Prof. Dr. Washington Ramos dos Santos Junior (PPGeo/UESB)
(Examinador Interno)

Documento assinado digitalmente



PAULO ROBERTO TEIXEIRA DE GODOY
Data: 25/04/2026 09:50:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP)
(Examinador Externo)


Joanna De Angelis Andrade Santos
(Mestranda)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

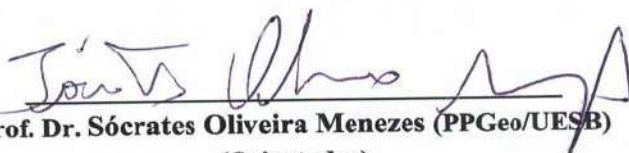
“CRÍTICA À CIDADE DOS HOMENS: UM ESTUDO ANTIPATRIARCAL DA TEORIA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEBEVRE”

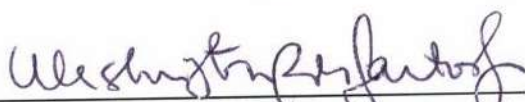
JOANNA DE ANGELIS ANDRADE SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 24 de abril de 2026

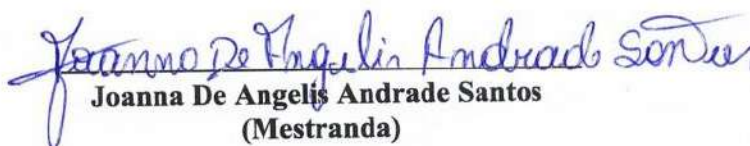
Banca Examinadora


Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes (PPGeo/UESB)
(Orientador)


Prof. Dr. Washington Ramos dos Santos Junior (PPGeo/UESB)
(Examinador Interno)

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO ROBERTO TEIXEIRA DE GODOY
Data: 25/04/2026 09:48:05-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP-Rio Claro)
(Examinador Externo)


Joanna De Angelis Andrade Santos
(Mestranda)

Dedico esta dissertação a todas aquelas que vieram antes de mim e permitiram que eu pudesse estar aqui: às mulheres que abriram caminhos na produção do conhecimento, às que sustentaram o trabalho cotidiano invisibilizado da reprodução da vida, resistiram e, por isso, tornaram possível a existência do presente estudo.

AGRADECIMENTOS

A crítica à cidade dos homens me escolheu na materialidade do meu cotidiano: como mulher negra, filha de mãe solo, cuja existência foi experienciada na relação centro–periferia da cidade. Apesar de o processo de escrita ser extremamente solitário, a existência do presente texto dependeu dos esforços de muitos. Assim, comecemos os agradecimentos.

Primeiramente, às mulheres.

Às minhas ancestrais, cujos corpos foram explorados e vendidos como mercadoria. Sua luta e resistência permitiram a existência da presente dissertação de mestrado.

Primeiramente, às mulheres.

À minha mãe, Fabiana, mulher que sempre tratou minha educação como prioridade. Gostaria de expressar minha profunda gratidão por todos os desafios enfrentados para garantir que eu recebesse a melhor educação possível.

Primeiramente, às mulheres.

Àquelas que me impossibilitam de chamar “mainha” de mãe solo: minha avó, Maria Alves, que guarda em uma só pessoa toda a generosidade do mundo inteiro, e minha tia Cristina, a quem devo as maiores e melhores experiências da minha vida.

Primeiramente, às mulheres.

À minha irmã, Ana Júlia, pela parceria de toda uma vida e por todo o esforço para me apoiar em meus objetivos.

Primeiramente, às mulheres.

Às minhas eternas professoras: Tia Adelaide, Sandra Marjori, Aleselma Pereira, Suzane Tosta, Miriam Cléia Coelho e Fernanda Alcântara. Vocês foram mais do que instrutoras: foram guias, inspirações e fontes inestimáveis de conhecimento.

Primeiramente, às mulheres.

À minha dupla, Horrana Quetile, por todo o apoio nos momentos mais difíceis e pela parceria nos momentos mais incríveis.

Agradeço também a toda a minha família, em especial ao meu irmão, Alan Caio, às minhas tias e aos meus tios e primos, Joelma e Everson, pela rede de apoio formada ao longo de minha trajetória educacional.

A todos os meus colegas da turma de 2024 do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), pela parceria, em especial ao meu amigo Lauro do Carmo.

Aos colegas e parceiros dos grupos de estudo e pesquisa Crise Crítica e TTrame.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelas bolsas concedidas e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pelo financiamento desta pesquisa, que possibilitaram a dedicação ao mestrado e asseguraram minha permanência no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UESB).

Aos docentes Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy e Prof. Dr. Washington Ramos, pelo tempo dedicado à leitura dos materiais e por todas as contribuições para este trabalho na banca examinadora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes, pelas interlocuções que propiciaram esta dissertação desde a graduação. Agradeço pela generosidade intelectual, pela confiança em meu trabalho e pelo rigor crítico que tanto contribuíram.

Agradeço ao meu companheiro de luta e de vida, Davi dos Santos Oliveira, por caminhar ao meu lado com generosidade e paciência ao longo desta jornada. Seu apoio constante, nos momentos mais difíceis e também nos mais felizes, tornou esta caminhada mais leve e possível.

Por fim, reafirmo meu agradecimento a todas as mulheres que produzem e reproduzem suas vidas e a de seus filhos na cidade dos homens. Sua luta e resistência permitiram a existência da presente dissertação.

“Na verdade, a história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado sincronicidade [...], o que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (SAFFIOTI, 2015, p.45).

RESUMO

Esta dissertação analisa a produção do espaço desenvolvida por Lefebvre a partir da relação estrutural entre patriarcado e capitalismo na cidade moderna. Parte-se da hipótese de que o patriarcado, longe de constituir apenas um resquício histórico ou um fenômeno cultural restrito às relações entre homens e mulheres, configura-se na modernidade capitalista como uma forma social abstrata e concreta, funcional à reprodução ampliada do capital e inscrita na produção do espaço. Busca-se compreender de que maneira o patriarcado participa da produção da chamada “cidade dos homens”, isto é, de uma forma urbana marcada pela centralidade masculina na organização do espaço, da vida cotidiana e das relações sociais. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico e dialético e realiza uma análise teórico-conceitual da obra de Henri Lefebvre, especialmente de sua Teoria da Produção do Espaço e da crítica da vida cotidiana, articula-se à discussão sobre patriarcado, reprodução social e condição socioespacial das mulheres. A investigação examina, inicialmente, a forma moderna do patriarcado como abstração concreta e demonstra que sua universalização acompanha o desenvolvimento da modernidade capitalista que está na produção da cidade moderna. Em seguida, analisa-se a presença da questão da mulher na obra de Lefebvre, bem como as críticas feministas dirigidas ao autor. Evidenciam-se tanto os limites quanto às potencialidades de sua teoria para a compreensão das relações patriarcais na produção do espaço. Por fim, o trabalho argumenta que o patriarcado se expressa espacialmente na cidade por meio da organização da vida cotidiana, da separação entre público e privado, da monumentalidade arquitetônica e da codificação masculina do espaço. Conclui-se que a produção do espaço na cidade moderna não pode ser compreendida sem a consideração do patriarcado como forma social constitutiva, sendo a “cidade dos homens” uma expressão histórica dessa articulação entre produção do espaço, reprodução social e dominação patriarcal.

Palavras-chave: Produção do Espaço; patriarcado; Cidade; Henri Lefebvre.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the production of space developed by Lefebvre from the structural relationship between patriarchy and capitalism in the modern city. It starts from the hypothesis that patriarchy, far from being merely a historical vestige or a cultural phenomenon restricted to the relations between men and women, is configured in capitalist modernity as an abstract and concrete social form, functional to the expanded reproduction of capital and inscribed in the production of space. It seeks to understand how patriarchy participates in the production of the so-called "city of men," that is, an urban form marked by male centrality in the organization of space, daily life, and social relations. Methodologically, the research is based on historical and dialectical materialism and carries out a theoretical-conceptual analysis of the work of Henri Lefebvre, especially his theory of the production of space and the critique of everyday life, articulating it with the discussion on patriarchy, social reproduction, and the socio-spatial condition of women. This investigation initially examines the modern form of patriarchy as a concrete abstraction, demonstrating that its universalization accompanies the development of capitalist modernity, which is present in the production of the modern city. Next, it analyzes the presence of the women's question in Lefebvre's work, as well as the feminist critiques directed at the author, highlighting both the limitations and potential of his theory for understanding patriarchal relations in the production of space. Finally, the work argues that patriarchy is expressed spatially in the city through the organization of daily life, the separation between public and private, architectural monumentality, and the masculine codification of space. It concludes that the production of space in the modern city cannot be understood without considering patriarchy as a constitutive social form, with the "city of men" being a historical expression of this articulation between the production of space, social reproduction, and patriarchal domination.

Keywords: Production of Space; Patriarchy; City; Henri Lefebvre.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Torre Glòries (Torre Agbar), Barcelona, 2015.

Figura 2 – Burj Khalifa visto de baixo, Dubai, 2025.

Figura 3 – Avenida Paulista, São Paulo, 2024.

Gráfico 1 – Femicídios cometidos por parceiros íntimos ou familiares no mundo (2024).

LISTAS DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Dados Nacionais de Segurança Pública -2025

Tabela 2 – Número de homicídios registrados de mulheres no Brasil e Unidades da Federação (2013, 2018 e 2023).

Quadro 1 – Tríade do espaço social em Henri Lefebvre: percebido, concebido e vivido

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU Organização das Nações Unidas

UNODC United Nations Office on Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)

TRS Teoria da Reprodução Social

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CF/88 Constituição Federal de 1988

SP São Paulo

LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais

MJSP Ministério da Justiça e Segurança Pública

SENASP Secretaria Nacional de Segurança Pública

MLF Movimento de Libertação das Mulheres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A PRODUÇÃO DA MULHER NA CIDADE MODERNA	23
2.1 A forma capitalista do patriarcado na cidade pertence apenas aos tempos modernos (Cidade moderna, mulher moderna, modernidade)	25
2.2 A forma moderna do patriarcado: uma aproximação com a categoria Lefebvrina “Abstração Concreta”	33
2.3 Abstração concreta do patriarcado na cidade dos homens	37
3 A CONDIÇÃO SOCIOESPACIAL DA MULHER NA TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	46
3.1 A questão da mulher em Lefebvre	48
3.1.1 A obra de Lefebvre sob críticas: o que dizem as críticas feministas a respeito da análise lefebvrina	64
3.2 A vida cotidiana no mundo moderno e a questão da reprodução	74
3.3 Gênero, corpo, espaço	86
4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DOS HOMENS É PATRIARCAL	98
4.1 Espaço social das mulheres	99
4.2 Direito à cidade dos homens	110
4.3 A arquitetura espacial na cidade dos homens	119
4.3.1 Verticalidade Fálica	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

Não se trata, nesta pesquisa, de apresentar a realidade das mais de 4 bilhões¹ de mulheres no mundo, tampouco se pretende elaborar um inventário exaustivo das múltiplas formas de existência que compõem a realidade dessa metade da humanidade. O ponto de partida dessa investigação é a condição das mulheres em uma realidade estruturalmente desigual. É precisamente a inscrição concreta de suas vidas nas tramas contraditórias da sociabilidade capitalista que constitui o estopim da presente pesquisa.

Uma em cada três mulheres sofreu violência física e/ou sexual pelo menos uma vez na vida². Essa informação explicita o peso da violência de gênero e sua funcionalidade na manutenção das hierarquias sociais que se aprofundam à medida que se articulam as determinações de classe e raça que moldam a desigualdade de exposição à violência e à precarização da vida. “A pobreza no Brasil é feminina e negra” (Petrone, 2019, p.13), essa é a base material sobre a qual se estruturam a exploração, a opressão e a violência dirigidas às mulheres no capitalismo.

Mais do que resistir às formas historicamente consolidadas de exploração e opressão, pretende-se afirmar a necessidade de transformação radical dessa realidade, por meio de uma luta que redefina quem é socialmente reconhecido como trabalhador. Trata-se de compor o campo das lutas que estão para além dos espaços tradicionalmente legitimados da produção. A luta das mulheres não se constitui como uma luta identitária, mas como uma luta de classe. Trata-se da disputa pela emancipação das mulheres da classe trabalhadora, cujas vidas são constituídas por múltiplas determinações da exploração: mulheres racializadas, mulheres feministas, mulheres migrantes, mulheres trans, mulheres com deficiência, mulheres indígenas, mulheres negras encarceradas, mulheres LGBTQIAPN+, mulheres do campo, mulheres das águas, mulheres das florestas — são estas, junto a tantas outras mulheres esquecidas aqui e na vida, que materializam o caráter coletivo intencionado nesta pesquisa.

¹ UNITED NATIONS. World Population Prospects 2024: online edition. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Standard Projections – Most used. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/downloads?folder=Standard%20Projections&group=Most%20used>. Acesso em: 11 fev. 2026.

² UN WOMEN. Global Database on Violence against Women and Girls. Disponível em: <https://data.unwomen.org/global-database-on-violence-against-women>. Acesso em: 11 fev. 2026.

Parte-se da compreensão de que mulher é uma posição social historicamente produzida no interior das relações sociais de produção e reprodução do capitalismo, atravessadas pelo patriarcado. A forma capitalista obviamente não inventou o patriarcado, mas estabeleceu novas formas, como sugere Saffioti (2013), “O capitalismo não criou a inferiorização social das mulheres, mas se aproveita do imenso contingente feminino acirrando a disputa e aprofundando a desigualdade entre os sexos” (p.19). Assim, longe de representar uma superação das formas anteriores de dominação masculina, o capitalismo as muda quantitativa e qualitativamente. Não se trata mais do arcaico, o capitalismo eleva ao máximo as possibilidades opressivas ligadas à propriedade privada histórica e especificamente burguesa (ou qualquer outro termo da moda “contemporânea”).

A crise estrutural do capital, conforme analisada por Paniago (2012), afeta as cidades e as mulheres, parece aprofundar processos de precarização da vida urbana que sobre elas recaem, de forma ampliada — os impactos do desemprego, da informalidade, da sobrecarga do trabalho reprodutivo e da mercantilização dos serviços essenciais à reprodução da vida. Trata-se de mudança na realidade da forma capitalista, e é irreformável, pois alcançou seus limites absolutos. Nesse horizonte, a cidade emerge não apenas como cenário, mas como mediação fundamental dessas contradições. O urbano se apresenta como forma histórica que articula materialidade concreta e produção de abstrações, prática cotidiana e representação.

Diante dessas considerações iniciais, a pesquisa esboçada no presente texto de dissertação tem como objetivo analisar o debate sobre a Teoria da Produção do Espaço e suas conexões com o patriarcado capitalista. Para isso, toma-se como caminho introdutório a análise de trabalhos de Henri Lefebvre, com especial atenção para a Teoria da Produção do Espaço. O presente texto pretende tensionar a leitura da produção do espaço a partir de críticas ao patriarcado.

Em parte, essa pesquisa é um desdobramento de limites encontrados durante a realização de trabalho monográfico intitulado: *A cidade dos homens: propriedade privada e patriarcado na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista – BA*, desenvolvido entre 2022 e 2023. Naquele momento, não se encontraram, explícita e objetivamente, referenciais que partissem da Teoria da Produção do Espaço para demonstrar a dimensão do patriarcado na constituição e no desenvolvimento da cidade especificamente capitalista. A partir desse problema prático de pesquisa, delineia-se a problemática central do trabalho, que tem como objetivo específico

analisar e sintetizar de que maneira a teoria lefebvriana da produção do espaço, entendida como práxis, enfrentou e continua a enfrentar a condição patriarcal que se manifesta de forma violenta e estrutural.

Apesar das recorrentes acusações de que a perspectiva de gênero perturba a análise marxista, a obra de Lefebvre oferece elementos que parecem apontar em direção distinta. Ao compreender o espaço como produto social e dimensão constitutiva da reprodução da vida cotidiana, abre-se a possibilidade de investigar como a organização espacial participa da distribuição desigual do trabalho e dos corpos. Assim, a incorporação da crítica ao patriarcado não se apresenta como deslocamento da crítica ao capital, mas como hipótese de aprofundamento de suas contradições no âmbito do espaço em produção.

Para elucidações conceituais e metodológicas, categorias como *Mulher, cidade dos homens, patriarcado, espaço e cotidiano* não são tratadas para abstrair cada determinação de forma isolada, tampouco para reiterar modelos previamente elaborados como esquemas prontos de interpretação. Essas categorias são mediações que só adquirem sentido no interior da totalidade concreta que as produz e articula. São determinações essenciais para apreender a realidade, não em sua aparência fragmentada, mas em sua dinâmica estrutural.

O conceito de patriarcado é aqui retomado por sua capacidade de evidenciar que a desigualdade de gênero não constitui ocorrência episódica, mas dimensão concreta da sociabilidade. No contexto capitalista, essa forma de dominação parece se articular à propriedade privada e à dinâmica da exploração. Dados recentes divulgados pelo próprio Ministério das Mulheres³ mostram que as mulheres representam 44% da força de trabalho no Brasil, são responsáveis por 51,7% das moradias e, ainda assim, recebem em média 20,9% menos que os homens. Longe de mera descrição estatística, tais números evidenciam a persistência de mecanismos de desvalorização e negação do trabalho necessário à reprodução da vida.

O patriarcado não paira abstratamente sobre a realidade social como uma estrutura exterior e autônoma. Ele se realiza concretamente no espaço vivido, percebido e concebido, inscrevendo-se nas práticas cotidianas, nas instituições e nas relações sociais que organizam a vida urbana. Sua materialidade se evidencia,

³ BRASIL. Ministério das Mulheres. Movimento pela Igualdade no Trabalho. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/movimento-pela-igualdade-no-trabalho>. Acesso em: 11 fev. 2026.

inclusive, na forma como as relações de produção capitalistas estruturam a posição social das mulheres. Como afirmam Karl Marx e Friedrich Engels no Manifesto do Partido Comunista, a indignação burguesa diante da suposta “comunidade das mulheres” atribuída aos comunistas revela a hipocrisia de uma sociedade em que o casamento burguês e a prostituição são possibilidades universalizadas.

Ao denunciar que a crítica comunista (Marx; Engels, 2015) não visa instaurar tal comunidade, mas suprimir as condições materiais que reduzem as mulheres a propriedade ou mercadoria, o texto explicita que a opressão de gênero não é mero desvio moral, mas determinação histórica vinculada às relações de produção vigentes. Parte-se, portanto, da hipótese de que o patriarcado capitalista se reproduz e se atualiza por meio da produção do espaço. É no interior das práticas espaciais, das representações do espaço e dos espaços de representação (Lefebvre, 1981) que se materializam e se naturalizam as hierarquias de gênero que sustentam a sociabilidade capitalista.

A Teoria da Produção do Espaço, formulada por Henri Lefebvre, oferece os fundamentos para essa análise. Estruturada na tríade *concebido*, *percebido* e *vivido*, tal teoria reconhece o espaço como condição, meio e produto histórico e político das práticas sociais. Ao romper com leituras naturalizadas do espaço, Lefebvre demonstra que o urbano e o cotidiano se tornam centrais para a reprodução do capital, funcionando como dispositivos que organizam comportamentos, regulam usos, naturalizam a propriedade e obscurecem conflitos.

Assim, a hipótese central desta pesquisa desdobra-se na questão de que a crítica à produção capitalista do espaço permanece incompleta se não incorporar a dimensão patriarcal como constitutiva, e não acessória, da reprodução social. A superação do patriarcado, nesse sentido, não pode ser pensada fora da transformação radical das relações de produção e das formas espaciais que as materializam.

O percurso bibliográfico do presente texto se ancora na obra de Henri Lefebvre e se aproxima dos debates desenvolvidos no âmbito da chamada Teoria da Reprodução Social (TRS) e do Feminismo da Reprodução Social. Dialoga-se especialmente com autoras como Cinzia Arruzza (2019), Silvia Federici (2019; 2021), Heleieth Saffioti (2004; 2013), Tithi Bhattacharya (2019) e Ruas (2021), cujas produções convergem na defesa de um enfrentamento simultaneamente anticapitalista e antifragmentário.

Essas perspectivas recusam a hierarquização entre exploração, opressão, alienação e expropriação, compreendendo-as como dimensões articuladas da estrutura exploratória e hierárquica do capital. Ainda que existam divergências internas entre tais autoras, há convergência quanto ao entendimento de que a emancipação das mulheres e, em última instância, da humanidade não pode ser pensada fora da superação da forma social capitalista e patriarcal.

O conceito de patriarcado mobilizado aqui possui historicidade determinada, trata-se do patriarcado moderno-capitalista. Embora anterior ao capitalismo, o patriarcado é por este continuado e qualitativamente reconfigurado como elemento estrutural de sua reprodução. Na perspectiva de Saffioti (2004), ele se expressa como dominação-exploração masculina que sobredetermina tanto a esfera produtiva quanto a reprodutiva, tornando-se funcional à acumulação e à manutenção da propriedade privada.

No que concerne à modernidade, a leitura fundamenta-se na tradição marxiana e lefebvriana. Como assinala Lefebvre (1969), o termo *moderno* em Karl Marx designa a ascensão da burguesia, a consolidação do capitalismo e suas formas políticas. A abstração do Estado e da vida privada constituem determinações próprias desse período histórico, o que demarca a especificidade do método marxiano e afasta leituras trans-históricas do patriarcado ou do espaço.

Em *A Produção do Espaço*, Lefebvre (1981) define a modernidade como o momento em que o capitalismo absorve o espaço inteiro para utilizá-lo, ao mesmo tempo em que as ciências e técnicas possibilitam sua produção planejada, ou seja, abstraem-no. O espaço deixa de ser mero suporte e passa a constituir condição, meio e produto da reprodução social. A produção do espaço, portanto, não é metáfora, mas categoria central para compreender a reprodução das relações sociais capitalistas.

A interlocução com Godoy (2004; 2008) reforça essa leitura ao indicar que a noção lefebvriana de produção articula-se com a categoria *trabalho* em Marx. O trabalho, entendido como atividade teleológica e como síntese entre natureza objetiva e subjetividade humana, constitui o fundamento da produção social e, conseqüentemente, da produção do espaço. O espaço é, assim, simultaneamente resultado e condição da reprodução das relações gerais de produção, incluindo as formas específicas de propriedade e de dominação de classe e gênero dialeticamente entrelaçadas.

No plano estético, a referência a Pablo Picasso, conforme analisado por Lefebvre (1981), permite visualizar a dialetização do espaço moderno. Ao romper com os referenciais clássicos como o espaço euclidiano, a perspectiva e a linha do horizonte, Picasso anuncia um espaço homogêneo e fragmentado, marcado pela supremacia do olhar. A centralidade do falo e a violência exercida sobre o corpo feminino em suas obras expressam, em termos estéticos, a lógica do espaço dominante moderno. Trata-se de uma visualização sensível das contradições do espaço, que simultaneamente revela e encobre suas tensões.

Por fim, a aproximação com Kosík (1969) contribui para fundamentar metodologicamente a crítica. Ao propor o desvelamento da pseudoconcreticidade, Kosík afirma que a explicação da realidade social é inseparável da práxis transformadora. A produção do espaço, enquanto dimensão concreta da reprodução social, só pode ser compreendida criticamente se articulada à possibilidade histórica de sua transformação.

Sistematizar a metodologia de uma pesquisa que se propõe teórica, e que não trabalhará essencialmente com dados quantitativos ou materiais cartográficos, é uma tarefa um tanto quanto desafiadora na ciência geográfica. No entanto, alguns pontos devem ser elucidados para reafirmar o compromisso com o critério e rigor científico. A questão metodológica central da pesquisa refere-se ao fato de que não se pretende apenas identificar ou não os momentos em que Lefebvre esbarra com a questão do patriarcado, mas resgatar a partir dele o método dialético no sentido de entender como o debate do problema patriarcal pode e deve estar envolvido na Teoria da Produção do Espaço desenvolvida desde então. Afinal, não estava entre os objetivos de Lefebvre elaborar um referencial teórico acabado ou perene, sobretudo direcionado à questão do patriarcado. O que se observa em sua obra é a construção de uma leitura de mundo orientada por um método capaz de abrir diferentes caminhos de análise. A partir desse horizonte, torna-se possível traçar um percurso que não se limite ao processo de fragmentação em moda, mas atuais perspectivas pós-modernas.

Ainda no caráter metodológico, Lefebvre é um filósofo cuja escrita se apresenta de forma bastante complexa, tanto pela densidade conceitual quanto pela amplitude de suas formulações teóricas. Suas interpretações não se restringem a um único campo, mas se expandem para diferentes áreas do conhecimento, o que confere à sua obra uma riqueza singular, mas também impõe dificuldades à pesquisa. Nesse sentido, a metodologia da investigação esbarra no desafio de lidar com uma produção

densa, que exige um esforço contínuo de interpretação, articulação entre conceitos e constante retorno às bases epistemológicas que sustentam seu pensamento. O método adotado, portanto, pressupõe um movimento constante entre conceitos, contextos históricos e mediações teóricas.

Como estratégia metodológica complementar, o trabalho concentra-se na análise da produção científica vinculada ao feminismo marxista e à Teoria da Reprodução Social, bem como na obra *A produção do espaço*, para fins de delimitação do objeto de pesquisa. Reconhece-se, entretanto, que o movimento de mulheres e o enfrentamento anticapitalista são múltiplos, heterogêneos e presentes em diversas esferas da vida social, nas cosmogonias, nas oralidades, nas favelas, nos sindicatos, nos partidos e nas comunidades eclesiais de base. Muitas dessas lutas emergem de problemas diretamente ligados à reprodução social, como a precariedade da vida, a luta por terra, moradia, água, trabalho, saúde, educação e transporte, bem como o enfrentamento da criminalização, da pobreza e do genocídio das populações negras e originárias. O recorte teórico adotado nesta pesquisa dialoga com essas problemáticas, ainda que não pretenda esgotá-las.

Nesse sentido, a obra lefebvriana constitui o primeiro percurso analítico não apenas por sua centralidade na Geografia brasileira, mas por se afastar de leituras marxistas de caráter estritamente estruturalista, funcionalista ou economicista. Sua contribuição reside justamente na possibilidade de analisar a produção capitalista para além da esfera produtiva imediata, e incorporar de forma central a reprodução social, o cotidiano e o espaço como dimensões fundamentais da sociabilidade moderna. É nessa abertura metodológica que esta pesquisa encontra condições para dialogar com uma perspectiva crítica e emancipatória.

A análise teórica que fundamenta esta dissertação se baseia principalmente na obra de Henri Lefebvre, a partir da leitura de textos considerados centrais para a compreensão de sua crítica à modernidade e à produção do espaço. Foram mobilizadas, em suas respectivas edições disponíveis em português, espanhol e francês, as obras *La production de l'espace* (Lefebvre, 1981), consultada em sua 2ª edição, publicada pela Éditions Anthropos; *A vida cotidiana no mundo moderno* (Lefebvre, 1991b); *Lógica formal, lógica dialética* (Lefebvre, 1991c); *Introdução à modernidade* (Lefebvre, 1969); *O direito à cidade* (Lefebvre, 2001a); *A cidade do capital* (Lefebvre, 2001b); e *A revolução urbana* (Lefebvre, 2002). Essas obras foram selecionadas por constituírem o núcleo do pensamento lefebvriano acerca da

dialética, da crítica à vida cotidiana e da produção social do espaço, categorias fundamentais para a análise proposta. Como suporte interpretativo e aprofundamento teórico, foram utilizadas leituras complementares que discutem a recepção e a interpretação da obra de Lefebvre, entre as quais se destacam Martins (1996), Godoy (2004; 2008), Alfredo (2006), Carlos (2012; 2018), Aladro (2021) e Beveder (2014).

A dissertação desenvolve seu argumento a partir de três objetivos específicos, inicialmente, discute-se a produção da mulher na cidade moderna, e para isso argumenta-se que o patriarcado assume, na modernidade capitalista, uma forma específica que pode ser compreendida em aproximação com a categoria de *abstração concreta* formulada por Henri Lefebvre. Em seguida, analisa-se a condição socioespacial da mulher na teoria lefebvriana da produção do espaço, examina-se a presença da questão da mulher em sua obra, as críticas feministas dirigidas a ela e a relação entre vida cotidiana, reprodução social, corpo e espaço. Por fim, sustenta-se que a produção do espaço da cidade dos homens é estruturalmente patriarcal, discutindo o espaço social das mulheres, os limites do direito à cidade e a arquitetura espacial que expressa essa forma de dominação na cidade moderna.

A dissertação organiza-se em seções articuladas entre si, de modo a construir progressivamente a problemática anunciada nesta primeira seção, a Introdução. Na segunda seção, o percurso se inicia pela hipótese de que o patriarcado, na modernidade capitalista, não desaparece com a revolução burguesa, mas é reconfigurado como uma abstração concreta, articulada estruturalmente à reprodução do capital e à produção do espaço. Com isso, pretende-se romper com leituras que localizam o patriarcado apenas nas relações entre homens e mulheres. Trata-se de entendê-lo como forma social universalizada e mediadora da reprodução do capital. Não se trata de adicionar o patriarcado à leitura marxista, mas de demonstrar que ele está presente, pois opera como uma *abstração concreta* indispensável à reprodução do capital e da cidade moderna, que é a forma espacial própria da modernidade capitalista e que nela o patriarcado se universaliza como necessidade estrutural da reprodução do valor. A partir de Marx e de Henri Lefebvre, demonstra-se que o *moderno* não é sinônimo de progresso, mas um momento histórico específico marcado pelo movimento autotransformador, pela dinâmica autorrevolucionada e pelas abstrações determinantes da propriedade, do Estado, da vida privada, do trabalho e do espaço.

A terceira seção concentra-se na análise teórico-metodológica da obra de Henri Lefebvre. Examina-se a presença explícita e implícita da questão da mulher e do patriarcado em sua obra a partir de suas importantes contribuições, a recuperação de uma dialética tridimensional, a centralidade da reprodução, e o reconhecimento do corpo como categoria fundamental da produção do espaço. Assim, o texto não apenas expõe Lefebvre, mas prepara o terreno para desenvolver a análise proposta na dissertação.

Na quarta seção, a pesquisa avança para a consolidação de uma posição teórica própria diante das questões urbanas inauguradas por Lefebvre. Trabalha-se com a potência dialética os conceitos de espaço social e direito à cidade para compreender a forma capitalista do patriarcado, inclusive no interior da epistemologia geográfica. Por fim, são apresentados os resultados de estudos desenvolvidos em torno da hipótese de que o patriarcado não atua apenas como ideologia ou relação social, mas como forma espacial concreta, materializada na produção urbana por meio da verticalidade fálica, da separação público/privado, da monumentalidade e da codificação do cotidiano.

Dito isso, a dissertação não tem como objetivo explicar Lefebvre. Trata-se de utilizá-lo como crítica ao patriarcado, à forma moderna da produção do espaço e à cidade dos homens.

2 A PRODUÇÃO DA MULHER NA CIDADE MODERNA



PICASSO, Pablo. A Mulher que Chora, 1937. Óleo sobre tela, 60 cm x 49 cm. Tate Modern, Londres.

A busca pelo conceito de mulher revelou-se insuficiente para oferecer uma definição segura, sobretudo ao considerar a centralidade que as mulheres ocupam nos campos de investigação desta pesquisa acadêmica. Ao recorrer a uma definição mais rudimentar, como a apresentada em dicionários, a resposta, apesar de realista, mostrou-se limitadora e até agressiva. Segundo o Michaelis (2008), “mu.lher (lat. *muliere*) sf: 1. Feminino de homem; 2. Esposa; 3. Pessoa adulta do sexo feminino”. Em contraposição, a definição de homem apresenta maior universalidade: “ho.mem

(lat. *homine*) sm: 1. O ser humano em geral, mamífero bípede, dotado de capacidade de raciocinar e de se expressar de modo articulado; 2. Indivíduo da espécie humana; 3. Ser humano do sexo masculino: macho”. De um modo ou de outro, o dicionário evidencia a assimetria na forma como os conceitos de mulher e homem são socialmente definidos.

Tentemos então um conceito de mulher que sirva aos interesses e às necessidades da presente pesquisa. Mulher não é uma essência inquestionável, trata-se de uma construção social historicamente produzida, sob as determinações de seu espaço-tempo, no caso da mulher em questão, constituída no interior das relações de dominância do metabolismo social do capital e do patriarcado. A mulher é uma forma social, uma posição sexual do trabalho, forçadamente vinculada à reprodução da vida, ao cuidado e à desvalorização do trabalho não pago. Sua existência é funcional à reprodução do capital.

Nessa mulher, condensam-se a violência, o sofrimento e a ruptura, não como escolha subjetiva, mas como resultado de forças objetivas. A mulher se encontra submetida por determinações que não controla. Ao evitar uma leitura psicologizante ou meramente estética e situar a obra no plano da mediação histórica, social e simbólica, torna-se possível reconhecer, em *A Mulher que Chora* (1937), que o choro não se refere apenas a uma dor individual, mas à encarnação de uma condição histórica.

A obra mostra como a dor individual é expressão dessa tragédia coletiva, ou vice-versa. Ela encarna a devastação social e o luto coletivo, por isso sua escolha para abrir uma seção intitulada *A Produção da Mulher na Cidade Moderna*, concebida como ponto de partida para o desenvolvimento das reflexões centrais da pesquisa. Esta seção propõe um diálogo com questões fundamentais que compõem o objetivo do estudo, relacionadas à compreensão da modernidade no interior da obra lefebvriana, à definição do patriarcado adotada nesta investigação e às possibilidades de problematizar a questão patriarcal a partir de um filósofo que, embora não a tenha tratado de forma sistemática, oferece possibilidades interpretativas.

Em *A Mulher que Chora*, Picasso (1937) expressa o conceito de mulher na modernidade, compreendida como posição social produzida no interior da sociabilidade moderna-patriarcal. Trata-se de uma condição articulada à classe, que permite direcionar a análise para a base material da opressão das mulheres no capitalismo. Tal estrutura não é inerente à humanidade, mas resultado de

transformações históricas específicas. No capitalismo, o patriarcado, além de seu caráter estrutural, assume uma forma histórica particular, tão violenta e generalizada que prescinde da figura concreta do patriarca para se reproduzir. Desconsiderar o patriarcado significa direcionar o privilégio masculino para uma questão individual. A dor da mulher que chora é uma imagem universal do sofrimento na modernidade, em que as emoções são universalmente reconhecíveis

O patriarcado, na modernidade, é uma abstração social relevante inscrita na vida cotidiana, no espaço social. Logo, o patriarcado abstrato não é uma ideologia flutuante, mas uma forma que se realiza materialmente nas instituições, nos corpos, no espaço urbano, nas relações de trabalho e na reprodução social. A modernidade, tal como pensada pela tradição crítica, é marcada pela ruptura com formas sociais anteriores, pela generalização da abstração e pela fragmentação da experiência. Em *A Mulher que Chora*, essa lógica se materializa na decomposição da mulher, não há unidade, harmonia ou totalidade, mas estilhaçamento. A forma fragmentada expressa a própria condição moderna, na qual o sujeito é atravessado por forças que escapam ao controle individual, sendo despojado de sua inteireza.

Dito isso, esta segunda seção, bem como a obra de Picasso, dialoga diretamente com a ideia de que, na modernidade, o patriarcado opera como abstração: a mulher não precisa ser dominada por um patriarca específico para ser capturada pela lógica da dominação. Ela é universalizada como relação geral e determinante, enquadrada, fragmentada e significada. Assim, *A Mulher que Chora* pode ser compreendida como uma representação sensível da mulher enquanto forma social, em que o sofrimento não é apenas vivido, mas produzido, estetizado e universalizado no interior da modernidade.

2.1 A forma capitalista do patriarcado na cidade pertence apenas aos tempos modernos

A citação a seguir, presente no momento introdutório do Manifesto Comunista, de Engels e Marx, é frequentemente revisitada no debate teórico como uma referência incontornável acerca da revolução burguesa. Sua recorrência não se deve a um caráter meramente histórico ou ilustrativo, mas ao fato de condensar, de forma sintética, o sentido das profundas transformações engendradas pela ascensão da burguesia. Assim, o trecho costuma ser mobilizado, como pretende-se aqui, como

ponto de partida para reflexões críticas sobre a modernidade, suas rupturas e possibilidades de dissolução:

A burguesia, historicamente, desempenhou um papel muito revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, pôs um fim às romanceadas relações feudais e patriarcais. Ela rompeu sem piedade os diferentes laços feudais que ligavam o Homem a seus “superiores naturais” e não deixou nenhuma outra ligação entre os homens a não ser o frio autointeresse, o insensível “pagamento em espécie” (Engels; Marx, 2015, p. 65).

Nela, os autores apontam o papel da burguesia no processo revolucionário ao destruir formas sociais de (re)produção até então estabelecidas, dentre elas a patriarcal. Contudo, tal ruptura não deve ser compreendida como a supressão definitiva das relações de dominação. Se antes essas formas estavam ancoradas em vínculos pessoais de servidão e hierarquia, na modernidade passam a se inscrever de modo abstrato e universalizado no interior da sociabilidade burguesa.

Dessa forma, ainda que a sociedade burguesa tenha revolucionado antigas formas de produção e reprodução social suprimindo lógicas de dominação política e econômica frequentemente fundadas na escravidão, na servidão e mesmo no patriarcado isso não implica seu desaparecimento. Ao contrário, é no interior da universalização das abstrações do dinheiro, do trabalho e do valor que tais formas de dominação se reconfiguram e se fortalecem, adquirindo novos meios, novas determinações essenciais e novas funções no âmbito da lógica própria de dominação do capital.

A modernidade pode ser compreendida como uma forma histórica e contraditória de constituição do mundo social. Conforme aponta Henri Lefebvre (1969), ela se apresenta como o “novo” em oposição ao “velho”, mas essa oposição não é externa: o novo se estabelece precisamente como devir do velho. Assim, a modernidade afirma valores associados ao avanço, ao futuro e ao progresso ao mesmo tempo em que produz, como seu pressuposto, as categorias do retrógrado, do ultrapassado e do negativo. Trata-se, portanto, de uma lógica marcada pela contradição, na qual pólos aparentemente opostos são produzidos de forma simultânea e interdependente.

O qualificativo “moderno” é utilizado por Marx ao abordar o advento da burguesia, o desenvolvimento das forças produtivas, a consolidação da forma capitalista e as novas formas políticas e sociais que dele derivam. Sobre essa

abordagem marxiana, Lefebvre destaca que “a abstração do Estado como tal pertence apenas aos tempos modernos. A abstração da vida privada pertence apenas aos tempos modernos” (Lefebvre, 1969, p.199). Pontua-se, a partir disso, a especificidade histórica das contradições que produzem a modernidade e se reproduzem em novas formas a partir dela.

A partir disso é possível notar que a modernização, ao transformar o trabalho em elemento central da efetividade do capital, por meio da abstração, produz também um esvaziamento da temporalidade concreta, reduzindo-a ao tempo abstrato do trabalho. “Na modernidade, quanto mais o espaço político absoluto se afirma, mais sua transparência se torna enganosa, mais se reforça a ilusão de uma nova vida”⁴ (Lefebvre, 1981, p. 219, tradução nossa). Assim, o que antes se expressava no ritmo natural da vida e se inscrevia nos espaços como marcas sensíveis do tempo vivido, na modernidade se converte em medida formalizada e instrumental, subordinada à reprodução do capital. Segundo Lefebvre,

O tempo está inscrito no espaço, e o espaço — a natureza — é meramente a inscrição lírica e trágica do tempo — a natureza. Não falemos, como fazem alguns filósofos, da degradação da duração, ou do simples resultado da “evolução”. Contudo, o tempo desaparece no espaço social da modernidade⁵. Ele só está inscrito em instrumentos de medição, isolados e especializados: os relógios. O tempo vivido perde forma e significado social, exceto o tempo de trabalho. O espaço econômico subordina o tempo; quanto ao espaço político, este o descarta como ameaçador e perigoso (para os que detêm o poder). A primazia do econômico, e ainda mais a do político, leva à supremacia do espaço sobre o tempo⁶ (Lefebvre, 1981, p.114, tradução nossa).

A leitura da modernidade por Lefebvre, portanto, parte desse ponto do reconhecimento da perda do tempo concreto ao tempo abstrato. Para o filósofo, a

⁴ Do original: “Dans la modernité, plus l'espace politique absolu s'affirme, plus sa transparence devient trompeuse, plus l'illusion d'une vie nouvelle se renforce” ((Lefebvre, 1981, p. 219).

⁵ Nota de orientação: Porque é ele próprio uma lógica de funcionamento em si, não em decorrência “de”. Nele próprio, não tem sucessividade, mas a mudança em si que é sua própria alma (ou lógica). A abstração do tempo é uma das manifestações da abstração em geral, ou abstração concreta, que também engloba as relações sociais e o patriarcado, que passam a ser “medidos”, instrumentalizado, formalizado (racionalizados e instrumentalizados)

⁶ Do original: “Le temps s'inscrit dans l'espace, et l'espace-nature n'est que l'écriture lyrique et tragique du temps-nature. Ne disons pas, comme certains philosophes, qu'il s'agit d'une dégradation de la durée ou du simple résultat de l'« évolution ». Or, le temps disparaît dans l'espace social de la modernité. Il ne s'écrit que sur les appareils de mesure, isolés, spécialisés eux aussi: les horloges. Le temps vécu perd forme et intérêt social, sauf le temps de travail. L'espace économique se subordonne le temps; quant à l'espace politique, il l'évacue comme menaçant et dangereux (pour le pouvoir). Le primat de l'économique, et plus encore celui du politique, entraîne la suprématie de l'espace sur le temps (Lefebvre, 1981, p.114).

modernidade organiza o tempo a partir de dispositivos espaciais que organizam e o medem em função da produção da mercadoria, o tempo é, portanto, “evacuado”. Essa evacuação aparente do tempo é uma característica fundamental da modernidade, é o momento da simultaneidade em detrimento da sucessividade. Ao dialogar com outras linhas de pensamento que buscam compreender a modernidade, Lefebvre adota uma chave interpretativa que permite apreender sua concepção sobre o mundo moderno.

Assim:

A antropologia não pode ocultar o essencial. Não é no Quênia, nem entre os camponeses franceses ou de outras nacionalidades que se descobre o espaço da modernidade (do capitalismo moderno), nem que essas tendências são detectadas. Priorizar tais estudos é contornar a realidade, distorcer o conhecimento, dar as costas ao atual "problema" do espaço. Para compreendê-lo, não se deve recorrer a etnólogos, etnógrafos ou antropólogos. É preciso, antes de tudo, reconsiderar o próprio mundo "moderno", com seu duplo aspecto que o encobre: capitalismo e modernidade⁷ (Lefebvre, 1981, p.146, tradução nossa).

Nesse sentido, o essencial, segundo Lefebvre, é compreender que o espaço da modernidade só pode ser apreendido em sua própria constituição histórica, social e política, marcada pela contradição entre a forma capitalista e a modernidade. É nesse terreno contraditório que se produzem as tendências e dinâmicas do espaço hodierno. É preciso, portanto, buscar na própria modernidade suas chaves de interpretação. Para isso, Lefebvre reconhece na cidade o lócus das contradições que reproduzem a modernidade, pois ela se encontra plenamente realizada nela. “O mundo desdobrou-se em mundo do cotidiano (o real, o empírico, o prático) e mundo da metáfora. A escrita metafórica (ou o mundo metafórico da escrita)” (Lefebvre, 1991b, p. 17).

A partir dessa formulação, ao denunciar que a cidade moderna se constitui como um desdobramento de dimensões que envolvem o cotidiano prático e empírico, atravessado por metáforas, representações e símbolos que, simultaneamente, compõem e ocultam a realidade, o filósofo sinaliza uma faceta da modernidade que articula materialidade concreta e produção de abstrações. Nesse sentido, o urbano se

⁷ Do original: “L’anthropologie ne peut dissimuler l’essentiel. Ce n’est ni au Kenya ni chez les paysans français ou autres que se découvre l’espace de la modernité (du capitalisme moderne) et que se décèlent ces tendances. Mettre au premier plan de telles études, c’est contourner la réalité, détourner le savoir, tourner le dos à la « problématique » actuelle de l’espace. Pour la saisir, ce n’est pas aux ethnologues, ethnographes ou anthropologues qu’il faut s’adresser. Il faut d’abord reconsidérer le monde « moderne » lui-même, avec son double aspect qui le dérobe: capitalisme et modernité” (Lefebvre, 1981, p.146).

realiza plenamente quando se torna, ao mesmo tempo, prática cotidiana, representação e metáfora.

Mantendo a mesma chave de entendimento, a da mulher moderna se constrói entre o cotidiano e a representação. No plano empírico, essa condição envolve a vivência na rotina urbana, o trabalho, o peso do cuidado, o transporte, o consumo, entre outros aspectos. No plano simbólico, contudo, a mulher moderna é frequentemente representada como bem-sucedida, capaz de conciliar carreira, beleza e maternidade, produzindo uma imagem idealizada que encobre as determinações materiais e as contradições reais de sua existência. Nessa perspectiva, a dialética entre a cidade e a mulher moderna evidencia simultaneamente as contradições concretas do viver urbano.

A leitura lefebvriana rompe, de imediato, com os discursos mistificadores que buscam fixar uma definição homogênea do que significa ser moderno, associando modernidade a desenvolvimento, produtividade, inovação ou tecnologia. A partir dessa compreensão crítica da modernidade, torna-se possível deslocar a representação da mulher moderna dos ícones espetacularizados do consumo e do sucesso individual. Assim, ela não se encontra em Carrie Bradshaw, que desfila pelas ruas de Manhattan com seus Manolos Blahnik, mas em Carolina Maria de Jesus, cuja experiência concreta encarna, de forma mais autêntica, as tensões, contradições e violências constitutivas da modernidade capitalista.

Foi a experiência da modernidade que capacitou a escritora Carolina Maria de Jesus a comparar a cidade a uma sala de visitas luxuosa, com lustres de cristal, tapetes e almofadas, enquanto a favela lhe dá a sensação de ser um objeto fora de uso, relegado a um quarto de despejo. Foi a experiência da modernidade que capacitou a escritora a relatar tão controverso cotidiano em que, às oito e meia da noite, quando chega cedo, retorna à favela, para respirar o odor dos excrementos misturados ao barro podre.

As canções, peças e escritos de Carolina Maria de Jesus são a arte moderna possibilitada pela ironia rebelde e embriagada que a sensibilidade moderna proporciona sua visão crítica que evidencia as contradições espaciais que a marginalizam, como expressa em suas próprias palavras: 1) “...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”. 2) “Aqueles paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais

afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas” (Jesus, 2014).

É nesta cidade especificamente moderna que as relações patriarcais, antes dominantes de maneira autônoma, se universalizaram e passaram a integrar o conjunto geral de necessidades para a produção e circulação das mercadorias. O patriarcado ajuda a estruturar tanto a produção econômica quanto a reprodução social dentro da cidade. Por isso, ele não é apenas uma postura moral ou uma característica cultural ou ideológica, mas uma necessidade funcional para a manutenção da cidade e do valor. A cidade moderna é produzida pela modernidade e é marcada pela forma capitalista e suas contradições fundamentais (a propriedade privada dos meios de produção, o patriarcado, a acumulação, a luta de classes, etc.) nela a exploração-dominação do que não é masculino é expressa com maior potência. A cidade, em sua forma mais ampla e contemporânea, é moderna. E nela a diferença foi subsumida e se tornou, também, uma abstração.

Sob essa perspectiva, a cidade moderna é a cidade capitalista, o que reconhece a modernidade como um movimento contraditório que é crítica em si. Ou seja, trata-se da espacialidade em que suas contradições se manifestam e se tornam visíveis para a crítica e para a transformação. A centralidade do conceito de cidade moderna aparece aqui, portanto, como uma tentativa de refletir a cidade a partir de seu funcionamento crítico, de modo a entendê-la como um processo dinâmico de transformações feitas internamente.

Na citação a seguir, Carolina Maria de Jesus demonstra como o próprio movimento contraditório da cidade é a crítica em si, como o espaço é a sociedade e como a luta de classes possui uma significação espacial muito clara na cidade moderna “... Chegou a Radio Patrulha, que veio trazer dois negrinhos que estavam vagando na Estação da Luz. 4 e 6 anos. É fácil perceber que eles são da favela. São os mais maltrapilhos da cidade. O que vão encontrando pelas ruas vão comendo” (Jesus, 2014). Com isso, a escritora demonstra como o espaço não é algo fixo e sim possibilidade concreta de reprodução das desigualdades. Além disso, ela descreve em seus escritos: “Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas” (Jesus, 2014). A descrição de tal realidade é garantida pela universalização da vida cotidiana moderna,

e, representa significativa quantidade de mulheres pelo mundo que enfrentam dilemas semelhantes.

A cidade moderna é real, afinal, a modernidade consiste, exatamente, na autotransformação e transformação das coisas. As novas e múltiplas fragmentações e abstrações são sua nova forma. Desse modo, o alcance da compreensão acerca de qual o papel do patriarcado na consolidação e resistência da cidade moderna é necessário e se concretiza por meio do reconhecimento das interconexões entre as três determinações: o patriarcado, a cidade e a modernidade. De modo a reconhecer que tais categorias se relacionam historicamente e se transformam mutuamente.

Esta é a realidade vivenciada pela mulher moderna que vive seu cotidiano na cidade moderna. Ela é auto-descrita por Carolina Maria de Jesus no seu diário, publicado em 1960⁸. Nele a miséria e o escoar dos sonhos possuíam uma espacialidade muito bem definida: a favela brasileira, que é o ideal representativo de muitas outras periferias. Lugar em que o lixo é fonte de saciedade e a fome pesa no corpo da mulher que sente por si e por suas proles. Onde o desejo, que é garantido pelas ilimitadas possibilidades da experiência moderna, proporciona o rotineiro levantar.

Nesse processo, a separação entre público e privado, a funcionalização do corpo feminino e a naturalização do trabalho de cuidado constituem mediações centrais dessa abstração que é também patriarcal. Essas determinações se impõem como princípios de ordenamento do urbano, ao mesmo tempo em que produzem desigualdade e violência. Trata-se, portanto, de uma abstração, pois, fundada na homogeneização, na quantificação e na hierarquização da vida social, é vivida de modo desigual e contraditório, incidindo de forma particular sobre corpos feminizados e aprofundando as assimetrias que estruturam a cidade. Essas mediações se expressam de forma objetiva e mensurável na realidade social. Uma consulta aos dados nacionais de segurança pública de 2025 evidenciam como a abstração patriarcal se materializa na produção sistemática da violência urbana.

⁸ Importante pontuar que o uso da literatura neste e em outros textos da pesquisa considera os limites apontados por Lefebvre ao pontuar que a semiologia, à medida que se expande sem conhecer bem seus próprios limites, traz questões delicadas que precisam ser cuidadosamente demarcadas. Segundo ele, quando se aplicam códigos criados a partir de textos literários para analisar espaços, como os urbanos, essa abordagem acaba sendo apenas descritiva. Tentar construir uma codificação ou decifração do espaço social assim corre o risco de reduzir o espaço a uma simples mensagem e sua vivência a uma mera leitura, ignorando sua dimensão histórica e prática.

Tabela 1 - Dados Nacionais de Segurança Pública -2025

	Feminino	Total	Feminino (%)
Estupro	20.945	23.276	90,1%
Estupro de Vulnerável	48.371	57.329	84,4%
Feminicídio	1.461	1.470	99,4%
Tentativa de Feminicídio	3.661	3.702	98,9%
Pessoas desaparecidas	30.050	84.760	35,5%

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Dados Nacionais de Segurança Pública – SENASP.

Dados assustadores de 2025, de 23.276 registros de estupro, 20.945 vitimaram mulheres, no caso do estupro de vulnerável, 48.371 das 57.329 ocorrências recaíram sobre mulheres, o que evidencia a centralidade da violência sexual na reprodução cotidiana do patriarcado. Outros dados agressivos são, os 1.461 feminicídios e as 3.661 tentativas de feminicídio expressam a face extrema de uma racionalidade urbana na forma capitalista. Um ponto importante é que esses números não podem ser compreendidos como eventos isolados ou desvios estatísticos, mas como manifestações efetivas de uma lógica geral que produz o espaço, regula os corpos e hierarquiza o direito à vida na cidade dos homens.

Esses dados, ainda que constituam um recorte limitado da totalidade social, não devem ser compreendidos como desvios ou exceções, mas como expressões concretas da hierarquização da vida e do apagamento do vivido produzidos pela abstração patriarcal que organiza o urbano. O patriarcado, nesse sentido, pode ser analisado a partir do movimento próprio da abstração, entendida não como uma simples operação intelectual, mas como um processo social historicamente determinado. A abstração opera por meio da subtração e do isolamento de determinados aspectos da realidade, retirando-os do conjunto das relações sociais e apresentando-os como formas autônomas, universais e aparentemente neutras.

Dito isso, é preciso compreender que a modernidade não se reduz a um período histórico, mas corresponde a um movimento contraditório, a uma forma específica de relação espaço-tempo. Nesse quadro, a cidade moderna aparece como uma de suas expressões privilegiadas, pois é no espaço urbano que os processos de abstração se materializam de maneira mais intensa. A cidade torna-se, assim, o lugar em que se manifestam as tensões próprias do processo de modernização.

2.2 A forma moderna do patriarcado: uma aproximação com a categoria lefebvriana “abstração concreta”

O conceito de abstração concreta, mobilizado por Henri Lefebvre (1981), permite compreender a forma contraditória pela qual as relações sócio-históricas se apresentam na modernidade capitalista. Isso significa que, no capitalismo, produzem-se formas sociais abstratas que passam a organizar concretamente a vida social. Quando Lefebvre afirma que “essa abstração concreta se desenvolve no pensamento como se desenvolveu no tempo e no espaço, até à prática social”, demonstra que aquilo que foi constituído como abstração pelo pensamento não permanece apenas no plano das ideias, mas adquire existência objetiva, ao produzir, estruturar e subordinar a prática social.

A comunicação e a troca de bens materiais se distinguem da comunicação e da troca de signos (linguagem, discurso) mas delas não se separam. A forma “pura” tem uma estrutura polar (valor de uso-valor de troca) e funções expostas pela obra de Marx. **Essa abstração concreta** se desenvolve no pensamento como se desenvolveu no tempo e no espaço, até à prática social: a moeda, o dinheiro, o trabalho e suas determinações (seu movimento dialético: individual e social, dividido e global, particular e médio, qualitativo e quantitativo) (Lefebvre, 1981, p. 278).

A contradição reside no fato de que as relações sociais, embora históricas, humanas e concretas, aparecem na modernidade capitalista sob a forma de abstrações quantificadas, universalizadas e aparentemente naturais. Assim, a abstração deixa de ser apenas uma operação intelectual para se constituir como uma força material objetiva que constitui a vida cotidiana e a produção do espaço. Essa leitura encontra seus fundamentos na tradição crítica inaugurada por Marx, para quem determinadas formas sociais adquirem autonomia diante dos indivíduos e passam a regular suas práticas.

É nesse sentido que Lefebvre retoma categorias centrais da crítica da economia política para fundamentar sua teoria da produção do espaço. Para o autor, compreender o espaço exige retornar não apenas ao conceito de trabalho social, mas também às formas sociais produzidas pelo capitalismo. A mercadoria, por exemplo, constitui uma abstração concreta, pois embora se apresente como uma coisa material, sua existência social ultrapassa sua materialidade imediata e seu valor de uso.

Para tentar estabelecer as categorias e conceitos da produção do espaço, é preciso retomar os conceitos de Marx, não somente aquele do trabalho social e de produção. O que é uma mercadoria? Uma abstração concreta. Abstração? Sim, e não malgrado seu caráter de coisa, mas ao contrário, como “coisa” social, separada durante sua existência de sua materialidade, de seu uso, da atividade produtora, da necessidade que ela satisfaz. A mercadoria, enquanto ela existe como tal, não se liga senão ao dinheiro, outra abstração concreta. Concreta? Sim, por seu poder prático. A mercadoria, é um “ser-aí” social, um “objeto” irredutível ao conceito filosófico de Objeto. Ela se esconde, nas lojas, nos depósitos e entrepostos, nos estoques. Entretanto, ela não tem qualquer mistério análogo àqueles da natureza (Lefebvre, 1981, p. 428).

Como visto, em *A Produção do Espaço*, Lefebvre demonstra que categorias frequentemente concebidas como abstratas, tais como valor, mercadoria, Estado e dinheiro, devem ser compreendidas como abstrações concretas. Isso ocorre porque elas possuem eficácia prática e objetiva na organização da vida social. Tais formas são capazes de transformar coisas qualitativamente distintas em equivalentes quantitativos, subordinar a vida à lógica da valorização e da quantificação e, simultaneamente, produzir materialmente o espaço. Dessa maneira, não apenas mediam as relações sociais, mas também participam ativamente da produção das cidades, da reprodução das desigualdades e da conformação das múltiplas formas de sociabilidade que caracterizam a modernidade capitalista.

Segundo Alfredo (2006), a acumulação capitalista se realiza fundamentalmente como acumulação de trabalho, compreendido não apenas em sua dimensão concreta, mas como uma abstração historicamente determinada. Essa forma abstrata do trabalho passa a organizar a sociabilidade, orientar as práticas sociais e estruturar os processos de produção e reprodução da vida, constituindo um eixo central da dinâmica de valorização e da reprodução ampliada do capital.

a acumulação do moderno, portanto, faz-se como acumulação de trabalho - abstração historicamente determinada - definindo-se aí o sentido e, ainda mais, a determinação da sociabilidade posta na forma d' O capital, isto é, num contínuo e pretensamente ininterrupto processo de reprodução ampliada do trabalho como mais trabalho (Alfredo, 2006, p. 58).

A partir do entendimento acerca da capacidade da modernidade de transformar relações sociais em formas abstratas, é possível refletir que outras relações, como aquelas estruturadas pelo patriarcado, também foram convertidas em abstrações: separadas de sua vivência unilateral e concreta e incorporadas à forma capitalista universalizada. A experiência concreta do patriarcado não desaparece, mas passa a se expressar em novas condições históricas. Assim, a experiência concreta do

patriarcado não é suprimida, mas reconfigurada e reescrita em novas condições históricas.

Nessas condições, o direito sobre a mulher não está mais restrito ao patriarca imediato, como em formas anteriores de sociabilidade, mas assume a forma de um patriarcalismo abstrato, isto é, um direito social sobre a mulher. Esse direito se manifesta pelo Estado (por exemplo, na legislação que regula o corpo feminino), pela violência generalizada, pela instituição do casamento e da família moderna, pelo patrão, personificação do capital, na concessão do emprego, entre outros mecanismos. Assim, a modernidade opera por meio de processos de abstração que reconfiguram a vida social e produzem o patriarcado como uma abstração concreta.

Para Alfredo (2006), o tempo histórico é condicionado pela lógica do capital, ou seja, o capital “impõe limites” ao tempo, o que torna necessária a análise da dimensão espacial da modernização. Para Alfredo, a forma-valor do capital funciona como abstração, e essa abstração se manifesta também no espaço. Nesse sentido, Lefebvre, conforme interpretado por Alfredo, propõe que o espaço pode ser compreendido como abstração concreta, como evidencia o desenvolvimento da questão na citação a seguir:

O plano lógico-formal da realidade estabelecida pela forma valor tem esta potência de, enquanto abstração, reduzir os momentos dispersos na condição de unidade da/na reprodução do valor. Deste ponto de vista, a unidade posta do capital enquanto momento reflete a dimensão espacial do processo efetivado desde sua gênese histórica, mas implica também em uma gênese que apresenta as suas determinações lógicas. Deste ponto de vista, Henri Lefebvre aponta a possibilidade de se pensar o espaço como abstração concreta no sentido de que a lógica posta na realização da forma valor, como redução do antes e do depois a um só momento, determinação, ao que parece, das mediações enquanto que abstrações, efetiva o próprio espaço enquanto categoria analítica e social (Alfredo, 2006, p. 58).

Para Alfredo (2006), o espaço enquanto abstração é uma necessidade da reprodução do moderno. Segundo ele, a “simultaneidade fundamentada pelo valor-trabalho concretiza-se na medida em que se põe como forma de sociabilidade reprodutora da forma-valor. Daí a tese de que o espaço social é, ao mesmo tempo, abstrato e concreto, redução do tempo ao espaço” (p.58). A partir disso, compreende-se que a tendência à abstração é uma característica da modernidade, e considerando a centralidade da forma patriarcal capitalista, pode-se compreender o patriarcado na modernidade como uma abstração concreta: as relações de dominação do masculino

são incorporadas estruturalmente à reprodução social, à organização do espaço e às normas da vida cotidiana.

A categoria dialética de abstração concreta, herdada de Marx, assume papel central no entendimento do espaço social em Lefebvre (1981). O filósofo parte da compreensão de que formas sociais como a troca, o valor e a mercadoria são abstrações, mas não no sentido de algo puramente mental ou subjetivo. Elas são formas reais, produzidas historicamente, que se manifestam concretamente nas práticas sociais. “Essa abstração concreta desenvolve-se no pensamento da mesma forma que se desenvolveu no tempo e no espaço, até a prática social: moeda, dinheiro, trabalho e suas determinações (seu movimento dialético: individual e social, dividido e global, particular e médio, qualitativo e quantitativo)”.⁹ (Lefebvre, 1981, p.120, tradução nossa). Ou seja, uma abstração concreta é uma forma social historicamente constituída, presente na sociabilidade e realizada em conteúdos específicos, como mercadorias, signos e o próprio espaço social.

Kosik (1969), ao analisar a questão do abstrato e do concreto aponta que o método de passar do abstrato ao concreto é, fundamentalmente, o método do pensamento, trata-se de um movimento que ocorre no âmbito dos conceitos, no terreno da abstração. Esse movimento não significa ir de um plano sensível para um plano racional diferente, ele acontece dentro do próprio pensamento e por meio dele. Para avançar do abstrato ao concreto, o pensamento precisa atuar em seu próprio campo, o da abstração, que implica negar a imediatez, a evidência direta e a concretude sensível. Assim, a realidade concreta existe independentemente do pensamento que reproduz a realidade, não a cria; o concreto pensado é resultado de mediações da prática social.

Para o filósofo (Kosik, 1969, p.30), o avanço do abstrato para o concreto é, de modo geral, um deslocamento que vai da parte para o todo e do todo para a parte, do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno, da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade, do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. Assim, o pensamento não apenas organiza o conjunto confuso de

⁹ Do original: Cette abstraction concrète se développe dans la pensée comme elle s'est développée dans le temps et dans l'espace, jusqu'à la pratique sociale: la monnaie, l'argent, le travail et ses déterminations (son mouvement dialectique: individuel et social, divisé et global, particulier et moyen, qualitatif et quantitatif).

representações em um conjunto claro de conceitos ele também vai, ao mesmo tempo, delineando, determinando e compreendendo o próprio todo.

Para análise Kosik movimenta a seguinte problemática: “como conseguir que o pensamento, ao reproduzir espiritualmente a realidade, se mantenha à altura da totalidade concreta e não degenere em totalidade abstrata?” (Kosik, 1969, p.48). Segundo ele, quando se trata os fatos como totalmente determinados por uma suposta “tendência geral”, perde-se a capacidade de perceber neles novidades, contradições e mudanças. Essa tendência, que se apresenta como algo superior aos próprios fatos, acaba virando uma abstração vazia, independente da realidade concreta, e não expressa realmente o movimento histórico dos fatos empíricos. Deve-se, portanto, evitar uma tendência abstrata acima dos fatos, e não como resultado histórico, contraditório e mutável das relações sociais.

2.3 Abstração concreta do patriarcado na cidade dos homens

É nesse contexto de reconfiguração das formas de dominação, agora inscritas na universalidade abstrata da sociabilidade capitalista, que se torna necessário deslocar a análise para o plano da constituição dos sujeitos. Se a dominação patriarcal não desaparece, mas se reorganiza no interior das abstrações do capital, é no campo da reprodução social e da vida cotidiana que ela encontra condições privilegiadas de realização. A naturalização de papéis, comportamentos e expectativas atribuídas às mulheres passa a operar como um dos mecanismos centrais dessa reprodução. É justamente diante desse processo de permanência e reatualização das formas patriarcais no interior da modernidade que o diálogo com a teoria feminista se torna incontornável.

No final da década de 1940, Beauvoir escreve a frase que se torna a essência do conceito de gênero nas mais variadas vertentes do feminismo: "Ninguém nasce mulher; torna-se mulher" (Beauvoir, 2016, p. 11). Essa abordagem mudou a forma como se compreende a binaridade, que foi simbólica, ideológica e institucionalmente normatizada. O que possibilitou compreender que identidade de gênero difere de sexo (relacionado a características biológicas). A identidade de gênero é fluida e envolve a maneira como as pessoas se expressam e interagem com os outros. Com isso, se modificou o modo como devem ser interpretadas as relações de poder e as desigualdades baseadas na identidade de gênero.

A partir dessa compreensão sobre gênero, teóricas feministas mais críticas passaram a utilizar o conceito de patriarcado justamente por sua capacidade de evidenciar que a opressão e a desigualdade de gênero não são eventos isolados, mas atravessam toda a sociedade, “muitas vezes usamos o termo patriarcado para salientar que a opressão de gênero é um fenômeno não redutível às relações interpessoais” (Arruzza, 2019 p.35). Esse enfoque dialoga com trabalhos históricos sobre o patriarcado, como o de Lerner (2019), que oferece uma contribuição ao demonstrar que essa estrutura não é natural, mas fruto de um processo histórico prolongado.

Sobre o significado do termo patriarcado, algumas coisas devem ser pontuadas a partir da análise de algumas pesquisadoras.

Segundo Lerner (2019), o patriarcado é frequentemente usado de forma limitada, como o sistema jurídico da Antiguidade clássica, quando o chefe da família tinha poder absoluto sobre seus dependentes. Essa visão é restrita e a-histórica, pois, segundo a autora, sugere que tal forma de dominação teria acabado no século XIX com a conquista de direitos civis pelas mulheres. Sendo assim, a definição de patriarcado deve ser mais ampla e significar a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e a sociedade em geral.

Em Hartmann (1979), a definição ganha um tempero. Para ela, a base material do patriarcado repousa no controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres. E isso ocorre, ao excluir e/ou controlar o acesso das mulheres a alguns recursos produtivos restringindo a sexualidade das mulheres na hierarquia do patriarcado. Segundo a pesquisadora feminista, todos os homens, qualquer que seja sua posição no patriarcado, são comprados por serem capazes de controlar pelo menos algumas mulheres.

Saffioti (2004) retoma a definição de Lerner (2019, p. 238) ao considerar que: “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade” (p. 64). Por isso, defende que as pesquisadoras feministas devem garantir o uso dos dois conceitos, gênero devido sua dimensão ontológica e o patriarcado pela sua capacidade de reafirmação da dominação masculina. Para a pesquisadora, seu apagamento significa a validação da ideologia patriarcal. Hartmann (1979) pontua que: “Escolhemos rotular o nosso sistema atual de sexo/gênero como patriarcado,

porque capta apropriadamente a noção de hierarquia e de domínio masculino que consideramos central para o sistema hodierno”¹⁰ (p.12, tradução livre).

Neste contexto, desconsiderar o patriarcado significa tratá-lo como uma questão individual. Saffioti (2004) ressalta que “as mulheres jamais alcançaram a categoria de indivíduos, com poder de igual para igual” (p.128). Essa categoria, central na sociedade burguesa e ainda mais acentuada no neoliberalismo, mostra que lutas feministas que consideram apenas o patriarcado, sem criticá-lo em sua função no interior do capital, acabam recebendo apoio institucional.

Como pode ser observado no contexto recente do Estado brasileiro, mesmo sob um governo presidido por um representante do Partido dos Trabalhadores, desenvolvem-se programas que estimulam o empreendedorismo feminino, como o Elas Empreendem, cujo slogan afirma: “Juntas somos mais fortes: apoiando o crescimento de mulheres empreendedoras”. O programa está estruturado em quatro eixos, educação empreendedora, tecnologia e inovação, crédito, mercado e inclusão socioprodutiva, todos alinhados à lógica da mercantilização do trabalho feminino. Ao enfatizar o empreendedorismo como simulação de autonomia, a política desloca a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico e social das determinações estruturais para o indivíduo, reforçando a racionalidade individualista própria do neoliberalismo.

Além disso, o programa se organiza por meio de uma problemática parceria público-privada, que reúne “23 organizações, entre órgãos e entidades da administração pública federal e bancos que, unidos, buscam promover o empreendedorismo feminino como instrumento de inclusão social, econômica e de desenvolvimento do País”. Tal política revela a apropriação de pautas mal estruturadas para fortalecer os interesses do capital. Para análise dessa condição Hartmann, sugere:

Sugerimos que nossa sociedade é melhor compreendida quando se reconhece que ela é organizada tanto de forma capitalista quanto patriarcal. Ao apontar as tensões entre os interesses patriarcais e capitalistas, argumentamos que a acumulação de capital tanto se acomoda à estrutura social patriarcal quanto ajuda a perpetuá-la. Sugerimos, nesse contexto, que a ideologia sexista assumiu uma forma peculiarmente capitalista no presente, ilustrando uma maneira pela qual as relações patriarcais tendem a fortalecer

¹⁰ Do original: “We choose to label our present sex/gender system patriarchy, because it appropriately captures the notion of hierarchy and male dominance which we see as central to the present system”(Hartmann,1979, p.12)

o capitalismo. Argumenta-se, portanto, que uma parceria entre patriarcado e capitalismo evoluiu¹¹ (Hartmann,1979, p.2, tradução livre).

A forma do patriarcado na sociedade capitalista é tão violenta que a figura do patriarca passa a não ser mais necessária para mover sua estrutura, trata-se da questão da abstração, própria da era do capital. As mulheres executam, em maior ou menor nível, as tarefas atribuídas ao patriarca, mesmo que não sejam coniventes com a dominação-exploração¹² assegurada pelo patriarcado (Saffioti, 2004). A opressão das mulheres não se limita às relações interpessoais ou ao fardo da reprodução da força de trabalho. Ela decorre, de forma mais profunda, da relação estrutural entre a reprodução social e a própria existência do capitalismo.

Ao apontarem a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres como a raiz da exploração feminina na sociedade capitalista, Dalla Costa e James demonstraram que era possível transcender a dicotomia entre o patriarcado e a classe, e deram ao patriarcado um conteúdo histórico específico. Também abriram o caminho para uma reinterpretação da história do capitalismo e da luta de classes por um ponto de vista feminista (Federici, 2019, p.18).

Dessa forma, entender que questões aparecem como específicas a um único grupo social como o racismo e a divisão sexual do trabalho, não refletem apenas desigualdades de gênero ou de raça, mas também à manutenção da divisão social e hierárquica do trabalho que estrutura a forma capitalista, ao subordinar o trabalho reprodutivo às demandas de acumulação de capital. Com isso, para a luta social, existe uma grande diferença entre compreender que os negros são explorados pelos brancos e as mulheres pelos homens e compreender que ambos são explorados para produção e reprodução do capital.

¹¹ Do original: "We suggest that our society can best be understood once it is recognized that it is organized both in capitalist and in patriarchal ways. While pointing out tensions between patriarchal and capitalist interests, we argue that the accumulation of capital both accommodates itself to patriarchal social structure and helps to perpetuate it. We suggest in this context that sexist ideology has assumed a peculiarly capitalist form in the present, illustrating one way that patriarchal relations tend to bolster capitalism. We argue, in short, that a partnership of patriarchy and capitalism has evolved" (Hartmann,1979, p. 2).

¹² "A exploração-dominação constitui um único fenômeno, apresentado duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticos-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja por convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos" (Saffioti,2004, p.106).

Como afirma Hartman, “a diferença entre a aparência, de que as mulheres trabalham para os homens, e a realidade, de que as mulheres trabalham para o capital, causou um desvio das energias do movimento feminista” (1979, p. 4, tradução livre). É precisamente nessa tensão entre personificação e abstração que reflete, na verdade, a contradição fundamental da modernidade, ao mesmo tempo que revela sua dialética.

Federici (2019) encontra na acumulação primitiva do capital o cerne para o processo constitutivo do patriarcado capitalista (o que não por acaso coincide com a constituição da cidade moderna). Para a pesquisadora, é justamente nesse processo¹³, que a terra se tornou efetivamente uma mercadoria e a expulsão dos trabalhadores do campo gerou o crescimento dos núcleos urbanos que a classe trabalhadora, em especial as mulheres, foram subordinadas às mais degradantes formas de trabalho de modo mais universal. O capitalismo trouxe consigo novas formas de exploração do trabalho, e as mulheres foram empurradas para uma posição ainda mais subordinada. O trabalho feminino, antes apresentado em diversas esferas produtivas (como em atividades artesanais e agrícolas familiares), foi progressivamente desvalorizado. Para Arruzza (2015, p. 45):

A transformação da família é, acima de tudo, o resultado da expropriação da terra, ou acumulação primitiva, que separou grandes porções da população de seus meios de produção e subsistência, provocando de um lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes. O resultado foi que a família passou a não mais representar a unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia.

A análise de Arruzza evidencia que a transformação da família não pode ser compreendida como um simples desdobramento natural da história, afinal, o real existente, nesse sentido, não se determina pelo seu passado, mas pelas condições históricas de sua existência. Caso contrário, a história seria interpretada como linear, inevitável e naturalizada, o que ignora as rupturas e contradições dos processos sociais. O fundamental, portanto, é reconhecer a diferença essencial que faz da forma de existência contemporânea da família algo diferente de suas formas passadas, marcada por relações sociais contraditórias e historicamente específicas.

¹³ Apresentado por Marx (2013), no Capítulo XXIV “A assim chamada acumulação primitiva”

Pode-se avançar ao considerar a forma patriarcal capitalista enquanto abstração concreta, aproximando-a da dialética lefebvriana. Para fins de melhor compreensão analítica, estabelece-se, aqui, um paralelo entre valor de troca e patriarcado: ambos são abstrações, não objetos palpáveis, mas concretos, na medida em que existem objetivamente, regulam a vida social e condicionam práticas essenciais para a reprodução da forma capitalista. No entanto, esse paralelo não deve ser entendido como uma generalização simplista ou um mero empréstimo conceitual, trata-se de reconhecer a dimensão concreta e estruturante do patriarcado na organização social.

Admitir o patriarcado como abstração concreta justifica-se no fato de que o patriarcado não é apenas um conjunto de práticas isoladas como violência doméstica, desigualdade salarial, etc. Estas são apenas concreções, manifestações, ou formas específicas de apresentação do maior generalizado e universalizado que, portanto, abstraem-se. A forma patriarcal do capitalismo se desprende do mero conceito de dominação do homem para com a mulher; ele possui uma forma social universalizada que medeia relações que garantem a reprodução social do capital. Assim como a forma do valor, analisada por Marx, e o espaço, elaborado por Lefebvre, o patriarcado constitui uma estrutura abstrata que, ao mesmo tempo, se manifesta concretamente nos conteúdos empíricos.

Ao ser entendido enquanto abstração concreta, o patriarcado não é entendido apenas como ideia, ou apenas como um conjunto de práticas. Ele é admitido como uma forma social articulada à reprodução do sistema dominante. Nesse novo modo a figura do patriarca também se abstrai. Pode ser ou se manifestar pelo Estado, a política, a economia, o marido, o homem, qualquer outro homem e até por outra mulher, ou a mulher.

A relação da teoria com a prática não é uma abstração transcendente a uma imediatidade ou a um 'concreto' anterior. A abstração teórica já está no concreto. É preciso aí revelá-la. No seio do espaço percebido e concebido já se encontra o espaço teórico e a teoria do espaço (Lefebvre, 1981, p. 38).

Ou seja, o patriarcado como abstração concreta só pode ser reconhecido quando se reconhece que a abstração opera no real e não fora dele. Tal compreensão dialoga diretamente com Lefebvre (1981), para quem a abstração não está fora do concreto. Seguindo esse raciocínio, portanto à dominação patriarcal não depende

mais de um indivíduo. A tentativa teórica desenvolvida aqui, portanto, não pretende inventar uma abstração, mas destacar uma determinação que compõe a prática espacial.

Para Marx (2013, p.172), o que torna o trabalho ao mesmo tempo concreto (“todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso”) e “trabalho abstrato, trabalho social em geral” (Marx, 2013, p.355) é a mediação que transforma a força de trabalho em mercadoria. Nesse momento a abstração do trabalho se realiza materialmente no processo produtivo. No caso do patriarcado, ele não se torna concreto porque transforma diretamente algo em mercadoria¹⁴, ele se torna uma abstração concreta, na medida em que organiza materialmente as relações sociais, estrutura a divisão social do trabalho, a apropriação do corpo e do tempo, a reprodução cotidiana da vida no trabalho reprodutivo e na espacialização da cidade dos homens.

Marx argumenta que a conceituação do trabalho como grandeza genérica retrata uma realidade subjacente nas relações sociais de produção, nas quais as abstrações tornam-se concretas ao serem projetadas na dimensão concreta. Segundo Stanek (2008), Marx percebe este fenômeno, no âmbito do trabalho no modo de produção capitalista, como uma “abstração concreta”. O acontecimento do trabalho, ou melhor, sua realização na prática, seria então um processo no qual a abstração do trabalho, na forma de uma transformação da força de trabalho em mercadoria, é efetivada na dimensão concreta. Isto é, o trabalho abstrato, trabalho humano genérico e não personalizado, se reflete sobre o trabalho concreto, real e útil, como uma projeção das relações sociais de dominação. Este fenômeno se dá objetivamente por meio de dispositivos e instrumentos técnicos, como a divisão hierárquica do trabalho e desconstrução do ofício (Feenberg, 2010). Trata-se, desta forma, de uma generalidade abstrata que é produzida e reproduzida nos processos sociais de produção e mantém uma relação dialética com esses processos, reproduzindo-os também. As relações de trabalho, concebidas a partir de uma construção abstrata de trabalho, destacada da realidade, retornam à realidade e reconfiguram o trabalho concreto, dominando-o segundo seus próprios registros (Crevels, 2020, p.102).

Assim, do mesmo modo como Marx demonstra em relação ao trabalho abstrato, compreender o patriarcado enquanto abstração concreta permite apreender suas mediações materiais e históricas. Longe de se restringir a um conjunto de valores ou representações, o patriarcado se materializa no modo como organiza os usos do espaço, regula a vida cotidiana e hierarquiza práticas sociais. Nesse movimento,

¹⁴ Simplificação da questão do trabalho em Marx para fins explicativos.

articula-se dialeticamente à lógica da valorização do capital, operando como uma de suas determinações fundamentais. É nessa articulação que o patriarcado contribui para a produção de uma espacialidade desigual, constituindo a base material daquilo que aqui se compreende como a cidade dos homens.

Compreender o patriarcado como abstração concreta implica reconhecê-lo não apenas como um sistema simbólico ou um conjunto de normas, mas como uma forma histórica de produção da realidade social. Naquilo que se denomina cidade dos homens, o patriarcado se realiza espacialmente por meio de abstrações que se apresentam como universais, impessoais e racionais. No entanto, tais abstrações não permanecem no plano das ideias: elas organizam materialmente o espaço urbano, estruturam o tempo social e regulam os usos e deslocamentos dos corpos, operando como uma racionalidade que orienta a produção e a reprodução da vida cotidiana.

Nessa direção, Crevels (2020) afirma que “o abstrato, ou a abstração, tem o significado de subtrair, retirar”, referindo-se àquilo que foi isolado do contexto das relações sociais mais amplas, associado à ideia de indeterminação e de forma pura (p. 99). Contudo, tal concepção corresponde ao que Ilienkov identifica, a partir de Marx, como abstração simples ou formal, marcada por sua unilateralidade e por apreender apenas aspectos externos e recorrentes dos fenômenos. Para Marx, segundo Ilienkov (2025), a abstração verdadeiramente científica não empobrece o objeto, mas isola metodologicamente suas determinações imanentes, produzindo uma generalização que apreende sua especificidade concreta e sua lógica geral.

Em que consiste, de acordo com Marx, a consideração realmente abstrata do objeto? Abstraticidade enquanto tal é, em seu ponto de vista, unilateralidade do conhecimento, o tipo de conhecimento da coisa que reflete somente aquele seu aspecto que é similar ou idêntico em muitas outras coisas do mesmo tipo. Uma abstração expressando a natureza específica concreta da coisa é uma questão bastante diferente. Em sua caracterização lógica, tal abstração é algo diametralmente oposto à abstração simples, ao abstrato enquanto tal. O que isso significa, fazer uma generalização genuína, criar uma abstração concreta objetiva de um fenômeno? Significa considerar um fato recorrente bastante particular com respeito ao seu próprio conteúdo imanente, significa considerá-lo “em si mesmo”, como a frase familiar possui, ignorando tudo que este fato deve à inteira totalidade das influências externas da esfera mais ampla da realidade na qual ele existe (Ilienkov, 2025, p. 76).

Ilienkov (2025) pontua que, para a produção teórica dialética, é preciso escolher as abstrações certas, aquelas que realmente explicam o objeto, para que a teoria não se reduza a uma abstração simples, mas se constitua como uma abstração

concreta, capaz de apreender um aspecto essencial do objeto. Aqui, esse aspecto é estabelecido a partir do patriarcado como abstração concreta privilegiada.

A natureza condicionante mútuo típico de qualquer todo dividido dialeticamente impõe demandas rigorosas à teoria e ao mesmo tempo dá aos teóricos um critério claro para destacar somente as definições internamente necessárias da multiformidade dada sensorialmente. Em um sentido mais imediato, isso significa que cada abstração concreta (cuja totalidade constitui uma teoria) reflete somente aquela forma da existência de um objeto que é ao mesmo tempo uma condição necessária universal de todas as outras assim como uma consequência necessária e universal de sua interação (Ilienkov, 2025, p.84-85).

Ilienkov (2025) pontua que a abstração concreta deve captar uma forma de existência que seja, simultaneamente, condição necessária e universal das demais formas sociais e também resultado necessário e universal de suas interações. Nessa perspectiva, a cidade dos homens é tomada como expressão concreta do modo como o patriarcado opera historicamente, organizando a espacialização urbana a partir da separação entre público e privado, da cisão entre produção e reprodução e da centralidade do trabalho assalariado masculino como forma social dominante.

Compreender o patriarcado como abstração concreta, portanto, permite apreender seu movimento dialético real, como totalidade. O patriarcado não apenas produz a cidade dos homens, como é continuamente reproduzido, por meio da localização desigual dos empregos, da arquitetura das moradias, da ausência de espaços coletivos de cuidado, entre outras mediações espaciais.

3 A CONDIÇÃO SOCIOESPACIAL DA MULHER NA TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO



PICASSO, Pablo. Guernica. 1937. Óleo sobre tela, 349.3 cm x 776.6 cm. Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, Madrid.

A imagem monumental do horror em Guernica (1937) apresenta fragmentos de corpos dilacerados, uma mulher com o filho morto nos braços, um cavalo em agonia e o touro, símbolo da virilidade masculina, igualmente estilhaçado, compondo uma cena em que a razão se mostra distorcida, e a ideia de totalidade aparece fraturada. Executada em tons de preto, branco e cinza, sem cor e sem utopia, a obra permite uma leitura que dialoga com a produção social do espaço enquanto violência materializada. Nesse sentido, a condição da mulher no espaço urbano revela-se como subjugação contínua: um corpo permanentemente controlado, disciplinado e exposto à violência cotidiana. Guernica traduz, assim, a lógica espacial analisada por Lefebvre bem como a que se pretende nesta pesquisa

No capítulo anterior, propôs-se um estudo de caráter metodológico, conceitual e crítico dos objetivos desta pesquisa: a mulher, o patriarcado e a cidade dos homens. A partir dos resultados alcançados e das aberturas ali produzidas, este capítulo realiza uma aproximação interessante com a condição socioespacial da mulher no interior da teoria lefebvriana da produção do espaço. Trata-se de tensionar essa formulação

teórica, evidenciar como as determinações patriarcais atravessam sua produção e a reprodução.

Ao se debruçar sobre as transformações estruturais da forma capitalista no século XX marcadas pela expansão do consumo, pela urbanização crescente, pela reconfiguração dos modos de produção e pela incorporação do cotidiano como esfera de reprodução do capital, Lefebvre passou a questionar de que maneira o capital consegue superar suas crises e seguir se reproduzindo. A resposta, segundo ele, está justamente no cotidiano, no urbano e no espaço, compreendidos como dimensões centrais da lógica capitalista moderna. O presente capítulo buscará, ainda que de forma introdutória e dentro dos limites de uma pesquisa de mestrado, explorar, em diálogo com a forma patriarcal capitalista esses temas fundamentais desenvolvidos por Lefebvre ao longo de sua trajetória intelectual.

Este capítulo propõe uma aproximação mais detida com tópicos do trabalho de Henri Lefebvre julgados de maior interesse para uma leitura antipatriarcal da produção do espaço. Trata-se de uma aproximação que cumpre tanto um papel exemplificativo quanto analítico, buscando evidenciar as colaborações e os limites dos momentos em que o filósofo francês se aproxima, ainda que de forma pontual, da questão da mulher. Além disso, são mobilizados temas como *corpo*, *reprodução* e *cotidiano*, cujas formulações se mostram particularmente promissoras para a construção de uma análise antipatriarcal da produção do espaço urbano.

Guernica (1937), anuncia a possibilidade de reapropriação crítica do espaço, a partir de Lefebvre tal processo pode ser exposto, ao caminhar pelas suas principais abordagens: a vida cotidiana no mundo moderno e a questão da reprodução, cotidianidade e modernidade, produção do espaço, corpo e corporeidade. Não por acaso, este capítulo está no centro do presente escrito dissertativo; a intenção é partir dos objetos escolhidos para a pesquisa e mergulhá-los na teoria de Lefebvre e superar as duas análises a partir disso na colaboração com este e futuros estudos da cidade dos homens.

3.1 A questão da mulher em Lefebvre

Henri Lefebvre foi um intelectual militante francês, com forte atuação política e filosófica. Ele teve participação na Internacional Situacionista, da qual posteriormente se afastou, assim como rompeu com o Partido Comunista Francês (PCF), ao qual esteve vinculado até o ano de 1958. Esses rompimentos coincidem com mudanças significativas em seus posicionamentos político-acadêmicos. Lefebvre foi um crítico contundente do estruturalismo, posição expressa, por exemplo, em seu texto *Claude Lévi-Strauss y el nuevo eleatismo*. Seu pensamento mantém um forte compromisso com o marxismo e com a emancipação da classe trabalhadora. Trata-se de um filósofo cuja linguagem é majoritariamente filosófica, voltada à reflexão crítica e à práxis. José de Souza Martins anuncia ao Brasil, em 1993, que a grande contribuição lefebvriana está em exatamente propor um retorno crítico à dialética marxiana:

Lefebvre não retorna, simplesmente, aos conceitos de Marx, mas à relação entre um modo de pensar e uma prática, isto é, a um projeto na práxis que define o trajeto de uma vida. O método dialético está no centro desse retorno. Mas o método que se foi definindo ao longo da obra de Marx, que combina os momentos do método de investigação e do método de explicação; e que culmina com a análise inacabada sobre as classes sociais, isto é, sobre a primeira tríade: trabalho, terra e capital, ou seja, salário, renda e lucro. O pensamento de Marx não era binário, como o fez mais tarde o marxismo vulgar, e sim triádico (Martins, 1996, p.14).

Não se faz necessário, neste ponto, detalhar em que consiste a dialética, uma vez que seu método foi amplamente desenvolvido e analisado por importantes filósofos ao longo da história do pensamento humano. O ponto chave é o entendimento de que, ao recuperar o caráter tridimensional da dialética, a partir do estudo das obras marxiana e hegeliana, Lefebvre elaborou um método de análise concreta capaz de articular a investigação empírica com a totalidade social, em um movimento tão coerente, que até:

Sartre, com quem Lefebvre polemizou durante boa parte de sua vida, reconheceu com precisão a importância de sua interpretação sobre o método: “é um marxista, Henri Lefebvre, quem deu um método que no meu modo de ver é simples e irrepreensível para integrar a sociologia e a história na perspectiva dialética materialista. (...) Nada temos a acrescentar a esse texto tão claro e tão rico” (Martins, 1996, p. 20).

É justamente em razão dessa potência metodológica presente na obra de Lefebvre que se torna possível compreender a cidade moderna a partir da especificidade do patriarcado capitalista, base sobre a qual se desenvolve esta pesquisa. A dialética triádica proposta por Lefebvre, segundo Schmid (2012, p. 07): “não termina numa síntese como no sistema hegeliano. Ela liga três momentos, que permanecem distintos entre si, sem reconciliá-los numa síntese – três momentos que existem em interação, em conflito ou em aliança entre si”. Na citação a seguir, há um recorte de como Lefebvre expõe sua dimensão tríade de análise do espaço:

a) Prática espacial, que abrange produção e reprodução. Lugares e conjuntos espaciais específicos de cada formação social, assegurando continuidade dentro de uma coesão relativa. Essa coesão implica, em relação ao espaço social e à relação de cada membro com seu espaço, tanto uma certa competência quanto uma certa performance. b) Representações do espaço, ligadas às relações de produção, à "ordem" que impõem e, portanto, ao saber, aos signos, aos códigos e às relações diretas. c) Espaços de representação, apresentando (com ou sem codificação) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que talvez pudesse ser definida não como um código do espaço, mas como um código dos espaços de representação¹⁵ (Lefebvre, 1981, 42-43)¹⁶.

Schmid (2012) evidencia que a chave para a teoria de Lefebvre está na compreensão da produção do espaço como formada por três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. Ele mostra que esses processos são duplamente determinados e, da mesma forma, duplamente designados: de um lado, correspondem à tríade da “prática espacial”, das “representações do espaço” e dos “espaços de representação”; de outro, remetem ao espaço percebido, concebido e vivido (Quadro 1), aproximando-se, respectivamente, de perspectivas fenomenológicas e linguístico-semióticas.

¹⁵ Do original: “a) La pratique spatiale, qui englobe production et reproduction, lieux spécifiés et ensembles spatiaux propres à chaque formation sociale, qui assure la continuité dans une relative cohésion. Cette cohésion implique, pour ce qui concerne l'espace social et le rapport à son espace de chaque membre de telle société, à la fois une compétence certaine et une certaine performance ; b) les représentations de l'espace, liées aux rapports de production, à l'« ordre » qu'ils imposent et, par là, à des connaissances, à des signes, à des codes, à des relations frontales ; c) les espaces de représentation, présentant (avec ou sans codage) des symbolismes complexes, liés au côté clandestin et souterrain de la vie sociale, mais aussi à l'art, qui pourrait éventuellement se définir non pas comme code de l'espace mais comme code des espaces de représentation”(Lefebvre, 1981, 42-43).

¹⁶ É válido pontuar que, como aponta Schmid (2012), referências isoladas a passagens dos textos de Lefebvre, entretanto, são insuficientes para defini-las plenamente. O significado dessas dimensões torna-se compreensível apenas no contexto geral da teoria e só pode ser reconstruído a partir da obra completa do autor. Para entendê-las adequadamente, é necessário iniciar pela abordagem dialética.

A tríade *percebido*, *concebido* e *vivido*, formulada por Henri Lefebvre, constitui um momento analítico fundamental de sua Teoria da Produção do Espaço, devendo ser compreendida como uma unidade dialética e não como a justaposição de esferas autônomas da realidade. Nesse sentido, o Quadro 1 é apresentado exclusivamente como recurso didático de exposição, cujo objetivo é tornar mais inteligíveis, em termos sintéticos, as dimensões que compõem o espaço social. Trata-se, portanto, de um procedimento metodológico de sistematização que não pretende fragmentar o real nem reduzir a complexidade da teoria lefebvriana a categorias estanques ou positivadas.

Quadro 1 - Tríade do espaço social em Henri Lefebvre: percebido, concebido e vivido¹⁷

Dimensão	Definição	Conteúdo
Espaço percebido	Prática espacial	Uso do corpo, deslocamentos, ritmos, gestos, trabalho, circulação
Espaço concebido	Representações do espaço	Planejamento urbano, técnica, arquitetura, normas, Estado
Espaço vivido	Espaços de representação	Experiência simbólica, afetiva, memória, desejo, subversão

Fonte: Elaboração própria, a partir de interpretação de Lefebvre (1981).

Em *A Produção do Espaço*, e dentro da dialética lefebvriana, o espaço é entendido como produto social. Para Lefebvre (1981), descrevê-lo é insuficiente: ele critica a perspectiva que se limita a inventariar. Seu método questiona quem produz o espaço, por que, para quem e de que modo. Mais do que isso, ele reconhece que a tensão não decorre de uma determinação unilateral, em que o poder apenas comanda ou o povo apenas cria, mas da contradição entre forças: o poder demanda e depende, ao mesmo tempo em que os subordinados participam, resistem e criam. Assim, enquanto houver conflito, o espaço não se esvazia, ao contrário, a contradição constitui a própria condição da produção e da criação.

Para a presente pesquisa, o interesse central na obra lefebvriana reside, portanto, em sua contribuição para o método de análise, por meio do qual se busca

¹⁷ Como indicado por Karl Marx (2013) a exposição analítica frequentemente exige momentos de abstração e separação conceitual que, na realidade concreta, aparecem sempre interligados e mutuamente determinados. Assim, o quadro não busca apresentar dimensões isoladas do espaço, mas apenas explicitar, de forma sintética, aspectos de um mesmo processo unitário.

compreender a forma capitalista do patriarcado. Ainda assim, como parte da estratégia metodológica, fez-se necessária a apresentação de um panorama expositivo e sumarizante acerca da presença da questão da mulher na obra de Lefebvre.

A partir daqui, serão pontuados determinados tópicos de sua obra em que a temática da mulher é explicitamente tratada.

Quando Henri Lefebvre escreve textos como *La vida cotidiana en el mundo moderno*, escrito em 1968, e *La production de l'espace*, em 1974, ele está observando o surgimento da segunda onda do feminismo, particularmente os movimentos de libertação das mulheres que emergiram após 1968. Na França isso aparece principalmente no Movimento de Libertação das Mulheres (MLF), movimento que era bastante heterogêneo. Veremos na análise que Lefebvre via dois riscos no movimento: 1) a reprodução invertida da dominação (trocar patriarcado por matriarcado), 2) a integração do feminismo ao consumo e ao cotidiano capitalista.

Adianta-se que sua crítica está muito próxima da crítica marxista ao feminismo liberal, que busca igualdade dentro da estrutura existente, mas que o problema aparece ao não diferenciar as correntes feministas, sua crítica pode ser válida para algumas vertentes, mas não para todas.

No livro *Introdução à Modernidade*, Lefebvre (1969), no capítulo em que dedica entender a natureza e a conquista sobre esta, empenha algumas páginas de seu escrito para discorrer sobre as características do que denomina de *mulher moderna*. Nesse texto, o autor discorre acerca da criação histórica da mulher moderna para demonstrar como a humanidade domina a natureza, mas também é parte dela. Dessa maneira, o pesquisador alcança o objetivo de esclarecer que a separação completa entre homem e natureza não é possível, mesmo através de sinais abstratos e signos, próprios da modernidade. Nesse escrito, Lefebvre considera que a criação histórica da mulher permite exemplificar esta relação, por estar sobrecarregada da forma mais primitiva de relação com a natureza. Para o autor, mesmo com todos os simbolismos da feminilidade bem como da natureza, a condição da mulher não se dissocia do real concreto. Na citação ele desenvolve a respeito da posição da mulher entre a vida e a morte:

[...] Lembremos que um grande número de moças, antigamente, morriam no parto; as que escapavam da maldição viam morrer à sua volta seus filhos. Mediadora entre a natureza e a cultura, entre a vida e o homem, entre os

grupos, entre as gerações, a mulher (a mãe) tornava-se também mediadora vivente entre os vivos e os mortos, entre a terra e o além. Ela figurava na 'parte maldita', ao mesmo tempo a parte mais bela, parte sagrada, da humanidade. Foi pois tardiamente e dificilmente que a mulher descobriu e atingiu um certa individualidade, rompendo o cordão umbilical que ligava a cultura à natureza (Lefebvre, 1969, p.177).

Para o autor, a mulher moderna rompeu com dimensões significativas das formas mais pretéritas de vínculo com a natureza e da derrota histórica feminina. A mulher moderna lefebvriana é descrita como portadora de avanços relevantes, não sendo mais reduzida apenas a funções fisiológicas e sociais, mas apresentada também como capaz de “dominar o tempo, para lutar contra a natureza” (Lefebvre, 1969, p. 179). Apesar disso, o próprio autor reconhece: “O drama dos sexos, hoje conhecido, termina com a grande promoção da mulher moderna? Não parece” (p. 179).

Ainda no mesmo texto, Lefebvre (1969) dialoga com movimentos sociais conduzidos por mulheres, de sua época “[...] mulheres que não conheceram o período heroico do feminismo, que não tiveram nem necessidade de se fazerem masculinas e de fingir qualidades viris para participar do combate (Lefebvre, 1969, p. 180)”. Em seguida as relaciona com tentativas de supremacia da mulher: “O neo-matriarcado, ou a ginecocracia, desponta no horizonte. Vã ameaça; esta tentativa não dará certo. No entanto a luta dos sexos continua” (Lefebvre, 1969, p. 180). Há aqui um claro reconhecimento e uma denúncia dos limites da luta fragmentada.

Ainda no mesmo escrito “Segunda Ilustração: A mulher moderna” o filósofo apresenta *insights* muito característicos do materialismo histórico dialético, que possibilitam interpretações importantes e pouco óbvias da condição da mulher como, por exemplo, a possibilidade de compreender que, apesar das significativas características revolucionárias da mulher moderna, sua dimensão concreta não está liberta da alienação e reificação social. A mulher moderna é posta como expressão significativa da ordem atual e com potenciais revolucionários:

E no entanto, esta mulher pode passar como uma das obras mais altas dessa época, mais próxima, mais sutil e finalmente tão importante senão mais, quanto a exploração do cosmos. Não são nem sua gênese nem suas funções na sociedade burguesa que o sociólogo pode criticar, mas seus limites quantitativos e qualitativos nesta sociedade (Lefebvre, 1969, p. 181).

No trecho a seguir, ao pontuar a gênese histórica do espaço, quando ainda estava imerso em práticas rituais, religiosas e políticas que ligavam diretamente o

corpo e a natureza, Lefebvre associa o espaço absoluto à dimensão, do sexo, da fecundidade e das relações imediatas ligadas à genitalidade.

O espaço absoluto em que ritos e cerimônias ocorrem conservação da natureza certas características que são modificadas para se tornarem parte do espaço cerimonial: idades, sexos, genitália (fertilidade). Tanto cívico quanto religioso, o espaço absoluto preserva, portanto, linhagens, famílias, relações imediatas, mas transferidas para a cidade, para o estado político fundado na cidade¹⁸ (Lefebvre, 1981, p. 59-60).

No escrito *A reprodução das relações de produção*, Lefebvre (2020) observa, ao analisar o psiquiatra ucraniano Wilhelm Reich, que as relações sociais de produção capitalistas se reproduzem não apenas no âmbito econômico, mas também no espaço familiar:

A problemática emergente, a da reprodução das relações sociais de produção, só tardiamente se descobre, e justamente na obra de um aberrante pensador “marxista”, duplamente herético, psicanalista que faz voltarem contra a psicanálise “ortodoxa” os seus próprios dogmas: Wilhelm Reich. Pretende ele ver, nas relações sexuais e familiares, as homologias com as relações sociais. A família corresponde à empresa. O Pai é também o Patrão e vice-versa; a paternidade, que engloba autoridade, poder e o controle do patrimônio, corresponde à propriedade capitalista dos meios de produção; a mulher, os filhos, os empregados domésticos, são, portanto, simultaneamente explorados e dominados. Wilhelm Reich não vê na família burguesa uma consequência, uma “mimese” (imitação) da sociedade global capitalista. Ele inverte esta perspectiva: no “lar” familiar entrevê o centro onde produzem e reproduzem as relações globais. É uma tese que não recua perante algumas extrapolações (visto que passa alegremente por cima da teoria do mais-valor e do sobreproduto social), mas que tem o mérito de equacionar, em toda a sua extensão, o problema fundamental. As gerações passam; os homens mudam; as relações “estruturais” permanecem. Como é que isso é possível? Onde se produz a reprodução? Embora Reich conclua apressadamente da parte para o todo, ele não deixa de compreender, por isso, o problema e uma parte da resposta. Retomaremos mais adiante a sua teoria e a sua análise subordinada a uma rubrica definida, a do “núcleo gerador” (Lefebvre, 2020, p. 38).

Lefebvre dialoga com Reich acerca da questão de método, a relação entre totalidade “sociedade global” e a particularidade do “lar, a família”. Mas além disso ele destaca o mérito da análise de Reich, que, segundo ele, conseguiu formular com profundidade o problema fundamental da reprodução das relações sociais estruturais.

¹⁸ Do original: L’espace absolu dans lequel se déroulent des rites et cérémonies retient de la nature certains traits qui se modifient pour s’incorporer à lui au cérémonial: les âges, les sexes, la génitalité (fécondité). Civique et religieux à la fois, l’espace absolu conserve donc les lignées, les familles, les relations immédiates, mais transférées à la cité, à l’État politique fondé sur la ville.

Isso demonstra a presença da contradição da família burguesa no seu entendimento de reprodução das relações de produção da obra lefebriana.

Na obra *A Produção do Espaço*, em específico, Lefebvre discute de maneira consistente o lugar da masculinidade e da feminilidade nas sociedades antigas, discussão bastante semelhante à desenvolvida por Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Do ponto de vista de seu método, tal abordagem mostra-se coerente, uma vez que permite identificar como esses dispositivos se desenvolveram até o presente. No entanto, na presente pesquisa, essa discussão será apresentada de forma sucinta, destacando-se especialmente os momentos em que Lefebvre trata a questão no contexto da modernidade.

No trecho a seguir, Lefebvre descreve o funcionamento do espaço abstrato¹⁹ e o modo como ele aparece pacífico e regulado. Nele a questão da mulher aparece indireta, porém significativa. O espaço abstrato se apresenta como um ambiente civilizado, onde se supõe a proteção de grupos considerados vulneráveis (dentre eles as mulheres), mas não é igualmente seguro e acessível (limitado pela propriedade privada) para todos.

O espaço abstrato funciona de maneira extremamente complexa. Assim como o diálogo, esse espaço implica um acordo tácito, um pacto de não agressão, um quase-contrato de não violência. Ou seja, de reciprocidade, de uso compartilhado. Na rua, espera-se que cada transeunte não ataque aqueles que encontra; o agressor que transgride essa regra comete um ato criminoso. Tal espaço pressupõe uma economia espacial que se entrelaça com a economia verbal, mas é distinta dela. Essa economia valoriza certas relações entre as pessoas em determinados lugares (lojas e boutiques, cafés, cinemas, etc.) e, conseqüentemente, dá origem a discursos conotativos sobre esses lugares, levando a um consenso, uma convenção: nesses lugares, evita-se problemas e propõe-se frequentá-los pacificamente, para se sentir confortável, etc. Quanto aos discursos denotativos, isto é, descritivos, eles têm um aspecto quase jurídico, também levando a um consenso: não se briga para ocupar o mesmo lugar; Deixam-se espaços disponíveis, mantendo-se, exceto onde impossível, a "proxêmica", distâncias respeitadas. Isso, por sua vez, leva a uma lógica e a uma estratégia de apropriação do espaço: "o que é seu não é meu, lugares e coisas". E, no entanto, existem lugares comuns, espaços compartilhados, cuja posse e consumo não podem ser inteiramente privados, como cafés, praças e monumentos. O consenso espacial brevemente descrito faz parte da civilização, assim como a proibição de certos atos rudes ou ofensivos (contra crianças, mulheres, idosos e até mesmo toda a população). Portanto, opõe-se à luta de classes, assim como a outras formas de violência, com uma firme rejeição²⁰ (1981, p. 69, tradução nossa).

¹⁹ A questão do espaço abstrato em Henri Lefebvre será melhor desenvolvida no texto 3.2 - Espaço social feminino.

²⁰ Do original: L'espace abstrait fonctionne de façon hautement complexe. Au même titre que le dialogue, cet espace implique un accord tacite, un pacte de non-agression, un quasi-contrat de non-

Ou seja, para ele, o espaço abstrato moderno opera por meio de normas, como um contrato invisível que regula o comportamento das pessoas. Esse consenso, que se parece com civilidade, naturaliza a propriedade, neutraliza conflitos e esconde as desigualdades sociais, funcionando como um dispositivo ideológico que mascara a luta de classes. Em outro momento da obra *A Produção do Espaço*, Lefebvre pontua:

O espaço sensorio-sensorial, lúdico sem que se tenha consciência disso (o jogo apropria-se dele facilmente), contém relações sociais; elas aparecem ali como relações de oposição e contraste; de sequências encadeadas. Predominam as longas: direita e esquerda, cima e baixo, central e periférico, marcado e orientado, perto e longe, simétrico e assimétrico, favorável e desfavorável. Não se esqueça: paternidade e maternidade, espaços masculino e feminino²¹ (1981, p. 243, tradução nossa).

No trecho apresentado na citação a seguir, Lefebvre destaca que o espaço não é uma natureza pura a ser posteriormente preenchida pela sociedade, ele nasce de uma prática social prévia, ou seja, é historicamente produzida. Partindo dessa crítica ao espaço concebido como vazio a ser ocupado, o autor evidencia os limites dessa concepção, que naturaliza as diferenças sociais. Sob essa perspectiva, a mulher seria reduzida a cumprir passivamente um papel exclusivamente bio-social, ocultando o fato de que a produção do espaço é desigual e patriarcal.

Um espaço social não é um espaço socializado (1). A teoria, que pretende ser geral, de uma “socialização” daquilo que supostamente preexiste à sociedade — a natureza, a biologia e a fisiologia (necessidades, vida “física”) — resume uma ideologia. Tem o efeito de uma miragem “reativa”. Acreditar,

violence, c'est-à-dire de réciprocité, d'usage partagé. Dans la rue, chaque passant est censé ne pas attaquer ceux qu'il rencontre; l'agresseur qui transgresse cette loi accomplit un acte criminel. Un tel espace suppose une « économie spatiale » solidaire de l'économie verbale, bien que distincte, qui valorise pour les gens certaines relations dans certains lieux (les magasins et boutiques, les cafés, cinémas, etc.) et, par conséquent, suscite des discours connotatifs à propos de ces lieux, entraînant un « consensus », une convention : dans ces endroits, on évite les ennuis, et on se propose d'y aller tranquillement, d'y être bien, etc. Quant aux discours dénotatifs, c'est-à-dire descriptifs, ils ont un aspect quasi juridique, entraînant lui aussi un consensus : on ne va pas se battre pour occuper le même endroit ; on laisse des espaces disponibles, en ménageant, sauf impossibilité, les « proxémies », les distances respectueuses. Ce qui entraîne à son tour une logique et une stratégie de la propriété dans l'espace : « ce qui est à toi n'est pas à moi, lieux et choses ». Et cependant, il y a des lieux communs, des lieux partagés, dont la possession et la consommation ne peuvent être entièrement privées, comme les cafés, les places, les monuments. Le consensus spatial ici rapidement décrit fait partie de la civilisation, comme l'interdiction de certains actes grossiers ou offensants (vis-à-vis des enfants, des femmes, des vieillards et même de toute la population). Il oppose donc à la lutte des classes, comme à d'autres violences, une fin de non-recevoir.

²¹ L'espace sensoriel-sensuel, ludique sans le savoir (le jeu se l'approprie aisément), contient les rapports sociaux; ils y apparaissent comme rapports d'opposition et de contraste, de séquences enchaînées. Y prédominent longtemps: la droite et la gauche, le haut et le bas, le central et le périphérique, le jalonné et l'orienté, le proche et le distant, le symétrique et le dissymétrique, le favorable et le défavorable. Ne pas oublier: la paternité, la maternité, les lieux mâles et les lieux femelles.

por exemplo, que o espaço natural descrito pela geografia é posteriormente socializado leva o ideólogo, por vezes, a lamentar nostalgicamente o desaparecimento desse espaço e, por vezes, a afirmar que este não tem importância porque desaparece. Quando uma sociedade se transforma, os materiais dessa mutação provêm de outra prática social, historicamente (geneticamente) preexistente. O Natural, o original no seu estado puro, nunca é recuperado. Daí as conhecidas dificuldades da reflexão (filosófica) sobre as origens. O espaço, primeiro vazio, depois preenchido pela vida social e modificado por ela, deriva desta hipótese de uma “pureza” inicial, identificável como “natureza”, como o ponto zero da realidade humana. Espaço vazio, um vazio mental e social, permitindo a socialização do não social — esta é uma representação do espaço. Ele é concebido como transformado em “experiência vivida” por um “sujeito” social, afetado por determinações práticas (trabalho, lazer) ou mesmo por determinações biossociais (jovens, crianças, mulheres, pessoas ativas). Esta representação engendra, para reflexão, um espaço onde as “partes interessadas”, indivíduos e grupos, supostamente residem e vivem²² (1981, p. 220-221, tradução nossa).

No trecho a seguir, o filósofo demonstra como a indústria, ao discutir aspectos próximos ao debate marxiano sobre trabalho, referindo-se à tomada de consciência, ao discurso e ao significante como características exclusivamente humanas, mercantiliza o perfume, vinculando-o a uma representação estereotipada da mulher. A figura significante feminina torna-se, assim, serva do espaço mercadoria: o corpo da mulher é fetichizado e transformado em suporte simbólico.

A rosa, que não sabe que é uma flor, que desconhece sua beleza (Angelus Silesius), também desconhece que exala uma fragrância deliciosa. Embora a flor já esteja em plena frutificação, oferece seu esplendor perecível; oferece a si mesma, a natureza, o cálculo e o desígnio “inconsciente”, um jogo de vida e morte. O aroma, a violência e a generosidade da natureza, não significa; ele é e diz o que é, imediatismo, a intensa particularidade daquilo que ocupa um lugar e o abandona para o que o rodeia. O odor natural e os perfumes expressam. A produção industrial, que muitas vezes cheira mal, produz perfumes; gostaríamos que fossem “significativos”, e as palavras, o discurso publicitário, atribuem-lhes significados: mulher, frescor, natureza, a região de Lubin, “glamour”. Mas um perfume ou produz ou não produz um

²²Do original: Un espace social, ce n'est pas un espace socialisé. La théorie, qui se veut générale, d'une « socialisation » de ce qui préexisterait à la société — nature, biologie, physiologie (besoins, vie « physique ») — résume une idéologie. Et n'a qu'un effet de mirage « réactif ». Croire, par exemple, que l'espace-nature, décrit par la géographie, se socialise ensuite, destine l'idéologue tantôt à regretter nostalgiquement la disparition de cet espace, tantôt à dire qu'il n'a aucune importance parce qu'il disparaît. Lorsqu'une société se transforme, les matériaux d'une telle mutation proviennent d'une autre pratique sociale, historiquement (génétiquement) préexistante. Le naturel, l'originel à l'état pur, ne se retrouvent jamais. D'où les difficultés bien connues de la réflexion (philosophique) sur les origines. L'espace, d'abord vide, puis rempli par une vie sociale et modifié par elle, relève de cette hypothèse d'une « pureté » initiale, identifiable comme « nature », comme point zéro de la réalité humaine. L'espace vacant, vide mental et social, permettant la socialisation du non-social, c'est une représentation de l'espace. On le conçoit comme transformé en « vécu » par un « sujet » social, affecté de déterminations pratiques (le travail, le jeu) ou encore de déterminations bio-sociales (les jeunes, les enfants, les femmes, les gens actifs). Cette représentation engendre pour la réflexion un espace où se logent, et que vivent censément, les « intéressés », individus et groupes.

estado erótico; não fala dele. Encanta um lugar ou o deixa como estava²³ (1981, p. 229, tradução nossa).

Na citação a seguir, Lefebvre explica como a suposta transição histórica do poder social da maternidade para o da paternidade determinou os contornos do surgimento daquilo que viria a se tornar a propriedade privada. Nesse contexto, ele apresenta o patriarcado como princípio ordenador do espaço social, que hierarquiza quem domina e quem é dominado. Lefebvre evidencia, assim, a relação entre patriarcado e espacialização do poder, mostrando como a dominação masculina constitui parte indispensável da gênese do espaço abstrato.

Quando a paternidade impõe sua lei legal (a Lei) sobre a maternidade, a abstração torna-se a lei do pensamento. O domínio do Pai sobre a terra, a propriedade, os filhos, os servos e escravos, e as mulheres introduz e pressupõe a abstração. No lado feminino, há o imediato, a reprodução da vida (indiscernivelmente entrelaçada, no início, com a produção agrícola), o prazer e a dor, a terra e o abismo. Esse poder paterno é inseparável da lei dos signos imposta à natureza, por meio da escrita e das inscrições, por meio da pedra. A transição do papel ainda importante da maternidade (relações consanguíneas) para a predominância da paternidade implica a constituição de um espaço mental e social; juntamente com a propriedade privada da terra, sua divisão é imposta segundo princípios abstratos que determinam tanto os limites das propriedades quanto o status dos proprietários²⁴ (Lefebvre, 1981, p. 281-282, tradução nossa).

Ao abordar a contextualidade das cidades nas antigas civilizações europeias em relação ao espaço absoluto (nesse trecho ele faz um movimento que é bem caro que é justamente de não romantizar o que se tinha antes, *grosso modo*, com o

²³ Do original: La rose qui ne sait pas qu'elle est fleur, qui ignore sa beauté (Angelus Silesius), ignore aussi qu'elle répand une odeur délicieuse. Bien que la fleur soit déjà en proie au fruit, elle offre sa splendeur périssable; elle s'offre, nature et calcul et projet « inconscients », jeu de vie et de mort. L'odeur, violence et générosité de la nature, ne signifie pas; elle est et dit ce qu'elle est, immédiateté, intense particularité de ce qui occupe un lieu et sort de ce lieu vers les alentours. Puanteurs et parfums naturels expriment. La production industrielle, qui sent souvent mauvais, produit des parfums; on les voudrait « signifiants », et les mots, les discours publicitaires, leur joignent des signifiés: femme, fraîcheur, nature, le pays de Lubin, le « glamour ». Mais un parfum produit ou ne produit pas un état érotique, il n'en parle pas. Il enchante un lieu ou le laisse tel qu'il était.

²⁴ Do original: Lorsque la paternité impose sa loi (la Loi) juridique à la maternité, l'abstraction s'érige en loi de la pensée. La domination du Père sur le sol, les biens, les enfants, les serviteurs et les esclaves, les femmes, introduit l'abstraction et la suppose. Du côté du féminin, il y a l'immédiat, la reproduction de la vie (indiscernablement mêlée, au début, à la production agricole), le plaisir et la douleur, la terre et l'abîme. Ce pouvoir paternel ne va pas sans la loi des signes imposée à la nature, par l'écrit et par les inscriptions, par la pierre. Le passage de la maternité encore importante (relations de consanguinité) à la prédominance de la paternité implique la constitution d'un espace mental et social; en même temps que la propriété privée des sols, leur partage s'impose selon des principes abstraits qui déterminent à la fois les limites des propriétés et le statut des propriétaires (Lefebvre, 1981, p.281-282).

predomínio do espaço absoluto), ele é bastante assertivo e crítico à questão da mulher:

Todas as sociedades históricas diminuíram a importância das mulheres e limitaram a influência da feminilidade. Entre os gregos, ela se reduzia à fertilidade do campo, propriedade do marido, cultivada por ele; estava confinada ao lar: ao redor do altar, da lareira, ao redor do ônfalo, um espaço circular, fechado e fixo, ao redor do forno, o último vestígio do abismo escuro. O status social seguiu a mesma restrição que o status simbólico e prático, esses dois aspectos se mostrando inseparáveis na espacialidade (prática espacial)²⁵ (Lefebvre, 1981, p. 286- 287, tradução nossa).

Ao destrinchar de maneira crítica o espaço abstrato, Lefebvre (1991a), denuncia que o espaço da homogeneização não tem nada de homogêneo, pois na verdade “contém e unifica de sua maneira constrangedora fragmentos” e ele é a “incoerência sob o signo da coerência” (p. 309). E nesse espaço em que se desdobram estratégias que transpostam, por exemplo, a sexualidade em ideologia. A relação sexual ganha uma reciprocidade apenas contratual²⁶. A citação a seguir expõe a “solidão fálica” e a afirmação de que a “representação do sexo substituiu o sexo”.

O espaço da substituição, que troca a natureza pela fria abstração, pela ausência de prazer, é o espaço mental da castração (tanto ficcional quanto real, simbólica quanto concreta). É o espaço da metaforização onde a imagem da mulher suplanta a mulher, onde seu corpo se fragmenta, onde o desejo se estilhaça, onde a vida desmorona. No espaço abstrato, reinam a solidão fálica e a autodestruição do desejo. A representação do sexo substituiu o sexo sob o termo “sexualidade”, e sua justificativa mascara sua depreciação²⁷ (Lefebvre, 1981, p. 356-357, tradução nossa).

A citação evidencia como a modernidade, ao produzir o espaço abstrato, opera uma substituição que esvazia a experiência concreta. O corpo da mulher, fragmentado e transformado em imagem, revela a lógica da abstração: reduzir a vivência sensível

²⁵ Do original: Toutes les sociétés historiques ont diminué l'importance des femmes et limité l'influence de la féminité. Chez les Grecs, elle se réduit à la fécondité d'un champ, propriété de l'époux, cultivé par lui; elle se localise dans la maison, autour de l'autel, du foyer, autour de l'omphalos, espace rond, clos et fixe, autour du four, dernière trace du gouffre ténébreux. Le statut social a suivi la même restriction que le statut symbolique et pratique, ces deux aspects se montrant indissociables dans la spatialité (la pratique spatiale) (Lefebvre, 1981, p. 286- 287).

²⁶ Esse entendimento quando esbarra no vivido ganha contornos bem interessantes especialmente no que se refere aos corpos negros (Prostituição de transsexuais, solidão da mulher negra, hiperssexualização de homens e mulheres negras, turismo sexual para América Latina como um todo).

²⁷ Do original: L'espace de la substitution, qui remplace la nature par l'abstraction froide, par l'absence de plaisir, c'est l'espace mental de la castration (à la fois fictive et réelle, symbolique et concrète). C'est celui de la métaphorisation, où l'image de la femme supplante la femme, où son corps se fragmente, où le désir se brise, où la vie s'émiette. Dans l'espace abstrait règnent la solitude phallique et l'autodestruction du désir. La représentation du sexe a remplacé le sexe sous le vocable « sexualité », et son apologie couvre sa dépréciation (Lefebvre, 1981, p. 356-357).

à representação, em que o desejo é mediado por formas simbólicas que o depreciam. Ao anunciar Picasso como aquele responsável por anunciar a modernidade, Lefebvre demonstra a consciência ao modo como masculinidade e a feminilidade são postas na modernidade:

O espaço de Picasso renunciou o espaço da modernidade. Isso não significa que ele o produziu. Eis aqui: um espaço visualizado sem reservas, uma ditadura do olhar e do falo: virilidade agressiva, o touro, o macho mediterrâneo, o “machismo”, que ascende (gênio inegável na genitalidade) ao ponto da paródia e, por vezes, da autocrítica. A crueldade de Picasso para com o corpo, particularmente o corpo feminino, torturado de mil maneiras, caricaturado, é ditada pelo espaço dominante, o olhar e o falo, a violência. Ele só pode se expressar (reconhecer-se, revelar-se) denunciando-se. Porque ele é um grande verdadeiro artista, consumindo arte, ativando-a (tudo é consumido), Picasso vislumbra e prepara o espaço dialético para a emergência de um outro espaço (diferencial) a partir do espaço fragmentado, cujas contradições o pintor revela e detecta; Estas residem dentro dele, em suas obras, ditas e não ditas²⁸ (Lefebvre, 1981, p. 348-349, tradução nossa).

Lefebvre analisa a obra de Picasso como representação e denúncia de um espaço dominado pela virilidade agressiva, pela masculinidade dominante e pela violência simbólica. Trata-se de uma crítica direta ao espaço patriarcal, onde o olhar estabelece controle e o falo representa o símbolo da masculinidade dominante. Na citação a seguir, ao analisar a arquitetura moderna, estabelece a ordem do macho disfarçada como racionalidade técnica ou estética:

Os pintores terão revelado a transformação social e política do espaço. A arquitetura será revelada como a serviço do poder e do Estado, portanto reformista e conformista em escala global. Embora seu advento tenha sido saudado como uma revolução — ainda mais, como a revolução arquitetônica antiburguesa! A Bauhaus, assim como Le Corbusier, expressou (isto é, formulou e realizou) as exigências arquitetônicas do capitalismo de Estado, bastante semelhantes às exigências do socialismo de Estado, desenvolvidas no mesmo período pelos construtivistas russos. Estes últimos demonstraram mais imaginação (de natureza utópica) do que seus colegas ocidentais; eles seriam considerados reacionários em seu país, enquanto seus

²⁸ Do original: L'espace de Picasso annonce l'espace de la modernité. Cela ne veut pas dire qu'il le produit. Le voilà: espace visualisé sans réserves, dictature de l'œil et du phallus; la virilité agressive, le taureau, le mâle méditerranéen, le machismo, qui s'élève — incontestable génialité dans la génitalité — jusqu'à sa parodie et parfois son autocritique. La cruauté de Picasso pour le corps, en particulier pour le corps féminin, torturé de mille façons, caricaturé, c'est la dictée de l'espace dominant: œil et phallus, violence. Il ne peut se dire (s'avouer, s'avérer) qu'en se dénonçant. Parce que grand véridique artiste, consommant l'art, l'activant (tout est consommé), Picasso entrevoit et prépare la dialectisation de l'espace: l'émergence d'un autre espace (différentiel) a partir de l'espace morcelé, dont le peintre révèle et décèle les contradictions; celles-ci résident en lui, dans ses œuvres, dites et non dites (Lefebvre, 1981, p. 348-349).

contemporâneos na Bauhaus eram considerados subversivos²⁹ (Lefebvre, 1981, p. 351, tradução nossa).

Um dos pleitos centrais na obra lefebvriana é a crítica à dimensão da lógica formal e ao papel do planejamento na realidade. Segundo o filósofo, as formas são vazias na medida em que se impõem; desse embate, surge, no âmbito da abstração concreta, uma dinâmica dialética: são formas desprovidas de conteúdo próprio, mas que filtram, selecionam e direcionam os conteúdos da vida social, entrando constantemente em conflito com eles. É esse movimento que Picasso antecipa em suas telas, especialmente nas fases do protocubismo, cubismo analítico e cubismo sintético, datadas do início do século XX.

Ao analisar as cidades romanas, Lefebvre distingue no espaço vivido o princípio masculino do princípio feminino: “c) O espaço de representação, duplo: o princípio masculino militar, autoritário, legal, dominante; o princípio feminino não negado, mas integrado, “absorvido” na terra, lugar das sementes e dos mortos, ‘mundo’” (Lefebvre, 1981, p. 284, tradução nossa)³⁰. Aqui o filósofo demarca pontos importantes que vão desembocar com transformações, obviamente, na cidade moderna. Ou seja, mesmo que produza racionalmente, o espaço sob uma lógica patriarcal não apaga totalmente o que Lefebvre chama de princípio feminino, mas o subordina e o integra à ordem estabelecida. Assim, a condição feminina na cidade não é de negação absoluta, mas de incorporação subordinada. O feminino é importante/indispensável, mas quando domesticado dentro da ordem dominante patriarcal.

Ao posicionar o cristianismo na produção da cidade na Idade Média, Lefebvre novamente retoma o olhar para a questão da identidade de gênero “pouco de corpos femininos, senão ascéticos e condenados” quando:

²⁹ Do original: Les peintres auront révélé la transformation sociale et politique de l'espace. L'architecture se révélera au service du pouvoir et de l'État, donc réformiste et conformiste à l'échelle mondiale. Alors que son avènement se fit saluer comme une révolution — bien plus, comme la révolution anti-bourgeoise architecturale! Le Bauhaus, au même titre que Le Corbusier, exprima (c'est-à-dire formula et réalisa) les exigences architecturales du capitalisme d'État, assez peu différentes des exigences du socialisme d'État, dégagées dans la même période par les constructivistes russes. Ceux-ci montraient plus d'imagination (de caractère utopien) que leurs confrères occidentaux; ils passeront pour réactionnaires dans leur pays, alors que leurs contemporains du Bauhaus passaient pour subversifs (Lefebvre, 1981, p.351).

³⁰ Do original: c) L'espace de représentation, double: le principe masculin — militaire, autoritaire, juridique, dominant; le principe féminin, non pas nié mais intégré, « abîmé » dans la terre, lieu des semences et des morts, « monde ».

O Falo é visível. Enquanto o órgão feminino, uma figura do mundo, permanece oculto. Prestigiado, um símbolo de força e fertilidade, o Falo se impõe à visão erguendo-se. No espaço onde o olho arroga privilégios para si, o Fállico receberá ou produzirá privilégios. O Olhar é o olho de Deus, do Pai, do Líder. Este espaço onde o olhar se apodera daquilo que lhe serve será o espaço da força, da violência, do poder sem quaisquer limites além dos seus meios. O espaço do Deus Trinitário e dos Reis não será mais o espaço dos sinais enigmáticos, mas o dos escritos e da história. Portanto, da violência militar, portanto masculino³¹ (Lefebvre, 1981, p. 302-303, tradução nossa).

No livro *Lógica Formal, Lógica Dialética* (1991c), de Lefebvre, nenhuma menção à questão da mulher foi identificada. Em *A Cidade do Capital* (2001b), obra na qual o autor se dedica ao estudo e às notas sobre a obra marxiana, a questão da mulher é abordada uma vez, acompanhada de poucas referências ao papel social da família, enquanto a palavra “homem” é frequentemente utilizada como sinônimo de sujeito universal. Essa menção ocorre no momento em que Lefebvre estabelece um diálogo com Hegel, Engels e Marx acerca da cidade e da divisão do trabalho, como se observa a seguir:

Consideramos, no primeiro estágio da vida social, da sociedade tribal ou comunitária, os trabalhos divididos – principalmente segundo as idades e os sexos – na família ampliada. Certamente, eles se encadeiam, supõem-se reciprocamente, complementam-se. Num pequeno número de casos, deixam para as mulheres um estatuto honorário, um papel importante. No entanto, na imensa maioria dos casos conhecidos, o estatuto das mulheres se degrada. Os homens dominam, depreciam as atividades femininas ou relegam as mulheres às atividades depreciadas. A desigualdade das funções provoca a luta dos sexos, e estas condições se sobrepõem, apesar de todas as razões e causas que mantêm a unidade dos sexos no quadro de uma sociedade: sentimentos, desejos, religião, moral, ritos, etc. Em consequência a desigualdade dos sexos, e a sua luta são inerentes à família. A igualdade dos sexos? Uma palavra vã, uma reivindicação vã, sem supressão da família, mesmo no plano econômico[...] (Lefebvre, 2001b, p. 52).

No livro *Direito à Cidade* (2001a), obra em que o filósofo estabelece a tese de que, ao se desenvolver a industrialização, provoca-se a urbanização da sociedade, quando o urbanismo se torna ideologia e prática, a cidade deixa de ser obra e se torna produto, de modo que o Direito à cidade não é uma mera demanda por acesso, mas um processo revolucionário que exige o fim de qualquer tipo de apropriação. A obra

³¹ Do original: Le Phallus se voit, alors que l'organe féminin, figure du monde, reste caché. Prestigieux, symbole de force et de fécondité, le Phallus s'impose à la vision en s'érigeant. Dans l'espace où l'œil s'arroge des privilèges, le phallique recevra ou produira des privilèges. Le regard, c'est l'œil de Dieu, du Père, du Chef. Cet espace où le regard s'empare de ce qui le sert, ce sera l'espace de la force, de la violence, du pouvoir sans autres limites que celles de ses moyens. Espace du dieu trinitaire et des rois, ce ne sera plus l'espace des signes cryptiques, mais celui des écritures et de l'historique — donc de la violence militaire, donc masculine.

está dividida em dois momentos: O direito à Cidade (2001a) e O espaço e Política: Em O direito à cidade II (2016), a questão da mulher aparece:

Através das diversas tendências esboça-se uma estratégia global (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a "legível", uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma cotidianidade geradora de satisfações **(notadamente para as mulheres que o aceitam e dele participam³²)**. O consumo programado e cibernetizado (previsto pelos computadores) tornar-se-á regra e norma para a Sociedade inteira. Outros edificarão centros decisoriais, que concentram os meios do poder: informação, formação, organização, operação. Ou ainda: repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade). Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço (Lefebvre, 2001a, p. 32-33).

Na citação anterior, ao desenvolver como a cidade moderna está sendo reorganizada segundo uma lógica de consumo dirigido e controle centralizado, a situação da mulher é posta no meio do escrito de maneira solta e pouco aprofundada, mesmo assim merece considerações. O que parece uma denúncia ao modo como tal condição afeta especialmente as mulheres, interpeladas como agentes centrais do consumo no lar à mercê de uma aceitação da rotina urbana consumista, significa a subsunção à lógica do capital e demonstra, além disso, limites quanto à análise da questão. Afinal, isso reproduz o erro da ideia de que as mulheres estão mais ligadas ao consumo do que à produção do espaço.

Lefebvre realiza uma regressão para a análise histórica da cidade, na qual a questão da mulher surge em dois momentos. O primeiro ocorre ao tratar da formação da cidade arcaica (grega ou romana). Sobre isso, Lefebvre afirma que:

³² Notas de orientação: "Para efeito interpretativo: uma coisa é dizer que as mulheres, individualmente dotadas de consciência emancipada, "aceitam", cada uma à sua maneira, participar da sociedade de consumo. Outra coisa é constatar que há uma consciência geral e objetiva que leva as mulheres a aceitarem e participarem da sociedade de consumo, pois é assim que a cotidianidade é orientada. No primeiro caso, a mulher considerada é abstrata, genérica, deslocada de suas condições históricas, individualizada (pós-moderna). No segundo caso, trata-se da mulher histórica, que participa das relações contraditórias próprias da modernidade, que "aceita" a ideologia do consumo (p. ex.) porque ela constitui uma força objetiva, uma abstração concreta, mas que também reage na dimensão do vivido. Considerando a integralidade da obra do autor (se assim for necessário proceder, como destacado acima), não seria sobre outra mulher que Lefebvre se referiria senão à segunda".

A separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, com a divisão dos trabalhos conforme os sexos e as idades (divisão biológica do trabalho), com a organização do trabalho segundo os instrumentos e as habilidades (divisão técnica). A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual (Lefebvre, 2001a, p. 36).

O segundo, ao abordar como os limites da idealização do espectro da cidade moderna ainda estão associados à democracia limitada da cidade arcaica (grega ou romana):

Atualmente, Lewis Mumford, G. Bardet, entre outros, imaginam ainda uma cidade composta não por cidadãos mas por cidadãos livres, libertados da divisão do trabalho, das classes sociais e da luta dessas classes, constituindo uma comunidade, associados livremente para a gestão dessa comunidade. Compõem assim, como filósofos, o modelo da cidade ideal. Imaginam a liberdade no século XX como a liberdade da cidade grega (singularmente travestida por uma ideologia: apenas a cidade como tal possuía a liberdade, e não os indivíduos e os grupos). Portanto, pensam na cidade moderna segundo o modelo da cidade antiga, identificada com a cidade ideal e simultaneamente racional. A ágora, lugar e símbolo de uma democracia limitada aos cidadãos e que exclui as mulheres, os escravos, os estrangeiros, continua a ser, para uma certa filosofia da cidade, o símbolo da sociedade urbana em geral. Extrapolação tipicamente ideológica (Lefebvre, 2001a, p. 47-48).

Reconhece-se que essa tal “liberdade” da *polis* grega era, na verdade, restrita aos homens, e que o modelo idealizado por Lewis Mumford, G. Bardet, entre outros, é sustentado por uma ideologia que apaga os excluídos, mulheres, escravizados e estrangeiros.

Por fim, a última referência encontrada no direito à cidade aparece em sua análise acerca do papel da militância na realização de direitos, reconhecendo assim a existência da exclusão socioespacial por critérios como classe, gênero e idade.

Uma das últimas contradições entre a socialização da sociedade e a segregação generalizada. Existem muitas outras, por exemplo entre a etiqueta de revolucionário e o apego às categorias de um nacionalismo produtivista superado. No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas, o individual não morre e se afirma. Surgem direitos; estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos, e sabe-se bem como esses “direitos” concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios pela democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde à habitação. Apesar, ou através das gigantescas destruições, das guerras mundiais, das ameaças, do terror nuclear. A pressão da classe operária foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para

o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada para os costumes, para a sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos (Lefebvre, 2001a, p.116-117).

Entende-se, assim, que a luta pela igualdade e pelo direito à cidade não se encerra com a instituição de normas ou direitos abstratos, mas demanda a contínua tensão entre a socialização das relações humanas e as contradições materiais e simbólicas que atravessam o espaço urbano. “A pressão da classe operária foi e continua a ser necessária (mas não suficiente)” (Lefebvre, 2001a, p.117), afirmação que mobiliza o entendimento da necessidade de luta constante e antifrágil.

Com base nas leituras desenvolvidas e no período histórico e político com que a obra lefebvriana dialoga, é possível afirmar que Lefebvre não estava criticando o movimento feminista em geral, mas sim certas tendências do feminismo emergente na segunda metade do século XX, especialmente aquelas que ele percebia como integráveis à lógica da modernidade capitalista ou como formas de inversão simétrica do patriarcado. O problema é que ele não distingue claramente as correntes feministas, o que gera justamente a ambiguidade nas interpretações.

3.1.1 A obra de Lefebvre sob críticas: o que dizem as críticas feministas a respeito da análise lefebvriana

O projeto desta pesquisa propõe-se a dialogar com a obra de Henri Lefebvre e a mobilizar uma dimensão necessária de seu trabalho, especialmente no que diz respeito ao potencial de abarcar questões relacionadas à espacialidade do patriarcado. Em razão de sua relevância teórica e da proximidade de sua abordagem com essa problemática, o filósofo tornou-se referência para diversos pesquisadores interessados em estabelecer interlocuções com o tema. O objetivo central deste subtópico consiste em reunir e analisar de forma sistemática as críticas dirigidas à obra lefebvriana no que se refere à compreensão do patriarcado e, de modo mais amplo, às questões que posteriormente seriam denominadas identitárias.

As professoras Virgínia Blum e Heidi Nast, em 1996 (mesma década da publicação da versão em inglês de *A Produção do Espaço*), publicaram o estudo intitulado *Where's the Difference? The Heterosexualization of Alterity in Henri Lefebvre and Jacques Lacan*. A tese central do trabalho sustenta que Lefebvre adapta os registros lacanianos para termos espacialmente dialéticos. Segundo as autoras, ele

simultaneamente supera e reproduz a ordem paterno-materna (heterossexual) presente em Lacan, ao substituí-la por formas de espacialidade. No entanto, como afirmam Blum e Nast (1996):

Nesse processo, ele subverte e reproduz a ordem paterno-materna (heterossexual) de Lacan. Argumentamos que a crítica de Lefebvre fornece ferramentas teóricas poderosas para compreender como a alteridade e a significação são sempre e inevitavelmente mediadas política e materialmente por meio das corporeidades e do "espaço". Contudo, Lefebvre só consegue desenvolver sua dialética espacial da história em termos heterossexistas: embora identifique, de forma útil, metáforas materno-paternais em diferentes formações sociais ocidentais ao longo do tempo, ele não questiona diretamente a própria heterossexualidade que confere a essas metáforas seu significado e força relacionais. Em resumo, ele nos leva à beira de um domínio não heterossexista, mas nunca entra nele (Blum; Nast, 1996, p. 559, tradução nossa)³³.

As pesquisadoras argumentam que o movimento de espacialização dialética presente na teoria lefebvriana possibilita avanços em relação às explicações heterossexistas, sobretudo devido à centralidade atribuída à corporeidade em sua análise. Contudo, para as autoras, os limites dessa perspectiva residem na própria noção lefebvriana de “diferença”, que permanece vinculada à heterossexualidade. Ou seja, para elas, embora Lefebvre utilize o conceito de diferença e critique o patriarcado simbólico em Lacan, sua abordagem ainda se estrutura a partir de ideias heteronormativas, como a oposição mãe/pai, que reforçam o heteropatriarcado. Segundo elas: “as afirmações de Lefebvre sobre a história ganham significado pela criação de uma narrativa da história baseada em uma dicotomia cartesiana irreduzível de gênero: mente (homem) corpo (mulher)” (Blum; Nast, 1996, p. 568, tradução nossa).

O Pai predominava; ele se tornava o que era: chefe, soldado político e, portanto, Lei ou Direito. O poder patriarcal era acompanhado pela imposição de uma lei de sinais sobre a natureza por meio da escrita, por meio de inscrições – por meio da pedra. O feminino, em contraste, passou a ser associado à Natureza – ainda não reivindicada além dos muros da cidade – e às terras urbanas juridicamente regulamentadas como propriedade privada: "Atribuídos à esfera feminina estavam a experiência imediata, a reprodução

³³ Do original: In the process, he both subverts and reproduces Lacan's paternal-maternal (heterosexual) order. We hold that Lefebvre's critique provides powerful theoretical tools for understanding how alterity and signification are always and inevitably politically and materially mediated through corporealities and 'space'. Nonetheless, Lefebvre can only work out his spatial dialectic of history in heterosexist terms; although he usefully identifies maternal-paternal metaphors in different Western social formations over time, he fails to interrogate directly the very hetero-sexuality that gives these metaphors their relational significance and force. In short, he brings us to the brink of a nonheterosexist domain, but never enters it.

da vida (que, a princípio, estava inextricavelmente ligada à produção agrícola), o prazer e a dor, a terra e o abismo abaixo" (página 243). Lefebvre estabelece, assim, uma dicotomia implícita entre "espaços" que não são apenas generificados, mas heterossexualizados (paterno/materno). Ele emprega o que Doreen Massey chamou de dualismo dicotômico (Blum; Nast, 1996, p. 566)³⁴.

Apesar da ausência de um posicionamento explícito e crítico sobre o tema, a análise das citações selecionadas e da obra *A produção do Espaço* não permitem afirmar que Lefebvre está escrevendo aquilo em que acredita, mas sim descrevendo representações históricas. Quando utiliza expressões como "Mãe-Natureza" ou "Pai-Lei", está reconstruindo as formas pelas quais as sociedades ocidentais historicamente se organizaram, e não defendendo a validade dessas relações. Ao analisar a gênese do poder paterno, Lefebvre identifica seu papel no surgimento do Estado, do direito e das normas urbanas, reconhece, assim, a centralidade histórica do patriarcado na formação do espaço e não a defendendo.

Entretanto, essa reconstrução histórica não implica que o autor define a diferença espacial a partir da heterossexualidade. O que se pode afirmar é que Lefebvre não aborda de maneira suficiente a opressão de gênero, nem enfrenta diretamente as questões da heteronormatividade. As autoras têm razão ao apontar que, ao recorrer a metáforas maternais e paternas, Lefebvre pode reforçar dualismos heteronormativos — e também é correto afirmar que ele não analisa explicitamente o patriarcado como estrutura espacial. Contudo, isso não significa que ele endosse tais dualismos, em muitos casos, sua intenção é descrever condições históricas, e não as normatizar. Nada impede, portanto, que, a partir de sua contribuição teórica, gênero e patriarcado sejam tratados como relações sociais materiais que produzem espaço, e não apenas como metáforas simbólicas empregadas para ilustrar processos históricos.

Outra posição crítica feita por Blum e Nast aparece na seguinte citação:

³⁴ Do original: "The Father predominated; he became what he was: chief, political soldier, and hence Law or Right Patriarchal power was accompanied by the imposition of a law of signs upon nature through writing, through inscriptions-through stone." The feminine, in contrast, became associated with Nature-yet-unclaimed beyond the city walls and with urban lands juridically regulated as private (owned) property: "Assigned to the feminine sphere were immediate experience, the reproduction of life (which was, to begin with, inextricably bound up with agricultural production), pleasure and pain, the earth, and the abyss below" (page 243). Lefebvre thus sets up an implicit dichotomy between "spaces" that are not only gendered but heterosexualized (paternal/maternal) He employs what Doreen Massey has called a dichotomous dualismo (Blum; Nast, 1996, p. 566).

Assim como na teorização de Lefebvre sobre o 'espaço natural', porém, existem vários problemas com sua caracterização do absoluto. Ele simplesmente afirma, por exemplo, que a Lei patriarcal emergiu e se estabeleceu como masculina e que as sociedades grega e romana foram projetadas e sustentadas por homens (escritas, guerreiros, líderes masculinos, o papado, etc.). Ele não oferece nenhuma discussão nem insights sobre a participação, a subjetividade e as lutas daqueles que não são empoderados, particularmente as mulheres. Nesse sentido, ele reproduz o heterossexismo estruturalista de Lacan (Blum; Nast, 1996, p. 568, tradução nossa).

Pretende-se aqui uma postura cuidadosa e crítica diante do tipo de análise presente na citação anterior. Afinal, parte significativa do movimento feminista defende a necessidade de recontar a história a partir das perspectivas de grupos marginalizados, e ressaltar a inegável importância de compreender onde tais sujeitos estavam no desenvolvimento histórico das sociedades. Tais movimentos apontam a urgência de revisar narrativas e refazer análises. A crítica posta na citação anterior inscreve-se justamente nesse movimento³⁵.

Entretanto, o gesto regressivo de Lefebvre de recuperar a estrutura social das sociedades gregas e romanas tem como objetivo central compreender as bases históricas da forma capitalista a partir de sua “diferença essencial”. Seu foco recai sobre a realidade social produzida, projetada e sustentada por homens. As lutas daqueles que não detinham poder, especialmente as mulheres, estavam majoritariamente no campo da subjugação e resistência, embora fundamentais, não foram suficientes para consolidar, em seus próprios termos, as bases e os motores dos sistemas de reprodução específicos, tanto antigos como modernos.

A própria Simone de Beauvoir (2016) aproxima-se de posição semelhante ao demonstrar a impossibilidade histórica de mulheres serem reconhecidas como “gênios”. Em um exemplo emblemático, afirma: “Uma mulher não teria sido enviada ao Borinage, não teria sentido a miséria dos homens como seu próprio crime, não teria procurado uma redenção; nunca teria, portanto, pintado os girassóis de Van Gogh” (Beauvoir, 2016, p. 538). Ou seja, do mesmo modo que para Beauvoir a ausência de grandes mulheres entre os artistas não se explica por uma incapacidade feminina,

³⁵ Nota de orientação: “Não obstante, importante considerar que é imprescindível a evidenciação dos ‘grupos marginalizados’ na medida em que revelam contradições estruturais, notadamente ligadas à luta de classes (como motor da história) em diferentes contextos e formas sociais. Mas mesmo elas, a história ou o ‘protagonismo’ dos dominados ou ‘subalternos’, não podem constituir uma história em si, independente da totalidade das relações. Não de outra forma, o erro do historicismo oficial é o de unilateralizar a história geral como a história dos vencedores. Entre ambos, uma teoria social e crítica se torna impossível porque sua construção é autorreferenciada”.

mas pelas condições históricas que sempre recusaram às mulheres os meios necessários para criar, a ausência das mulheres nos recortes recuperados por Lefebvre está justamente na impossibilidade de qualquer protagonismo.

A pesquisadora Argentina Almendra Aladro, em seus estudos ligados ao feminismo marxista, retoma a noção de “espaço social” de Lefebvre. Seus trabalhos partem do pressuposto de que — embora a teoria de Lefebvre seja fundamental para pensar questões como espaço urbano e o direito à cidade —, ela apresenta deficiências importantes no que se refere à divisão sexual do trabalho, à opressão de gênero e à reprodução social. Na citação a seguir, Aladro (2021) aponta os aspectos negativos no que se refere à postura de Lefebvre em relação à questão feminina:

Apesar de ser contemporânea do movimento feminista materialista francês, as referências às mulheres e à reprodução social repetem várias das falhas atribuídas ao marxismo em seus estágios iniciais — principalmente ao próprio Marx. Assim, há reflexões sobre como os eletrodomésticos aceleram o trabalho doméstico e dão às mulheres tempo livre “para fazer coisas tolas ou para se entediarem” (Lefebvre, 1978, p. 87), enquanto a diversidade do trabalho doméstico as liberta do fardo suportado pelos trabalhadores industriais; ou sobre como as mulheres podem classificar outra mulher “num relance (...) mais e melhor do que os homens (...) e também classificar os homens em categorias convenientes” (Lefebvre, 1978, p. 95), o namoro de “coisas” na rua por mulheres (Lefebvre, 1978, p. 96) e sua renovação na maternidade e na infância diante do tédio da vida cotidiana. Ainda mais controversas são as suas advertências relativamente à organização das mulheres e à possibilidade de um regime feminista reacionário em relação ao machismo que permeia as relações sociais capitalistas (Aladro, 2021, p. 50-51)³⁶.

A partir dessas pontuações críticas, Aladro identifica em Lefebvre não apenas omissões analíticas, mas traços discursivos que reproduzem estereótipos de gênero e certa desconfiança diante da organização política das mulheres. A análise da autora, portanto, evidencia que mesmo uma teoria profundamente atenta, à produção social

³⁶ Do original: Pese a ser contemporáneo al movimiento feminista materialista francés, las referencias a la mujeres y a la reproducción social repiten varias de las deficiencias endilgadas al marxismo en sus inicios — principalmente a Marx mismo. Así, aparecen reflexiones sobre cómo los electrodomésticos destinados al quehacer cotidiano aceleran el trabajo doméstico y dan tiempo libre a la mujer “para hacer tonterías o para aburrirse” (Lefebvre, 1978, p. 87) mientras que la diversidad del trabajo doméstico las libera de la carga que padecen los obreros industriales, o sobre cómo las mujeres saben clasificar a otra mujer “de una ojeada (...) más y mejor que los hombres (...) y también clasificar a los hombres en categorías convenientes” (Lefebvre, 1978, p. 95), el cortejo de “cosas” en la calle por parte de las mujeres (Lefebvre, 1978, p. 96), y su renovación en la maternidad y la infancia ante el hastío de la cotidianidad. Más polémicas son aún sus advertencias respecto a la organización de las mujeres y la posibilidad de un régimen hembrista reaccionario respecto del machismo que empapa las relaciones sociales capitalistas (Aladro, 2021, p. 50-51).

do espaço pode carregar limitações³⁷. Ela demonstra a necessidade de tensionar a análise de Lefebvre para um diálogo que incorpore o feminismo marxista. Na citação a seguir, Aladro (2021) é incisiva ao pontuar a incapacidade de ver a diversidade da luta feminista e reduzi-las ao reformismo:

Essas deficiências o levam a desenvolver duas teses que ele atribui erroneamente ao movimento feminista de sua época. A primeira é uma caracterização reducionista da luta das mulheres em dois campos: por um lado, a afirmação "mulheres" é considerada sem sentido porque elas não constituem um grupo social, mas sim pertencem a grupos e classes, com as diferenças sociais sendo biológicas e não derivadas do conhecimento "da realidade da humanidade". Portanto, falar de mulheres dessa maneira as remove da sociedade, "traduzindo um preconceito dos 'homens'" (Aladro, 2021, p. 53, tradução nossa).³⁸

Aladro demonstra que Lefebvre efetivamente minimiza as mulheres enquanto sujeito político. A partir desse diagnóstico, torna-se possível uma crítica severa como a formulada pela autora, segundo a qual “falar de mulheres dessa maneira as exclui da sociedade”. No entanto, há também outra chave de leitura possível: a de que a preocupação central de Lefebvre era teorizar as relações sociais em sua historicidade e totalidade, o que o levou a rejeitar grupos definidos exclusivamente por características biológicas. Essa recusa, contudo, não implica a negação da existência de uma opressão social real. É justamente nesse ponto, seja por pressupostos heteronormativos, seja pela rejeição de categorias baseadas em determinações biológicas, que o conceito lefebvriano de reprodução social se distancia daquele desenvolvido pelas feministas marxistas vinculadas à Teoria da Reprodução Social (TRS). As citações selecionadas por Aladro (2021), apresentadas a seguir, evidenciam como o filósofo chegou a esboçar reflexões sobre as possibilidades de constituição das mulheres enquanto grupo político.

³⁷ Nota de orientação: “Isso reforça a necessidade de entender a teoria não apenas pelo conjunto de temáticas que ela envolve, mas pela sua capacidade metodológica (por isso, novamente, teórica) de analisar e explicar a essencialidade delas. Daí que a teoria lefebvriana deve ser entendida como um pressuposto de análise aberto à realidade, e não fechado em especificidades temáticas autorreferenciadas. É nesse ponto que reside a riqueza de sua dialética”.

³⁸ Do original: Estas deficiencias son las que lo llevan a elaborar dos tesis que falsamente le atribuye al movimiento feminista que fue a él contemporáneo. La primera, es un reduccionismo en la caracterización de la lucha de las mujeres a dos bandos: mientras que, por un lado, se le niega todo sentido a la afirmación “las mujeres” porque no constituyen un grupo social, sino que pertenecen a grupos y clases siendo las diferencias sociales de tipo biológicas y no derivadas del conocimiento “de lo real de lo humano”, por lo que hablar de esa manera de las mujeres es sacarlas de la sociedad “traduciendo un prejuicio de <<los hombres>>” (Aladro, 2021, p. 53).

A segunda tese, claramente derivada da anterior, é aqui denominada “a ambiguidade da situação da mulher” (Lefebvre, 1978, p. 101) e pode ser resumida da seguinte forma: o avanço rumo a uma melhoria do status da mulher pode resultar em a) uma distopia matriarcal graças à introdução da tecnologia no cotidiano e ao desejo de vingança das mulheres contra a dominação masculina histórica (Lefebvre, 2013 [1974]; 1978); ou b) a adoção de uma forma ambígua “como evidenciado por uma imprensa e uma literatura que estranhamente se esforçam para unir sonhos despertados com a prática cotidiana” (Lefebvre, 1978, p. 100). Assim, ou as mulheres empunham as armas do opressor para subjugar-lo nas mesmas condições em que foram subjugadas, ou se tornam prisioneiras da dominação que, na verdade, é disfarçada pelo discurso feminista – como se, além disso, este fosse exclusivamente liberal (Aladro, 2021, p. 54)³⁹.

Assim, Lefebvre constrói uma falsa dicotomia baseada em uma caricatura do pensamento feminista, frequentemente mobilizada por discursos conservadores. Em sua análise, Aladro evidencia que o autor oscila entre a observação sociológica e a reprodução de estereótipos. Ainda que a noção de “ambiguidade” não tenha sido formulada como um ataque direto ao feminismo, mas antes como uma denúncia dos modos pelos quais a emancipação pode ser capturada pelo capitalismo, o uso desse discurso mostrou-se problemático e insuficiente para atingir tal objetivo. Essa limitação o afastou de admitir a possibilidade de “revitalizar o proletariado como sujeito político, unindo as lutas dos grupos oprimidos⁴⁰, em consonância com os princípios da Teoria da Reprodução Social (TRS)” (Aladro, 2021, p. 52, tradução nossa).

Desse modo, o problema não reside apenas no fato de Lefebvre não desenvolver, de maneira sistemática, uma análise das relações de gênero, mas sobretudo nos efeitos que determinadas formulações produzem quando mobilizadas politicamente. As críticas, portanto, não se dirigem exclusivamente à centralidade da contradição capital–trabalho em sua obra, a qual, de fato, não decorre de um

³⁹ Do original: La segunda tesis, derivada claramente de la anterior, se llama aquí “la ambi-güedad de la situación de las mujeres” (Lefebvre, 1978, p. 101) y puede sintetizarse de la siguiente manera: el avance hacia un status mejorado de las mujeres puede derivar en a) una distopía matriarcal gracias a la introducción de la tecnología en la vida cotidiana y al deseo de venganza de las mujeres frente a la histórica dominación masculina (Lefebvre, 2013 [1974]; 1978); o b) la adopción de una forma ambigua “como testimonia una prensa y una literatura que se esfuerzan extrañamente en unir el sueño despierto a la práctica cotidiana” (Lefebvre, 1978, p. 100). Entonces, o bien las mujeres se apropian de las armas del amo para someterlo en las mismas condiciones que ellas fueron sometidas, o bien las mujeres quedan presas de la dominación que en realidad encubre el discurso feminista – como si, además, este último fuera exclusivamente liberal (Aladro, 2021, p. 54)

⁴⁰ Nota de orientação: “É um desdobramento muito dissociado. O problema da incapacidade do proletariado não conseguir envolver todas as lutas dos grupos oprimidos (sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970) não está nas limitações teóricas deste ou qualquer outro autor (embora não haja campo mais autocrítico), mas no resultados da disputa prática, política e ideológica evidenciadas nas sucessivas derrotas históricas para o capital. Derrotas essas que contaram com o apoio (na dimensão teórica e ideológica) dessas outras perspectivas teóricas autorreferenciadas, por isso acríicas e anti proletária”.

apagamento deliberado de outras formas de opressão, mas às limitações analíticas que emergem de tal prioridade teórica. Nesse sentido, Silva e Ornat (2022), em texto dedicado a discutir o espaço diferencial como possibilidade para perspectivas feministas, optam por iniciar o artigo com um parágrafo que recupera trechos biográficos sobre Lefebvre e suas relações pessoais, destacando tensões e problemáticas.

As críticas direcionadas à obra de Henri Lefebvre a respeito da superficialidade de sua abordagem sobre raça, gênero e sexualidades não são infundadas, bem como o pequeno crédito concedido à colaboração ativa de suas esposas e companheiras em sua obra. Hess (1988) alerta para o silenciamento em torno de suas relações familiares em suas biografias, enquanto Shields (1999) evidencia que suas esposas e companheiras exerciam papéis para além da relação amorosa. Sua primeira esposa, Henriette Valet, com quem teve quatro filhos (Jean, Joel, Roland e Janine), exerceu a função de sua colaboradora e datilógrafa. Sofi a Jancu, cujo pseudônimo era Etienne Constant, foi uma amante que lhe possibilitou relações com figuras importantes do Partido Comunista Francês. Com a companheira Danielle teve mais dois filhos (Oliver e Frida) durante o período da Segunda Guerra Mundial e os anos cinquenta. Shields (1999) aponta que Lefebvre também manteve um relacionamento com Nicole Beaurain entre 1960 e 1975, do qual nasceu mais uma filha (Armelle), sendo ela responsável por todas as suas correspondências escritas. Posteriormente, Lefebvre casou-se novamente com Catherine Régulier que, embora fosse muito mais jovem que ele, não foi apenas sua datilógrafa, mas cooperou com sua obra (Silva; Ornat, 2022, p. 337).

É importante, antes de enfrentar os limites éticos das questões postas, que se deve ressaltar a necessidade de evitar silenciamentos biográficos, especialmente nesse caso quando ocultam o papel ativo de mulheres que não apenas sustentaram materialmente o cotidiano de Lefebvre, mas participaram intelectualmente da produção de sua obra. Acerca das questões colocadas, essa contradição não invalida automaticamente sua obra, mas certamente impede uma adesão acrítica.

Outro ponto que aparece nas críticas se refere à centralidade da contradição capital–trabalho em sua obra, que certamente não decorre de um apagamento deliberado de outras formas de opressão, mas de uma opção metodológica fundada na análise das determinações estruturais da sociedade capitalista. Ainda assim, essa escolha analítica produz tensões quando suas categorias são mobilizadas para interpretar contextos relacionados às relações de gênero ou raça.

Como feministas, não podemos deixar de nos sentir desconfortáveis com a noção revisitada de “direito à cidade” em Lefebvre (1969) nos últimos anos, pois, embora possamos achar sua noção de “direito” atraente, preocupa-nos que a prioridade que ele dá ao conflito de classes possa obscurecer outras

relações de poder que ocorrem no espaço urbano, extrapolando para outros contextos uma análise centrada na França dos anos 1960. É por isso que nós, como etnógrafas, buscamos novas vias metodológicas que nos permitam legitimar saberes, lutas cotidianas e formas de exercer o direito à cidade, frequentemente contextualizados e invisibilizados. Propomos, portanto, mostrar o valor que as emoções têm em nosso trabalho etnográfico em relação ao problema das desigualdades que a cidade reflete e produz, bem como às formas de resposta e resistência a elas (Sanz; Gil, 2020, p. 06, Tradução nossa⁴¹).

Sanz e Gil (2020) têm razão ao afirmarem que Lefebvre estrutura sua teoria a partir da contradição capital-trabalho. Além disso, sua crítica referente ao contexto específico da França dos anos 1960 é pertinente, afinal, é preciso que as leituras e apropriações sejam cautelosas para evitar anacronismos. No entanto, há dois pontos da citação anterior que levam a discordâncias. Primeiro, afirma-se que a teoria lefebvriana não inclui satisfatoriamente as questões de gênero e raça, mas ela é suficientemente aberta para incorporar essas desigualdades e outras opressões. Segundo, o direito à cidade é um projeto político inacabado que, como sugere Lefebvre (2001a), deve ser reivindicado e não aplicado como fórmula.

Além disso, as pesquisadoras questionam “até que ponto a noção lefebvriana de direito à cidade pode, deixando de lado a questão de gênero, ser sensível às diferenças e particularidades que caracterizam cada uma das pessoas que compõem a cidade?” (Sanz; Gil, 2020, p. 12-13, tradução nossa⁴²). A partir dessa questão posta, há inclusive uma explicadora de questão comumente apresentada por feministas críticas e adeptas a lefebvre para a multiplicidades de conceitos postos em sua obra.

Para desenvolver a questão, é preciso passar por alguns pontos: as diferenças particulares (marcadores sociais) só podem ser entendidas como formas de produção contínua do sujeito subsumido pela expropriação social que, na dimensão da

⁴¹ Do original: Como feministas, no deja de incomodarnos la revisitada noción de “derecho a la ciudad” de Lefebvre (1969) en los últimos años, pues aun resultándonos atractiva su idea de “derecho”, nos preocupa que la prioridad que otorga al conflicto de clase nuble otras relaciones de poder que tienen lugar en el espacio urbano extrapolando a otros contextos un análisis centrado en la Francia de los años 60 del siglo XX. Es por ello que, como etnógrafas, tratamos de abrir nuevas vías metodológicas que nos permitan legitimar saberes, luchas cotidianas y maneras de ejercer el derecho a la ciudad, a menudo contextualizadas e invisibilizadas. Nos proponemos, por tanto, mostrar el valor que toman las emociones en nuestro quehacer etnográfico con relación a la problemática de las desigualdades que refleja y produce la ciudad, así como las formas de contestación y resistencia a las mismas.

⁴² Do original: Por otra parte, entendemos que la idea de “derecho a la ciudad”, más allá de la dimensión relacional que propone Lefebvre (1969) debería concedernos la posibilidad de explicar las dinámicas de desigualdad que se crean en espacios urbanos concretos con el fin de poder identificar todos los ejes de poder que atraviesan las relaciones que se dan en ellos. Al igual que otras autoras (Buckingham, 2011; Fenster, 2005) nos preguntamos: ¿hasta qué punto la noción lefebvriana de derecho a la ciudad puede, sin tomar en cuenta el género,

reprodução, ganha concretude, ou se expressa fenomenologicamente, não apenas na exploração direta da força de trabalho, mas sobretudo na totalidade do complexo social que o sujeita. Além disso, é inegável que não incorporar as relações de gênero significa a produção de um conceito limitado que não reconhece a interferência da forma patriarcal capitalista no urbano, além de possivelmente a universalizar a uma ideia masculina de cidade. Ciente disso, basta admitir que o direito à cidade não é um projeto rígido. E ele faz parte do movimento do real e deve ser reinterpretado, pois é flexível torná-lo atento a desigualdades, seu uso atualmente exige uma capacidade explicativa.

A dimensão relacional proposta por Lefebvre é, por definição, sensível às particularidades, na medida em que compreende o urbano como produto de múltiplas práticas sociais. Embora o autor não trate diretamente da categoria *gênero*, sua elaboração teórica comporta tais aberturas analíticas. Assim, a crítica deve partir da própria obra lefebvriana, e não de uma ruptura externa a ela. O reconhecimento desse aspecto permite evitar “a cegueira que nos leva a presumir a existência de um cidadão universal” (Sanz; Gil, 2020, p. 13, tradução nossa).

Enquanto, externamente, a crítica sugere negligência, internamente as aberturas presentes na obra de Lefebvre revelam-se problemáticas. Viana (2020), autor do prefácio da edição brasileira de *A questão da reprodução*, escrita originalmente por Lefebvre — fim dos anos 1960, dirige sua crítica ao filósofo a partir de uma perspectiva distinta daquelas mobilizadas até aqui. Para o autor, Lefebvre “regride em relação a Marx ao colocar a questão e não expor os vínculos, as relações estabelecidas entre o modo de produção capitalista e a totalidade. A relação fica abstrata e sem conexão explícita” (Viana, 2020, p. 12).

Dessa forma, tanto as críticas feministas quanto aquelas oriundas do interior da tradição marxista evidenciam limites no tratamento lefebvriano da reprodução social. Se, por um lado, Lefebvre abre brechas importantes para pensar o cotidiano, o espaço e a reprodução da vida social, por outro, suas formulações são marcadas por insuficiências teóricas que dificultam a apreensão das mediações concretas entre patriarcado, reprodução social e modo de produção capitalista. Apesar disso, é possível tensionar sua obra, não para descartá-la, mas para reapropriá-la criticamente, deslocando suas categorias em direção a uma análise capaz de incorporar as determinações patriarcais na produção da cidade e da vida cotidiana, como pretende ser feito na seção três da presente dissertação.

3.2 A vida cotidiana no mundo moderno e a questão da reprodução

Lefebvre, em um dos textos introdutórios da obra *A Produção do Espaço*, provoca o seguinte questionamento acerca da compreensão necessária acerca do espaço: “ela não atingiria a evidência: a realização ‘no terreno’, portanto num espaço social produzido, de relações sociais de produção e de reprodução?” (Lefebvre, 1981, p. 6, tradução nossa). Com isso, ele tenciona para a necessidade de se admitir o espaço a partir dessas duas dimensões: produção e reprodução. Essa passagem é significativa porque indica que a compreensão do espaço exige considerar simultaneamente as dinâmicas produtivas e reprodutivas, ambas materializadas em sua configuração.

Para alcançar essa compreensão e explorar suas possíveis contribuições sobre a forma capitalista do patriarcado, o presente texto estabelece um percurso analítico que exige a consulta a obras anteriores a *A Produção do Espaço*. Essas reflexões configuram uma etapa preparatória, dentro da própria obra lefebvriana, para a elaboração da noção de espaço como produto social. Ao longo desse percurso teórico, o filósofo desenvolve as categorias de *cotidiano* e *modernidade*, construindo os fundamentos que sustentam, em sua obra maior, a tese de que o espaço não é neutro, mas produzido pelas relações sociais, pelas práticas de dominação e pelas possibilidades de transformação.

A ideia destrinchada no presente texto é considerada por muitos a maior colaboração de Lefebvre ao entendimento do modo de produção capitalista do século XX, o entendimento de que a permanência do processo de reprodução do capital demanda a produção/reprodução do espaço — das relações sociais de produção e do cotidiano para com isso resolver as crises do processo de acumulação, tão igualmente pela reprodução das relações sociais. Desse modo, para o filósofo, compreender a reprodução do espaço como condição para a manutenção do capital também exige atentar para as práticas cotidianas e os modos como a modernidade se inscreve.

A cotidianidade e a modernidade na obra Lefebvriana (bem como no real concreto) aparecem como dois conjuntos interligados. Para Lefebvre (2020), o estudo dessa relação aparece como ponto de encontro das ciências parcelares (acrescenta-se aqui a Geografia): “Essa análise crítica seria estudo das opressões, dos

determinismos parciais. Ela visa a virar pelo avesso esse mundo em que os determinismos e as opressões passam por racionais” (p. 30). Para o autor, qualquer que seja a conduta que aprecie as opressões de fato abriga uma ideologia encoberta pelas ciências e pela racionalidade.

O filósofo propõe que o cotidiano e a modernidade são realidades simultâneas e relacionadas. O cotidiano é aquilo que parece simples e constante, feito de ações repetidas que se encadeiam no tempo, sem a necessidade de reflexão consciente sobre cada parte — por isso, não tem data e parece insignificante. No entanto, é justamente esse cotidiano que estrutura a vida, como uma ética e uma estética implícitas na forma como usamos o tempo. A modernidade é o campo do movimento, da dinâmica e da transitoriedade. Enquanto o cotidiano sustenta, a modernidade aparece. Ambas são partes da mesma realidade. E, segundo o autor, quando as pessoas apenas consomem os signos produzidos pela modernidade — TV, rádio, cinema e imprensa — sem questionar os sentidos prontos que são oferecidos, elas acabam se tornando vítimas passivas da situação (Lefebvre, 1991b, p. 31). Viana (2020) dialoga com a questão:

A crítica do cotidiano, já expressa por Lefebvre em suas obras anteriores (LEFEBVRE, 1992; LEFEBVRE, 1967), e que ganhou maior radicalidade com a Internacional Situacionista e Guy Debord, que mantinham uma relação problemática com Lefebvre, se tornou despolitizada nas mãos dos pós-estruturalistas. Se o cotidiano, para o situacionismo e para Lefebvre, era criticado por seu envolvimento na totalidade do capitalismo, no pós-estruturalismo é desvincilhado da totalidade e assim despolitizado. Outro elemento é sua crítica do “modernismo” e da “modernidade” (Lefebvre, 1969), abstratificações que serão recuperadas pelo pós-estruturalismo que apresenta, em sua autoimagem ideológica, como pós-modernismo (Viana, 2020, p. 12).

Sem dúvida, o estudo do cotidiano dentro da filosofia é um autodesafio proposto por Lefebvre: “Fica então aberto apenas um caminho: descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia, para mostrar sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza. Isso implica o projeto revolucionário de um parto que tirasse do cotidiano a atividade criadora inerente à obra inacabada” (Lefebvre, 1991b, p. 18). “Tratando-se do cotidiano trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade e a modernidade” (Lefebvre, 1991b, p. 35).

De acordo com Lefebvre (1991b), o cotidiano não pode ser reduzido a um simples conjunto de tarefas rotineiras ou objetos triviais como roupas, móveis e alimentos, tampouco pode ser visto apenas como o que escapa aos grandes mitos da

natureza, do divino ou do humano. Ele propõe uma leitura mais profunda desse campo, entendendo-o como uma esfera de sentido inaugural, cuja atividade produtiva, no sentido criador e transformador, projeta-se antes mesmo de qualquer categorização filosófica ou científica. Longe de ser um mero obstáculo ou uma banalidade, o cotidiano é, na verdade, uma dinâmica viva, um espaço de contradições e possibilidades, em que necessidades, trabalho, lazer, criação e passividade se entrelaçam dialeticamente. É dessa complexa tessitura que emerge o ponto de partida para a realização do possível, ou, como o autor sugere, da totalidade dos possíveis.

[...] O problema é saber em que medida uma soma de opressões e de determinismos (necessidades – trabalhos parcelares – conhecimentos fragmentários – determinismos biológicos, geográficos, econômicos, histórico-políticos etc.) pode ainda aparecer como um ‘mundo’, obra da liberdade. Mesmo que o filósofo salte sobre esses fragmentos, esse determinismos e opressões, para se estabelecer na sua verdade, não resolverá em nada o problema. A alienação filosófica, verdade sem realidade, corresponderia ainda e sempre a alienação cotidiana, realidade sem verdade (Lefebvre, 1991b, p. 20).

Lefebvre (1991b) chama atenção para o modo como o cotidiano é atravessado por lógicas de quantificação. Tudo é contado e abstrato: o dinheiro, os minutos, os metros, os quilos, as calorias. Isso vale tanto para os objetos quanto para as pessoas. A vida passa a ser medida em termos de produtividade e duração. Mas ele lembra que é nesse espaço que se ganha ou se perde a vida. “Em resumo, declaramos a vida cotidiana objeto da filosofia, precisamente na medida em que é não-filosófica. Decretamos até que, por essa razão, ela é o objeto filosófico” (Lefebvre, 1991b, p. 23).

A dedicação de Lefebvre (1991b), a análise crítica do cotidiano, demonstrada em suas tentativas de entender “os empregos do tempo”, separa-se em três: o tempo obrigatório; o tempo livre e o tempo imposto ou, em alguns momentos, trabalho, vida privada e lazer em alguns momentos, que mobiliza sua construção analítica em torno dos interesses dos estudos feministas. Ao escrever sobre sua obra *Introduction à la critique de la vie quotidienne*, Lefebvre posiciona a perspectiva da reprodução e do cotidiano e sua importância para o debate crítico, inclusive dentro do marxismo:

Escrita logo após o fim da ocupação alemã, no início de 1946, a *Introduction à la critique de la vie quotidienne* se ressentia de acontecimentos. Naquele momento se reconstituía na França a vida econômica e social. Muitos acreditam estar construindo uma outra sociedade, enquanto trabalhavam para restabelecer, um pouco modificadas, as antigas relações sociais. Esta obra comporta uma interpretação do pensamento marxista sobre a qual é preciso

insistir. Ela rejeita de um lado o filosofismo e, de outro, o economicismo. Ela não admite que a herança deixada por Marx se reduza a um sistema filosófico, (do materialismo dialético) ou a uma teoria de economia política. Num retorno às obras da juventude de Marx (sem, no entanto, deixar de lado *O capital*), o termo produção readquire um sentido amplo e vigoroso. Sentido esse que se desdobra. A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção 'espiritual', e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do 'ser humano' por si mesmo, no decorrer do desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais. Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo envolve a *reprodução*. Não há apenas reprodução biológica (e consequentemente o aumento demográfico) mas também a reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais. Até que uma desestruturação as quebre, as relações sociais inerentes a uma sociedade se mantêm; mas não é por inércia, passivamente. Elas são re-produzidas num movimento complexo. Onde se passa esse movimento, essa *produção* cujo conceito se desdobra, ou antes se divide, de modo a compreender a ação sobre as coisas e ação sobre os seres humanos, a dominação sobre a natureza e a apropriação da natureza ao e pelo 'ser' humano, a práxis e a *poíesis*? Esse movimento não se desenvolve nas altas esferas da sociedade: o Estado, a ciência, a 'cultura'. É na vida cotidiana que se situa o núcleo racional o centro real da práxis (Lefebvre, 2020, p. 37-38).

Na obra *A vida cotidiana no mundo moderno*, Henri Lefebvre demarca correlação entre cotidiano e modernidade. Ele faz importantes considerações acerca da cotidianidade. As transformações ocorridas na segunda metade do século XX podem ter levado a modificações, mas essas modificações apenas confirmam e reforçam essa correlação. Federici (2021) faz uma crítica à obra marxiana ao argumentar que ela trata com devida expressividade as atividades reprodutivas na dinâmica do capital. Seu trabalho intelectual se dedicou a explorar as possibilidades de articular as necessidades materiais do marxismo com as do feminismo.

Além disso, a obra de Lefebvre permite, segundo Carlos (2018, p. 19), "superar os limites da obra marxiana, ao alcançar os limites da centralidade da contradição capital/trabalho na explicitação do mundo moderno". Isso ocorre porque Lefebvre amplia o foco para destrinchar outras dimensões da vida social que compõem a produção e reprodução das relações capitalistas, como o espaço, o cotidiano e a modernidade, colocando-se assim como um caminho, que merece atenção, para relacionar tais necessidades.

O fato de Lefebvre (1981) reconhecer na vida cotidiana o espaço-tempo em que a forma capitalista se enraíza e se mantém foi o chamariz para que o presente escrito partisse da hipótese de que: seu particular interesse na reprodução da vida social e das relações de produção possibilita dialogar sua teoria com o entendimento

das condições patriarcais na sociedade moderna. Afinal, é justamente nas contradições antitéticas entre a produção e reprodução, longamente desenvolvidas pelo filósofo, que repousam as garantias de sobrevivência do capitalismo, bem como do patriarcado capitalista.

Encontrar nos escritos de Lefebvre uma demonstração de sua compreensão acerca da relação dialética entre produção e reprodução é de uma trivialidade quase ofensiva. Para ele a reprodução do modo de produção capitalista exige, tanto, a reposição constante dos meios materiais e humanos que tornam possível a produção, quanto a continuidade das relações sociais que estruturam a exploração do trabalho:

A formação do capitalismo, ou, em outras palavras, a sua gênese e a sua história, pressupõe tão somente a análise crítica da produção e da reprodução dos meios de produção. Em que consistem tais meios? Em primeiro lugar, em forças produtivas, isto é, os próprios trabalhadores e os instrumentos de trabalho. Os trabalhadores têm de se reproduzir: ter filhos, alimentá-los, educá-los, torná-los capazes, por conseguinte, de trabalhar, podendo, desta forma, gerar um crescimento demográfico que acompanhe o desenvolvimento das forças produtivas. No que diz respeito às máquinas e instalações (oficinas, empresas), elas se desgastam repassando o seu valor, calculado em dinheiro, às mercadorias. Junto com isso, se reproduz a organização e a divisão do trabalho. Há, nesse processo, o predomínio na produção, devido ao papel desempenhado pelas máquinas, Setor I (indústria pesada, extração de matérias-primas, etc.) (Lefebvre, 2020, p. 31).

Lefebvre foi um dos pensadores marxistas que compreendeu a importância de retomar a obra marxiana, por isso buscou nela elementos que pudessem contribuir para a compreensão das realidades socio-históricas do século XX. Sua fidelidade à dialética marxiana levou-o a recontextualizar, a partir da análise do real concreto de sua época, as conclusões formuladas por Marx e Engels no século XIX. A mais polêmica dessas interpretações é a ênfase na dimensão da reprodução, como fator significativo tanto para a ampliação do capital quanto para a resistência do capitalismo.

Por que recordar estas banalidades? Para reconstituir, coisa que será menos banal, o processo seguido pelo capitalismo no decurso da sua transformação. Bastará recordar a concentração do capital, o surto do capital financeiro, o surto e os fracassos do imperialismo? Não. Bastará dizer que o grande capital “se integrou”, ou então que “sobredeterminou” certos elementos formais e certos conteúdos da prática social que o antecedeu? Não. O grande capitalismo transformou esses elementos da sociedade, apropriando-os para o seu uso. Os prolongamentos da era agrária em plena era industrial, esses restos, o capitalismo destruiu-os enquanto tais (não sem conservar uma condição essencial da era passada, a saber, a propriedade privada do solo). O capitalismo não subordinou a si próprio apenas setores exteriores e anteriores: produziu setores novos, transformando o pré-existente e

destruindo todas as organizações e instituições correspondentes. [...], o espaço transforma-se na sede do poder (Lefebvre, 2020, p. 70-71).

Por isso, a “reprodução das relações de produção” se torna um conceito tão caro na obra Lefebvrina. Nele se encontra uma “constelação de conceitos” que incluem reprodução biológica, o cotidiano, a reprodução material, o espaço, a reprodução espiritual da sociedade, o urbano e a produção do espaço (Beveder, 2014).

Em 1973, momento de grande rebuliço social, como os resquícios do maio de 1968, a crise do capitalismo expõe as contradições internas do modo de produção, e marca a transição para uma nova forma de reprodução do capital que levou à intensificação da exploração do trabalho e expansão do capital fictício. Nesse momento, Lefebvre dedicou-se ao escrito *A Reprodução das Relações de Produção* (Lefebvre, 2020). Nele o filósofo distingue o potencial dos conceitos de reprodução dos meios de produção (para ele restrito) e o conceito de reprodução das relações de produção (para ele lato). Para ele, a dificuldade de transição de um para outro está fortemente relacionada a limites no pensamento crítico marxista, “o conceito de reprodução das relações de produção incide sobre a totalidade, sobre o movimento desta sociedade no nível global” (Lefebvre, 2020, p. 40).

Com o intuito de decifrar como o capitalismo resiste a tantas adversidades, o filósofo parte do entendimento de que compreender os processos de maneira isolada é um erro. Ao mesmo tempo, para analisar as relações de produção de forma aprofundada, seguindo o sentido de Marx, é preciso distinguir os diferentes níveis de reprodução (biológico, econômico, social), pois confundi-los no conceito geral de reprodução constitui um equívoco teórico. Nesse sentido, a teoria lefebvrina estabelece um embate tanto com os teóricos que se concentram nas particularidades quanto com os marxistas que não compreenderam adequadamente a totalidade marxiana. Sobre isso, Lefebvre faz as seguintes observações:

[...] O essencial já não é a descrição dos processos parciais, o da reprodução biológica (a «procriação» das crianças, a demografia) — ou da produção material (avaliações quantitativas e correlações, técnicas e organização do trabalho) — ou o do consumo e das modalidades (necessidades, objectes, discursos e signos, manipulações diversas), mas a análise aprofundada das relações de produção. Devemos entender isto no sentido de Marx: não só a mercadoria e o dinheiro, essas condições do capital transpostas pela sua acção à escala mundial, não só o salário e o lucro (mais-valia), mas também as relações entre os três termos — «Terra, Trabalho, Capital» — trindade constitutiva da sociedade capitalista. Considerar que a reprodução destas

relações sociais foi e continua a ser «normal», ou «natural», tal a ilusão de um longo período, ilusão que dissimulava o processo, reconduzindo-o às suas componentes e condições biológicas, económicas, sociológicas. Estes níveis da reprodução distinguem-se, embora estejam contidos uns nos outros. Confundi-los no conceito geral de reprodução é um erro de método e de procedimento teórico (Lefebvre, 2020, p. 7).

Ao retornar a dialética hegeliana⁴³ Lefebvre reconhece que o adequado não é descrever separadamente os vários aspectos da vida social sob o risco de naturalizar as relações capitalistas, e muito menos homogeneizá-las. Para o filósofo, esses diferentes níveis existem, mas não podem ser confundidos e ao mesmo tempo não devem ser tratados isoladamente, mas sim articulados dentro de uma totalidade. Daí a distinção⁴⁴ entre a reprodução das relações de produção e a reprodução dos meios de reprodução, o que permite entender o alcance da exploração capitalista na totalidade da realidade concreta.

Seja a distinção, feita por ele, entre a reprodução das relações de produção e a reprodução dos meios de reprodução um possível equívoco interpretativo em relação à obra marxiana como considera Viana (2020), ou o resultado das transformações históricas analisadas dialeticamente pelo autor, o fato é que o destaque dado por Lefebvre às questões da reprodução representa uma contribuição para a compreensão das contradições do capitalismo. E não se tratou de expor uma grande novidade em relação à obra marxiana (como acusam críticos que denunciam uma suposta presunção), e sim uma possibilidade de mais aprimorado entendimento das determinações essenciais transformadas pelas contradições históricas do século XX.

O entendimento sobre a “reprodução das relações de produção”, especificamente no debate em torno da educação apresentado por Lefebvre em seu texto de título homônimo é significativamente caro. Para ele, com as transformações do século XX, a escola perdeu qualquer resquício como instrumento de cultura ou de educação e se torna o local de “reprodução das relações de produção”. Em suas palavras: “a escola prepara proletários e a universidade prepara dirigentes, tecnocratas e gestores da produção capitalista” (p. 41). Ou seja, a escola e a

⁴³As considerações sobre a totalidade (hegeliana ou não-hegeliana), que se seguem às considerações sobre a totalidade “complexamente—estruturalmente—igualitariamente determinada” servem sobretudo para legitimar a prática política marxista justificando teoricamente as suas variações (Lefebvre, 2020, p. 52).

⁴⁴ Talvez a distinção não seja o termo mais adequado, quando se considera que tratou de um movimento dialético cuja fragmentação total é improvável.

universidade ensinam os jovens a seguir padrões que servem tanto aos padrões quanto aos pais, assumindo a função maciça e — a universidade, um caráter elitista. Isso permite Lefebvre afirmar que:

[...] os três graus de ensino (primário, secundário e superior) não entram apenas como efeitos ou produtos na divisão social do trabalho, doutrina já exposta, por vezes em nome da crítica liberal e moderada. Eles fazem parte dela como causas e razões, como funções e estruturas e subordinam-se aos diversos mercados capitalistas (o das mercadorias, que estimula a produção — o do trabalho, que fornece os trabalhadores) (Lefebvre, 2020, p. 42).

Ao se dedicar à questão da sobrevivência do capitalismo ainda no século XX, Lefebvre reconhece na reprodução das relações de produção (exemplificado aqui pelo recorte da educação, mas pode ser comodamente substituído pelo exemplo da família para facilitar os interesses do presente texto: a família estabelece valores, comportamentos, normas de obediência e disciplina, que prepara seus membros para aceitarem o mundo do trabalho capitalista) a garantia de permanência, ou melhor da reprodução do capital. Segundo sua perspectiva, isso é possibilitado por meio da apropriação e transformação do espaço (*condição, meio e produto*) em que se desenvolvem as relações sociais.

Com o capitalismo, e especialmente com o neocapitalismo moderno, a situação torna-se mais complexa. Três níveis se entrelaçam: o da reprodução biológica (a família), o da reprodução da força de trabalho (a classe trabalhadora como tal) e o da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, as relações que constituem a sociedade capitalista, as quais são cada vez mais (e melhor) desejadas e impostas como tais. O papel do espaço nessa tríplice configuração deve ser estudado especificamente ⁴⁵(Lefebvre, 1981, p. 42, tradução nossa).

O pleito feito na última frase possibilita a análise aqui pretendida, qual seja: a condição do patriarcado, como relação social de reprodução⁴⁶, na produção do

⁴⁵ Do original: Avec le capitalisme, et surtout le « néo-capitalisme moderne », la situation se complique. Trois niveaux s'imbriquent: celui de la reproduction biologique (la famille), celui de la reproduction de la force de travail (la classe ouvrière comme telle) et celui de la reproduction des rapports sociaux de production, c'est-à-dire des rapports constitutifs de la société capitaliste, de plus en plus (et de mieux en mieux) voulus et imposés comme tels. Le rôle de l'espace dans ce triple agencement doit s'étudier spécifiquement.

⁴⁶ Nota de orientação: "Esse debate é central porque o patriarcado, como mediação social, importa as outras dimensões reprodutivas: biológica - na forma da família patriarcal (como microcosmo do capital) estabelecendo a posição de dominância do homem e da mulher; econômica - na forma como a família se reproduz produzindo, "educando" e formando mais herdeiros da sociedade do trabalho (futuras gerações de trabalhadores); e social - como abstração concreta, como a forma abstrata da dominância do capital, personificado pelo masculino: o desbravador, o conquistador, o acumulador, o vencedor, o dominador, enfim, o capitalista".

espaço. Ainda no debate da reprodução, no que se refere à questão do espaço no século XX, “as questões teóricas e práticas relativas ao espaço ganham uma importância cada vez mais forte. Elas não suprimem, mas deslocam os conceitos e problemas concernentes à reprodução biológica, à reprodução dos meios de produção e dos bens de consumo” (Lefebvre, 1981, p. 91, tradução nossa). Para Lefebvre, portanto, a reprodução biológica, produção de bens, reprodução de relações sociais, continuam existindo, com as transformações do século XX, mas passam a acontecer e a ser pensadas através da lógica da produção do espaço — ou seja, o espaço se torna a condição, meio e produto dessas reproduções, não um substituto delas.

Com isso, fica claro que a problemática das questões patriarcais não é substituída com o reconhecimento do espaço como uma abstração concreta dessas relações. Afinal, a reprodução das relações de produção em Lefebvre tem suas bases em dois eixos: na ampliação do conceito de produção para dar conta da realidade contemporânea e na crítica à polissemia do conceito que em Marx e posteriormente, no seio da tradição marxista, possui duplo sentido, um deles amplo e o outro restrito (Beveder, 2014, p. 12). Com bases nesses dois eixos críticos, uma análise das hodiernas relações patriarcais socioespaciais pode partir disso. Afinal, a superação teórico-prática da dicotomia entre reprodução das relações sociais no geral e a reprodução pleiteada pelas feministas marxistas é sugerida pela ideia de “reprodução das relações de produção” em Lefebvre e nas suas contribuições acerca do espaço.

Para Lefebvre, é a partir desse reconhecimento que é possível admitir os tempos livres, os lazeres “enquanto libertação ilusória” das condições e violências inerentes a essa vida social que “reproduz relações de dependências de poder”, “no domínio sexual e até no ‘espaço lúdico’”. Para ele, os “tempos livres” tornam-se, portanto, uma “extensão do capitalismo” que contribuem ativamente para a “consolidação das suas relações essenciais”. Na citação a seguir, Aladro (2021) faz um achado interessante no que se refere à atenção de Lefebvre a essas questões:

O capitalismo se estabelece por meio da divisão do valor, ou seja, da separação entre produção e reprodução. Essa separação se expressa e se media pelo entrelaçamento dos espaços destinados à: a) reprodução biológica, b) reprodução da força de trabalho e c) reprodução das relações sociais de produção, respectivamente identificadas com a família, a classe trabalhadora e as relações constitutivas da sociedade capitalista (Lefebvre, 2013 [1974]). Dentro dessa prática, ele situa a família, que define como “a base das relações pessoais e diretas, ligadas à natureza, à terra, à procriação

— e, portanto, à reprodução — (...)” (Lefebvre, 2013 [1974], p. 94), e que, portanto, deve ser preservada (Aladro, 2021, p. 52)⁴⁷.

Ou seja, assim como Federici (2021), que almeja entender a questão das mulheres a partir da questão da cisão do valor, isto é, pela separação entre produção e reprodução, a Teoria da Produção do Espaço, por meio de movimento semelhante, reconhece o papel das dicotomias sociais para permanência do capitalismo. Lefebvre analisa tal condição no espaço social:

O espaço social contém, ao atribuir-lhes localizações apropriadas (mais ou menos), tanto as relações sociais de reprodução — ou seja, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades e a organização específica da família — quanto às relações de produção, isto é, a divisão do trabalho e sua organização, e, portanto, as funções sociais hierárquicas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos! ⁴⁸ (Lefebvre, 1981, p. 41, tradução nossa).

Ao afirmar que o espaço social contém e localiza essas relações, atribuindo-lhes posições, funções e hierarquias, Lefebvre indica que a divisão do trabalho e a organização da família se condicionam mutuamente e se materializam espacialmente. É precisamente porque as relações entre os sexos, a organização familiar e a divisão social do trabalho se inscrevem e se articulam espacialmente que o patriarcado se torna reconhecível: ele se manifesta nas formas de localização, separação e hierarquização das atividades sociais, nas distinções entre público e privado e nas funções atribuídas a homens e mulheres no cotidiano urbano. Assim, a produção do espaço se revela um momento privilegiado para apreender como a dominação

⁴⁷ Do original: El capitalismo logra su asentamiento a través de la escisión del valor, es decir, la separación de la producción y la reproducción, lo cual tuvo su expresión y mediación en la imbricación de los lugares destinados a: a) la reproducción biológica, b) la reproducción de la fuerza de trabajo, y c) la reproducción de las relaciones sociales de producción, identificándose respectivamente con la familia, la clase obrera y las relaciones constitutivas de la sociedad capitalista (Lefebvre, 2013 [1974]). Dentro de esa práctica ubica a la familia, la cual define como “base de las relaciones personales y directas, ligadas a la naturaleza, la tierra, a la procreación – y por tanto a la reproducción – (...)” (Lefebvre, 2013 [1974], p. 94) que debe ser por ello conservada (Aladro, 2021, p. 52).

⁴⁸ Do original: L’espace social contient, en leur assignant des lieux appropriés (plus ou moins), les rapports sociaux de reproduction — à savoir les rapports bio-physiologiques entre les sexes, les âges, l’organisation spécifique de la famille — et les rapports de production, c’est-à-dire la division du travail et son organisation, donc les fonctions sociales hiérarchisées. Ces deux enchaînements, production et reproduction, ne peuvent se séparer: la division du travail se répercute dans la famille et s’y entretient; inversement, l’organisation familiale interfère avec la division du travail. Pourtant, l’espace social discerne, pour les « localiser », ces activités. Non sans échecs! (Lefebvre, 1981, p. 41).

patriarcal participa da reprodução da sociedade, não como um elemento externo a ela, mas como uma determinação que organiza e estrutura suas práticas espaciais.

Mais precisamente, até o capitalismo, imbricam-se tais níveis, o da reprodução biológica e o da produção sócio-econômica, envolvendo assim a reprodução social, a da sociedade que se perpetua na sequência de gerações, apesar dos conflitos, confrontações, lutas e guerras. Será necessário mostrar que o espaço desempenha um papel decisivo nessa continuidade⁴⁹ (Lefebvre, 1981, p. 41, tradução nossa).

A partir dessa afirmação, um paralelo com a tese de Federici (2021) pode ser estabelecido com o intuito de demonstrar a força teórica de Lefebvre ao trazer a questão do espaço como elemento decisivo e, conseqüentemente, dialogar com a crítica feminista. A ideia de patriarcado do salário em Federici (2021) serviu para explicitar politicamente como a reprodução da força de trabalho, organizada no seio da família e alicerçada no trabalho doméstico não pago, conecta-se à produção capitalista. Ao destacar a reprodução social e a sua relação com o espaço, Lefebvre amplia o entendimento de como essas dimensões se entrelaçam de maneira concreta, ao criar condições materiais para a continuidade das relações de exploração. Quando Federici (2021) evidencia a centralidade do trabalho reprodutivo na manutenção do capitalismo, reforça a importância de compreender o espaço social. Assim como em Lefebvre, em Federici produção e reprodução aparecem indissociáveis:

Marx explicou há muito tempo que o salário esconde todo o trabalho não pago que se transforma em lucro. Mas medir o trabalho pelo salário também esconde até que ponto nossas relações sociais têm sido subordinadas às relações de produção, até que ponto cada instante da existência funciona para a produção e a reprodução do capital. O salário, na verdade (e isso inclui a falta dele), permitiu ao capital ocultar a duração real de nossa jornada de trabalho. O trabalho aparece como um compartimento da vida que acontece apenas em certas áreas. O tempo que gastamos na fábrica social, nos preparando para trabalhar ou indo para o trabalho, recuperando 'músculos, nervos, ossos e cérebro' com refeições rápidas, sexo rápido, filmes etc., tudo isso aparece como lazer, tempo livre, escolha individual (Federici, 2021, p. 37).

Os esforços teóricos de Lefebvre em torno da vida cotidiana no mundo moderno e da questão da reprodução social são uma contribuição para a problemática

⁴⁹ Do original: Plus précisément, jusqu'au capitalisme, s'imbriquent ces niveaux: celui de la reproduction biologique et celui de la production socio-économique, enveloppant ainsi la reproduction sociale, c'est-à-dire celle de la société qui se perpétue dans la suite des générations, malgré les conflits, affrontements, lutes et guerres. Que l'espace, dans cette continuité, joue un rôle décisif, il faudra le montrer (Lefebvre, 1981, p. 41).

apontada por Federici (2021). Na abordagem de gênero, ao se dedicar à análise das práticas cotidianas e da reprodução, Lefebvre abre caminho para uma leitura que considera de forma mais abrangente as dimensões do trabalho reprodutivo⁵⁰ e suas implicações na totalidade social. Assim, consideramos que esses elementos constituem um resultado relevante para o presente estudo, pois permitem posicionar essa contribuição de Lefebvre frente aos desafios históricos e teóricos que perpassam as relações entre feminismo e marxismo.

É no conjunto de obras em torno da crítica da vida cotidiana no mundo moderno que o conceito de reprodução das relações sociais “torna-se perfeitamente nítido pelo confronto entre a análise crítica do cotidiano, a dos fenômenos urbanos, a do crescimento econômico e dos economicismo, domínios relacionados entre si” (Lefebvre, 2020, p. 47). Uma das teses mais significativas desta obra trata do reconhecimento do cotidiano como possibilidade de reprodução do capitalismo concorrencial para o monopolista. Segundo ele: “O cotidiano, e não o econômico em geral, é a base sobre a qual se pôde estabelecer o neocapitalismo” (Lefebvre, 2020, p. 47).

Lefebvre critica reduções que obscurecem a totalidade social. Tal ponto Lefebvre desenvolve uma crítica destinada ao filósofo francês Louis Althusser, que segundo ele trata de modo estruturalista a totalidade, incluindo as relações sociais. Isso significa que a reprodução das relações de produção não exigiria nenhum tipo de explicação particular. Para Lefebvre: “O conceito ‘total’, dogmaticamente petrificado esvazia a história sem mais formalidades” (2020, p. 49). Para ele, o marxismo estruturalista “elude o problema da reprodução das relações de produção, que ele repete, de forma redundante, a definição do modo de produção: o capitalismo é o capitalismo, tautologia que ocupa o lugar de uma análise das mudanças dentro do capitalismo” (Lefebvre, 2020, p. 53). Isso, para o francês, reduz importantes condições a “um pormenor secundário ao lado do ‘todo estruturado’”. Nesse mesmo sentido, “na perspectiva do marxismo estrutural-funcionalista, a reprodução das relações de produção reduz-se a um simples reforço, a uma duplicação destas relações” (Lefebvre, 2020, p. 54).

⁵⁰ É sabido que Federici entende o trabalho reprodutivo como a reprodução da força de trabalho desde sua concepção, educação, alimentação e segurança. Para Lefebvre, como foi apontado no texto (3.3), o conceito possui um caráter mais ampliado, o que pode estabelecer uma diferença qualitativa entre as duas perspectivas.

Lefebvre proporciona em sua obra precisão que permite o entendimento que a Teoria da Produção do Espaço é um caminho bastante adequado para entendimento das determinações em torno do patriarcado capitalista:

[...] o enrijecimento do conceito “marxista” de “modo de produção” (ou qualquer outro) e a sistematização a partir deste conceito, tomado separadamente, destroem a perspectiva de Marx: compreender aquilo que se passa para o transformar, captar o “vivido” para abrir caminho à vida (Lefebvre, 2020, p. 54).

Apesar da significativa contribuição lefebvriana no que se refere à questão da reprodução, Aladro (2021) nos adianta um ponto significativo:

Uma breve análise das pesquisas desenvolvidas após a recuperação da obra de Lefebvre nos últimos tempos mostra como os estudos sobre reprodução social foram negligenciados em relação àqueles que investigam o mercado imobiliário e as políticas de habitação social (Aladro, 2021, p. 51)⁵¹.

Aladro (2021) aponta que, embora Lefebvre delimite claramente a importância da unidade entre produção e reprodução na constituição do espaço social, nos pesquisadores que desdobraram seus trabalhos a partir de suas obras há uma predominância analítica das relações de produção. Isso resultou em continuidades teóricas que priorizaram as críticas à cidade-mercadoria, relegando a um segundo plano o estudo das infraestruturas urbanas voltadas à reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, o papel das mulheres nas relações sociais capitalistas. Diante disso, cabe aos pesquisadores do espaço social restabelecer o equilíbrio entre essas dimensões, como feito pelo próprio Lefebvre, evitando que a reprodução continue sendo tratada como um aspecto secundário nas análises críticas sobre a urbanização.

3.3 Gênero, corpo, espaço

Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger são significativas contribuições da obra Lefebvriana, e entender como cada um desses filósofos compõe o seu conceito de corpo mostrou-se caminho pertinente para definir o que é corpo na

⁵¹ Do original: “una pesquisa rápida de las investigaciones desarrolladas tras la recuperación de la obra de Lefebvre en el último tiempo da cuenta de cómo se han descuidado los estudios sobre la reproducción social en relación a aquellos que indagan sobre mercado inmobiliario, políticas de vivienda social” (Aladro, 2021, p. 51).

obra lefebvriana. Simonsen (2005) corrobora ao demonstrar que, em Marx, os seres humanos se caracterizam pela maneira como através do trabalho transformam a natureza — nesse processo, membros e corpos são mobilizados; em Heidegger Lefebvre se apropria da importância da categoria *cotidianidade* para entendimento da sociedade capitalista, e transforma a prioridade do ser ao dialetizar e historicizar o conceito de Nietzsche, no entendimento de que o conhecimento depende do corpo e suas ações, sofrimento, desejo, prazer. Assim, o conceito de *corpo* em Lefebvre se constitui como uma totalidade histórica e socialmente produzida, inseparável do trabalho, da vida cotidiana e da experiência sensível, sendo ao mesmo tempo condição, meio e resultado da produção do espaço.

As representações corporais resultantes de ciências e ideologias modernas têm percebido o uso corporal de forma mais óbvia, as mãos, os sentidos, os gestos da rotina e do trabalho. O corpo para Lefebvre é um elemento espacial “des éléments spatiaux (le corps, les membres, yeux)” (Lefebvre, 1981, p. 87). Lefebvre confere ao corpo um papel central na articulação entre os diferentes momentos de sua tríade. De acordo com o próprio, para compreender “o espaço social em três momentos, é preciso levar em conta o corpo. Especialmente porque a relação de um sujeito com o espaço implica sua relação com o próprio corpo, e vice-versa” (Lefebvre, 1981, p. 50, tradução nossa). Para a teoria Lefebvriana, a forma como um sujeito, inserido em um grupo ou sociedade, relaciona-se com o espaço depende necessariamente de sua relação com o próprio corpo, e esta, por sua vez, é condicionada por sua inserção espacial.

Lefebvre (1981) argumenta que a reflexão sobre a produção do espaço pode ser ilustrada pela atividade da aranha, cuja teia não pode ser compreendida apenas como resultado de um instinto ou de uma inteligência semelhante à humana. Ele afirma que a aranha produz espaço a partir de seu próprio corpo, estendendo suas propriedades corporais. Assim, sua produção espacial não decorre de um cálculo consciente, mas de uma inteligência corporal que integra natureza e forma, interior e exterior, produzir e secretar, sem separações rígidas. Para Lefebvre, essa produção espacial primária, que antecede qualquer representação ou abstração, evidencia que os lugares são inicialmente qualificados pelo corpo. Desse modo, o autor conclui que a produção do espaço é, em sua origem, inseparável da inteligência prática e sensível do corpo.

Na tríade dialética Lefebvriana, portanto, a centralidade da categoria *corpo* é posta: 1) Percebido, a prática espacial prevê o uso do corpo da forma mais óbvia como: os sentidos, a coordenação dos pés, o ritmo da respiração a postura assumida nas tarefas diárias e os movimentos empregados nas interações sociais “base pratique de la perception du monde extérieur” (Lefebvre, 1981, p. 50); 2) Concebido, as representações do corpo aparecem no campo da especialização científica, nutrição, biotecnologia (corpo saudável, corpo máquina, química cerebral, corpo sustentável); 3) Vivido, dimensão simbólica e moralmente carregada do corpo “Le vécu corporel, lui, atteint un haut degré de complexité et d'étrangeté car la <<culture>> y intervient sous l'illusion d'immédiateté” (Lefebvre, 1981, p. 50). O corpo vivido de uma mulher que sente o coração acelerado ao andar sozinha à noite não é apenas uma reação fisiológica, mas resultado de um corpo preenchido por medo, controle e ameaças historicamente estabelecidas.

O conhecimento atual se esforça para reconstruir, por meios conceituais, uma conexão que de modo algum era uma aplicação à “realidade” do conhecimento preexistente. Daí a extrema dificuldade dessa reconstrução: os símbolos, que sentimos e percebemos, escapam ao nosso conhecimento abstrato como tais; são desencarnados, temporais, sofisticados, eficientes, mas “irreais” em relação a certas “realidades” (Lefebvre, 1981, p. 54)⁵².

Na citação anterior, Lefebvre admite que a produção do conhecimento sem corporeidade “nada tem de uma aplicação à realidade de um saber preexistente” (1981, p. 54). Um “saber abstrato, sem corpo, sem temporalidade”. Para Lefebvre, o corpo é condição da relação com o espaço — ou seja, quando o conhecimento é descorporificado, ele perde contato com o cotidiano e não compreende o mundo sensível. Passa-se então a se expressar exatamente o processo moderno de separar o sujeito de sua própria experiência vivida.

Ao demonstrar como o espaço serve de conjunto de coisas-signos baseados em relações formais, Lefebvre reconhece que a o espaço formal nega as diferenças “Este espaço formal e quantificado nega as diferenças, tanto as que se originam da natureza e do tempo (histórico), quanto as que provêm dos corpos, das idades, dos

⁵² Do original: La connaissance s'acharne aujourd'hui à reconstituer par la voie conceptuelle une connexion n'avait rien d'une application à la « réalité » d'un savoir préexistant. D'où l'extrême difficulté de cette reconstruction: les symboles, que l'on sent et pressent, échappent comme tels à notre savoir abstrait, sans corps, sans temporalité, sophistiqué, efficace mais « irréel » par rapport à certaines « réalités » (Lefebvre, 1981, p. 54).

sexos, das etnias” (Lefebvre, 1981, p. 61)⁵³. Dessa forma, Lefebvre demonstra como a admissão do corpo em sua teoria favorece o reconhecimento das diferenças.

É aqui que um ponto anterior se torna relevante. Nesta hipótese, concedemos a nós mesmos, generosamente, espaço social e físico. Reduzimos esse espaço ao espaço epistemológico (mental), o do discurso, o do Cogito cartesiano. Esquecemos que o “eu” prático, indivisivelmente individual e social, existe num espaço onde se reconhece, a menos que se desvie. Ao saltarmos imprudentemente do mental para o social e vice-versa, transferimos para o discurso (e particularmente para o discurso sobre o espaço) as propriedades do espaço em si. É verdade que buscamos uma mediação entre o mental e o social no corpo: a voz, os gestos. Mas será que esse corpo abstrato, tomado apenas como mediação entre o “sujeito” e o “objeto”, corresponde ao corpo prático e carnal, tomado como uma totalidade com suas qualidades espaciais (simetrias, assimetrias), com suas propriedades energéticas (gasto, economia e desperdício)? Mostraremos mais tarde que basta considerar o corpo total (prático-sensível) para centrar o conhecimento de forma diferente, para provocar uma mudança no centro (Lefebvre, 1981, p. 74-75, tradução nossa)⁵⁴.

Na citação anterior, Lefebvre admite e reposiciona a categoria *corpo* na sua dialética espacial ao criticar o entendimento tradicional do corpo como uma espécie de canal neutro entre sujeito e objeto. Lefebvre coloca o corpo como elemento central ao distinguir corpo abstrato (mediação metal/social, descolado do real) do corpo prático-sensível (total, energético, que não apenas ocupa, mas produz espaço). Desse modo, coloca-se a categoria no campo dialético, totalizante e, portanto, revolucionário — é nesse entendimento que se sugere aqui que repouse a mulher na Geografia.

A compreensão lefebvriana do espaço parte da centralidade do corpo como condição primeira da percepção e da experiência espacial. Nesse sentido, Lefebvre afirma que é “C’est a partir du corps que se perçoit et que se vit l’espace, et qu’il se produit” (Lefebvre, 1981, p. 188). Ao afirmar que ao chegar em uma cidade o sujeito

⁵³ Do original: “Cet espace formel et quantifié nie les différences, celles en provenance de la nature et du temps (historique) comme celles qui viennent des corps, âges, sexes, ethnies” (Lefebvre, 1981, p. 61).

⁵⁴ Do original: C’est ici que prend sa portée une indication antérieure. Dans cette hypothèse, on s’accorde généreusement l’espace social et physique. On le réduit à l’espace épistémologique (mental), celui du discours, celui du Cogito cartésien. On s’y oublie que le « je » pratique, indivisiblement individuel et social, est dans un espace où il se reconnaît à moins qu’il ne égare. En sautant inconsidérément du mental au social et inversement, on transfère au discours (et particulièrement au discours sur l’espace) les propriétés de l’espace comme tel. Il est vrai que l’on cherche une médiation entre le mental et le social dans le corps: la voix, les gestes. Mais ce corps abstrait, pris seulement comme médiation entre le « sujet » et l’ « objet », correspond-il au corps pratique et charnel, pris comme totalité avec ses qualités spatiales (symétries, dissymétries), avec ses propriétés énergétiques (dépenses, économies et gaspillages)? On montrera plus loin qu’il suffit d’envisager le corps total (pratico-sensible) pour centrer autrement la connaissance, pour entraîner un déplacement du centre (Lefebvre, 1981, p. 74-75).

“il les éprouve d’abord avec tout son corps” (Lefebvre, 1981, p. 188), diz que a experiência espacial começa corporalmente antes de qualquer leitura ou discurso. Ao admitir o corpo como condição para viver o espaço e não apenas vê-lo, desprende-se o entendimento de corpo como algo puramente biológico. O corpo, para Lefebvre, não é neutro, ele é social, moldado por normas e violências.

Como ponto de partida e destino, temos o corpo. Não o encontramos inúmeras vezes, o nosso próprio corpo? Mas qual corpo? Os corpos se assemelham e diferem mais do que se assemelham entre si. O que têm em comum o corpo de um camponês atrelado ao seu boi de trabalho, preso à terra pelo arado, e o corpo de um brilhante cavaleiro em seu cavalo de guerra ou de desfile? Seus corpos diferem tanto quanto o corpo do boi (castrado) e o do cavalo! Em ambas as situações, o animal serve como meio (instrumento, intermediário) entre o homem e o espaço. A diferença entre os dois “meios” não está isenta de uma diferença similar entre os espaços. Pode-se afirmar que o campo de trigo é um mundo diferente do campo de batalha (Lefebvre, 1981, p. 225, tradução nossa)⁵⁵.

Tal leitura permite inferir que a análise lefebvriana do corpo admite a realidade que corpos diferentes não circulam com as mesmas liberdades, não vivem o espaço da mesma forma, não possuem o mesmo direito ao corpo. Se o corpo é condição da produção social, o patriarcado também produz espaço ao controlar corpos. Nesse sentido, o patriarcado participa da produção do espaço ao controlar, regular e disciplinar os corpos, processo que implica sua dessubstanciação e desobjetificação, isto é, a negação de sua plena condição de sujeito. Tal movimento culmina na objetificação do corpo, que passa a ser tratado como instrumento ou suporte de determinadas funções sociais reprodutivas, domésticas ou sexuais. O controle do corpo constitui também um momento da própria produção do espaço.

O corpo, com suas capacidades de ação e suas energias, cria espaço? Sem dúvida, mas não no sentido de que a ocupação “fabrica” a espacialidade — no sentido de uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre seu deslocamento no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir (efeitos, em matéria, ferramentas e objetos), antes de se produzir (nutrindo-se) e se reproduzir (gerando outro corpo), todo corpo vivo é um espaço e possui o seu próprio: ele produz e gera espaço. Com suas energias disponíveis, o corpo vivo cria ou produz seu espaço; inversamente, as leis do

⁵⁵ Do original: Comme point de départ et point d’arrivée, il y a le corps. Ne l’avons-nous pas déjà rencontré à maintes reprises, notre corps? Mais quel corps? Les corps se ressemblent et diffèrent plus qu’ils ne se ressemblent. Qu’y a-t-il de commun entre le corps d’un paysan couplé à son bœuf de travail, accroché par la charrue à la terre, et le corps d’un brillant cavalier sur son cheval de guerre ou de parade? Leurs corps diffèrent autant que le corps du bœuf (castré) et celui du cheval! L’animal, dans les deux situations, sert de médium (moyen, instrument, intermédiaire) entre l’homme et l’espace. La différence entre les deux « media » ne va pas sans une différence analogue entre les espaces. Autant dire que le champ de blé. est un autre monde que le champ de bataille (Lefebvre, 1981, p. 225).

espaço, isto é, da discernibilidade no espaço, são as do corpo vivo e do deslocamento de suas energias (Lefebvre, 1981, p.138, tradução nossa)⁵⁶.

Silva e Ornat (2022) dialogam com a citação anterior em artigo, e sua postura é um bom exemplo do modo como a leitura de corpo lefebvriana vem sido evocada pela Geografia feminista:

Essas perspectivas de Henri Lefebvre sobre o corpo vivo e os espaços diferenciais são elementos centrais na discussão das geografias feministas que têm criado teorias sobre o cuidado da vida e o amor como energia produtiva para enriquecer a análise espacial para além das relações de produção e reprodução capitalistas (p. 340).

Embora haja concordância quanto à funcionalidade dessa abordagem para a Geografia feminista, discordamos da formulação que propõe um deslocamento para além das relações de produção e reprodução capitalistas. A análise dessas relações não constitui uma limitação da análise geográfica; ao contrário, a categoria *corpo* em Lefebvre contribui precisamente para apreender tais problemáticas desde o seu interior, evidenciando suas contradições e determinações.

“O corpo espacial, ao tornar-se social, não entra num “mundo” preexistente; ele produz e reproduz; ele percebe o que reproduz ou produz. Este corpo carrega em si as suas propriedades e determinações espaciais” (Lefebvre, 1981, p. 230, tradução nossa)⁵⁷. Nesse ponto ele expõe o peso e o significado do corpo para a Teoria da Produção do Espaço. O corpo é a base sensível da produção do espaço, ele produz novidades por meio do vivido.

O espaço físico, o prático e o sensorial, é assim restaurado e reconstituído contra as projeções das aquisições intelectuais tardias, contra as reduções pelo conhecimento. Contra o Absolutamente Verdadeiro, o Espaço das Clarezas soberanas, o subterrâneo, o lateral, o labiríntico, talvez o uterino, o feminino são reabilitados. Contra os signos do não-corpo, os signos do corpo

⁵⁶ Do original: Le corps, avec ses capacités d'action, la ses énergies, ferait-il l'espace? Sans doute, mais pas au sens où l'occupation « fabriquerait » spatialité — dans le sens d'un rapport immédiat entre le corps et son espace, entre le déploiement dans l'espace et l'occupation de l'espace. Avant de produire (des effets, dans la matière, des outils et des objets), avant de se produire (en se espace nourrissant) et de se reproduire (par la génération d'un autre corps) chaque corps vivant est un espace et a son: quable: le il s'y corps, produit et le produit. Rapport remar avec ses énergies disponibles, le corps vivant, crée ou produit son espace; inversement, les lois de l'espace, c'est-à-dire de la discernabilité dans l'espace, sont celles du corps vivant et du déploiement de ses énergies (Lefebvre, 1981, p.138).

⁵⁷ Do original: “Le corps spatial, devenant social, ne s'introduit pas dans un « monde » préexistant; il produit et reproduit; il perçoit ce qu'il reproduit ou produit. Ce corps porte en lui ses propriétés et déterminations spatiales” (Lefebvre, 1981, p. 230).

são reafirmados. “A história dos corpos na fase final do Ocidente é a de suas revoltas” (Lefebvre, 1981, p. 232, tradução nossa)⁵⁸.

A citação anterior abre caminho conceitual para pensar o corpo da mulher com o auxílio da teoria lefebvriana. Ele expõe um tipo de pensamento ou racionalidade moderna que exclui o corpo — e com mais intensidade os corpos femininos. Para o filósofo “Oui, le corps charnel (spatio-temporel) se révolte” (Lefebvre, 1981, p. 232), e isso não significa uma tentativa de retorno ao passado ou ao instinto primitivo. Para Lefebvre é algo atual e se deve ao fato de o corpo ter sido fragmentado, dividido pela imagem, reprimido e objetificado pelo pensamento abstrato. Assim, o reconhecimento de tal revolta não é apenas uma crítica teórica, mas sugerido pelo próprio Marx uma “renversement du monde à l’envers (Marx)” (Lefebvre, 1981, p. 233). O espaço social moderno é onde o corpo foi ocultado por abstrações, representações. Trata-se de uma revolta do espaço vivido contra o espaço concebido, do corpo real contra o corpo representado.

Com a indústria moderna e a vida urbana, a abstração governa nossa relação com o corpo. À medida que a natureza recua, nada restaura o corpo em sua totalidade, nem em objetos nem em atividades. A tradição ocidental e sua relação de reconhecimento equivocado com o corpo são estranhamente revividas; quando esses males são atribuídos unicamente ao discurso, não apenas a tradição, mas também o espaço abstrato “real”, é absolvido de toda culpa (Lefebvre, 1981, p. 236, tradução nossa)⁵⁹.

Essa é uma citação teoricamente muito forte dentro da obra de Henri Lefebvre, porque ela articula três temas centrais da teoria lefebvriana: *abstração*, *corpo* e *espaço abstrato*. Lefebvre (1981) afirma que, com a indústria moderna e a vida urbana, a relação com o corpo passa a ser mediada pela abstração. Isso significa que o corpo deixa de ser vivido como totalidade sensível e passa a ser reduzido a funções parciais e instrumentais. No espaço abstrato que se pretende neutro, mas na prática organiza

⁵⁸ Do original: L'espace physique, le pratico-sensible, se restitue et se reconstitue ainsi, contre les projections des acquis intellectuels tardifs, contre les réductions par le savoir. Contre l'Absolument Vrai, Espace des Clartés souveraines, se réhabilitent le souterrain, le latéral, le labyrinthique, peut-être l'utérin, le féminin. Contre les signes du non-corps, les signes du corps se redressent. « L'histoire des corps dans la phase finale de l'Occident est celle de ses révoltes (Lefebvre, 1981, p. 232).

⁵⁹ Do original: Avec l'industrie moderne et la vie ni urbaine, l'abstraction commande le rapport au corps. La nature s'éloignant, rien ne restitue le corps total, rien dans les objets, ni dans les activités. La tradition occidentale et son rapport de méconnaissance au corps se réactualise étrangement; quand on attribue ces méfaits au seul la discours, on lave de toute accusation non seulement tradition, mais l'espace abstrait « réel » (Lefebvre, 1981, p. 236).

desigualdades, os corpos masculinos circulam com maior legitimidade, e os corpos femininos são regulados, vigiados e restringidos.

Nesse movimento, a modernidade capitalista não articula apenas o espaço abstrato, mas também o corpo, ao admitir o controle do corpo. Essa crítica oferece uma chave poderosa para o enfrentamento político-teórico do patriarcado, que fragmenta o corpo da mulher ao disciplinar sua sexualidade, regular a reprodução e separar o corpo reprodutivo do corpo produtivo. No capítulo VI de *A produção do espaço*, intitulado *Des contradictions de l'espace à l'espace différentiel*, o próprio Lefebvre parece demonstrar os caminhos, ainda que não intencionalmente, para uma leitura do corpo capaz de alcançar um entendimento da realidade que abarque as problemáticas da forma patriarcal capitalista.

Percebemos seu caráter dual “homogêneo-fragmentado” quando o representamos como uma relação binária (contraste, face a face). A inerência (unidade) de ambos os termos, assim como sua contradição, não pode ser subestimada. Homogêneo, esse espaço abole distinções e diferenças, inclusive as de dentro e fora, que tende a reduzir à indiferença do visível-legível. Simultaneamente, esse mesmo espaço é fragmentado, fraturado de acordo com as demandas da divisão do trabalho, das necessidades e das funções, muitas vezes ultrapassando um limite de tolerabilidade (volumes limitados, falta de conexão, etc.). Os processos que fraturam o espaço assemelham-se aos que fragmentam os corpos nas imagens (e mais especificamente o corpo feminino, separado em partes e ainda assim “sem órgãos”!) (Lefebvre, 1981, pp. 410-411, tradução nossa)⁶⁰.

Nessa leitura, Lefebvre (1981) mobiliza questões diretamente ligadas ao interesse desta pesquisa. Ao provocar a relação do duplo caráter do espaço abstrato (simultaneamente homogêneo e fraturado), com a questão do corpo, o filósofo denuncia que o espaço moderno parece uniforme, mas na realidade organiza separações. A partir disso, afirma-se que os processos que fragmentam o espaço se parecem com os que fragmentam o corpo, o que abre caminho interpretativo para afirmar que o espaço abstrato fragmenta o espaço ao mesmo passo que a

⁶⁰ Do original: On le double caractère « homogène-fracturé » quand on le représente sur le type d'un rapport binaire (contraste, face à face). Sur l'inhérence (l'unité) des deux termes comme sur leur contradiction, on ne saurait trop insister. Homogène, cet espace abolit les distinctions et différences, 'entre autres celles du dedans et du dehors qu'il les qui le tend à réduire dans l'indifférence du visible-lisible. Simultanément, ce même espace est émietté, fracturé selon exigences de la division du travail, des besoins et fonctions, jusqu'à un seuil de tolérabilité souvent dépassé (exiguïté des volumes, absence de liaison, etc.). Les procédés fracturent l'espace ressemblent à ceux qui morcellent corps dans les images (et plus particulièrement le corps féminin, séparé en parties et pourtant « sans organes »!) (Lefebvre, 1981, p. 410-411).

modernidade fragmenta os corpos, com destaque para os corpos femininos, cuja, objetificação separa o corpo de sua totalidade vivida.

Quando Henri Lefebvre (1981) menciona a imagem de um corpo “sem órgãos”, a referência não deve ser compreendida em sentido estritamente fisiológico, mas como expressão crítica de um processo social no qual o corpo perde sua organicidade e sua totalidade vivida. Trata-se de um corpo fragmentado, recortado em partes e funções, cuja unidade concreta é dissolvida pela lógica que o reduz a elemento manipulável e funcional. Nesse movimento, o corpo sofre um processo de dessubstanciação, na medida em que é esvaziado de sua densidade social e sensível, ao mesmo tempo em que se realiza sua dessubjetificação, pois deixa de aparecer como sujeito da experiência para figurar como suporte de determinações externas.

Nesse contexto, o patriarcado não apenas controla o corpo feminino, mas também participa de sua fragmentação simbólica e espacial, determinação presente na fragmentação do corpo e do espaço que se reforçam mutuamente. O corpo feminino aparece regulado, objetificado e espacialmente situado. Essa leitura de Lefebvre permite reconhecer que a fragmentação do espaço abstrato encontra sua expressão na fragmentação social do corpo feminino ou ainda que a objetificação do corpo feminino é uma forma de expressão da lógica do espaço abstrato.

Nesses moldes o espaço moderno é, portanto, simultaneamente homogêneo e fragmentado, é homogêneo porque abole distinções e diferenças, reduz tudo ao planejado, ao cartesiano, ao abstrato. Assim, o espaço é apenas um objeto mensurável, funcional, formal. É fragmentado porque tem a divisão do trabalho, dos vínculos, das necessidades das funções — nesse ponto Lefebvre aponta um limite para o espaço que se fragmenta tanto, que começa a produzir sofrimento alienação. Nesse ponto, o corpo é representado cortado em pedaços, não aparece como totalidade, e como o próprio filósofo afirma, trata-se do corpo feminino que é fragmentado, esvaziado de interioridade, de autonomia, de possibilidade de agir como uma totalidade viva⁶¹.

⁶¹ Realidade demonstrada por Victor Hugo (2014) na construção da personagem, Fantine d'Os Miseráveis: “Fantine é uma jovem operária pobre que vive na França do século XIX. Ela tem uma filha fora do casamento, Cosette, e, por não conseguir cuidar da criança enquanto trabalha, a deixa aos cuidados de um casal de estalajadeiros. Sem saber, Fantine passa a ser explorada por eles, que constantemente exigem mais dinheiro para manter a menina. Trabalhando em uma fábrica, Fantine tenta esconder que tem uma filha ilegítima, pois isso poderia levá-la à demissão. Quando seu segredo é descoberto, ela perde o emprego e passa por um processo extremo de degradação social para continuar enviando dinheiro para Cosette, primeiro vende seus cabelos, depois seus dentes e, por fim, é levada à prostituição. Sua saúde se deteriora e ela adoece gravemente”.

No espaço abstrato, e na medida em que age, a morte do corpo se realiza de duas maneiras: simbólica e concreta. Concretamente, pelo efeito da violência. Simbolicamente, pela fragmentação da vida. Do corpo feminino em particular, transformado em mero valor de troca, signo de mercadoria e mercadoria em si (Lefebvre, 1981, p. 357, tradução nossa)⁶².

Uma postura revolucionária e combativa em relação ao espaço abstrato significa evitar a morte simbólica do corpo da mulher — que continua vivo biologicamente, mas morre como sujeito social completo. Na cidade, por exemplo, a mulher aprende a não ocupar certos lugares, mudar caminhos, roupas e horários. O corpo é restringido antes de ser fisicamente ferido, é negado na sua própria positividade, na sua própria presença. Ele morre de forma concreta ao enfrentar jornadas triplas de trabalho, adoecimentos, assédio, agressões físicas e sexuais, feminicídio (Tabela 2).

Tabela 2- Número de homicídios registrados de mulheres registrados no Brasil e Unidades da Federação – 2013, 2018 e 2023

Localidade	2013	2018	2023
Brasil	4.769	4.519	3.903
Acre	32	35	18
Alagoas	142	67	75
Amapá	19	15	15
Amazonas	96	127	122
Bahia	423	427	463
Ceará	278	475	248
Distrito federal	79	55	44
Espírito Santo	171	100	99
Goiás	271	220	121
Maranhão	131	122	139
Mato Grosso	91	88	103
Mato Grosso do Sul	75	66	48
Minas Gerais	427	349	280
Pará	231	323	192

⁶²Dans l'espace abstrait et pour autant qu'il agisse, la mort du corps s'y accomplit d'une double façon: symbolique et concrète. Concrètement par effet des violences. Symboliquement: par la fragmentation du vivant. Du corps féminin en particulier, changé en chose valeur d'échange, signe des marchandises et marchari- lui-même (Lefebvre, 1981, p. 357).

Paraíba	126	82	79
Paraná	283	211	230
Pernambuco	256	240	290
Piauí	47	52	66
Rio de Janeiro	387	380	334
Rio Grande do Norte	89	102	63
Rio Grande do Sul	210	256	224
Rondônia	52	42	54
Roraima	36	53	31
Santa Catarina	102	91	105
São Paulo	620	454	389
Sergipe	56	40	41
Tocantins	40	47	30

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Atlas da Violência 2025*. Elaboração própria a partir dos dados do relatório.

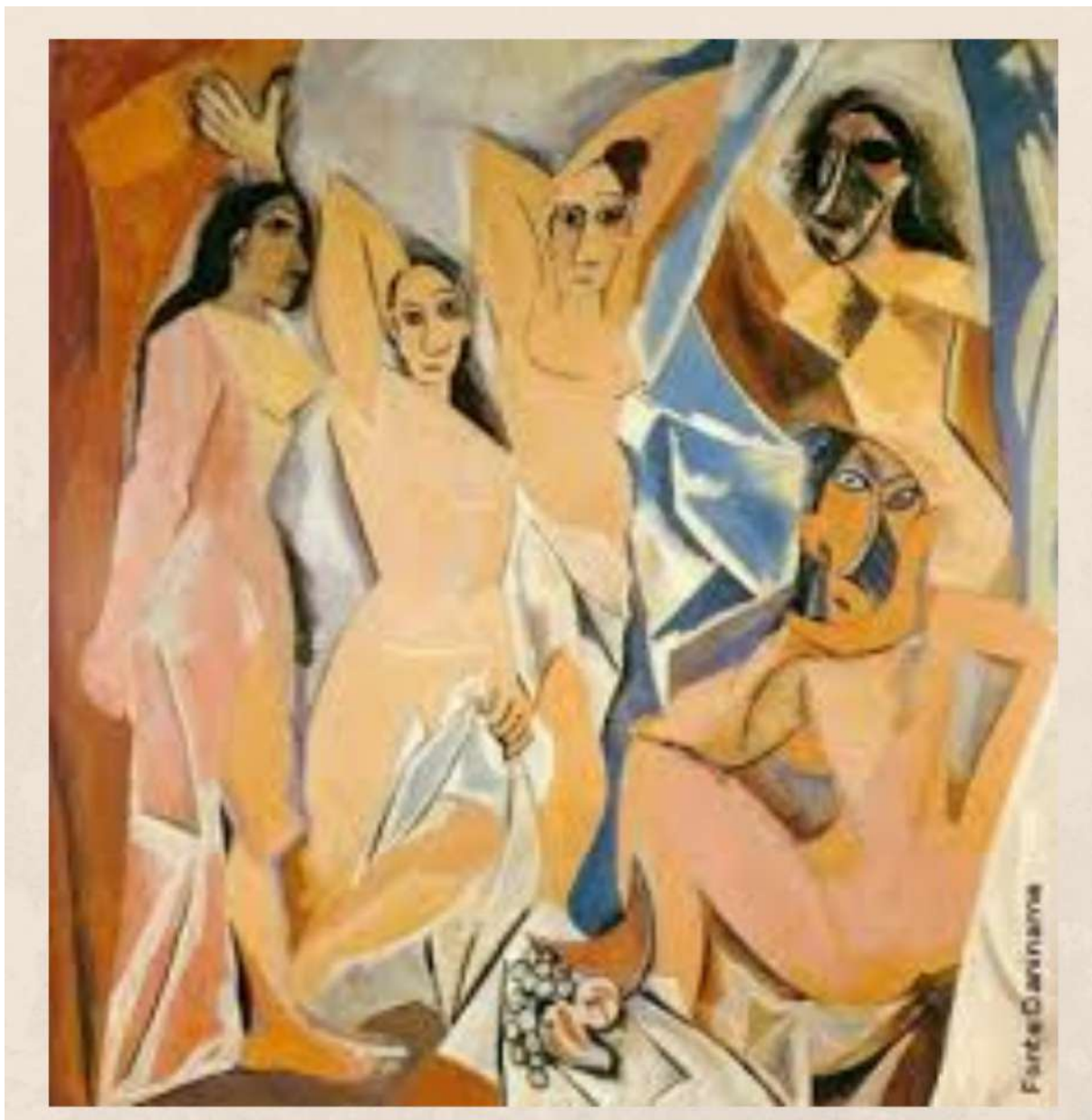
Ao encarar a gravidade de tais dados, inevitável questionar: por que, se o espaço abstrato tende à homogeneização, certos corpos continuam sendo tratados de forma diferenciada? A resposta reside no fato de que a homogeneidade do espaço abstrato é apenas formal, na prática, ele organiza e reproduz desigualdades sociais. Nesse contexto, a consequência desse processo é a objetificação do corpo, que passa a ser apreendido como objeto entre objetos, passível de organização, controle, apropriação ou a mera destruição.

Desse modo, a objetificação do corpo não se reduz a um procedimento meramente simbólico ou representacional, mas se revela como um momento concreto da própria produção do espaço, o que revela seu significado mais profundo. Trata-se violentamente de uma forma específica de negação da existência concreta de suas potências vitais — abre-se a possibilidade de que sua própria existência seja socialmente desvalorizada, o que torna sua violação, exploração e até mesmo sua eliminação acontecimentos toleráveis no interior da ordem social.

Assim, entende-se que a morte simbólica do corpo ocorre quando sua subjetividade objetiva é negada — a morte objetiva e concreta do corpo quando esses corpos são consumidos dos mais variados modos até seu esgotamento. Ambas as mortes são momentos articulados de um mesmo processo histórico e espacial de

produção da vida sob a égide da forma patriarcal capitalista, no qual corpo, gênero e espaço são simultaneamente disciplinados, fragmentados e subordinados à lógica da valorização.

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DOS HOMENS É PATRIARCAL



PICASSO, Pablo. As Senhoritas de Avignon (Les Demoiselles d'Avignon). 1907. Óleo sobre tela, 243.9 cm x 233.7 cm. Museum of Modern Art (MoMA), Nova Iorque.

A partir do que foi desenvolvido até aqui, pretende-se neste capítulo apreender como a condição patriarcal da cidade dos homens se efetiva material e simbolicamente no espaço urbano. Tal movimento é realizado por meio da análise, ampliação e, em alguns momentos, da exemplificação dos próprios mecanismos analíticos formulados por Henri Lefebvre para o estudo da cidade.

No mesmo caminho político, a obra *As Senhoritas de Avignon* (Picasso, 1907) permite evidenciar que “a crueldade de Picasso em relação ao corpo, especialmente ao corpo feminino, que ele tortura de forma acertada e caricatura sem piedade, é

ditada pela forma dominante do espaço, pelo olho e pelo falo, em resumo, pela violência” (Lefebvre; 1991, p. 302), constituindo-se como expressão estética de uma espacialidade estruturada pela dominação patriarcal.

Ao ser introduzida pela obra *As Senhoritas de Avignon*, de Pablo Picasso, considerada um marco inaugural do cubismo e da arte moderna, esta seção busca direcionar a análise para os limites das leituras da modernidade. A obra, frequentemente tratada como ruptura formal, permite também problematizar os modos pelos quais a modernidade trata o corpo feminino, articulado à inovação estética e permanência de relações de dominação. Nesse sentido, a análise desenvolvida não se restringe ao campo artístico, mas opera como mediação para compreender processos sociais mais amplos inscritos na produção do espaço.

Tal perspectiva mostra-se um facilitador do entendimento acerca do que se trata a totalidade do que aqui se denomina produção patriarcal do espaço. Trata-se de uma forma de organização espacial estruturada por relações de dominação que naturalizam desigualdades de gênero, hierarquizam corpos e subsumem outras maneiras de existir, viver e produzir o espaço social. Tal produção ultrapassa a dimensão da representação estética, manifesta-se materialmente no cotidiano urbano, nas práticas sociais e nos dispositivos que regulam a vida na cidade dos homens.

Nessa obra, Picasso, em 1907, questiona as formas tradicionais de representação da mulher e, como sugere Lefebvre (1981), anuncia transformações vinculadas à emergência da modernidade. Este capítulo, no entanto, não se justifica apenas como etapa conclusiva da pesquisa ou como mera recuperação e sumarização de conceitos lefebvrianos. Trata-se de uma tentativa de interpelar os próprios adeptos e analistas da postura crítica e revolucionária proposta pela Teoria da Produção do Espaço, convocando-a a abarcar a totalidade dos sujeitos do mundo do trabalho que vive e produz a cidade.

4.1 Espaço social das mulheres

Ao propor o conceito de "espaço social" como produto histórico e político das práticas sociais, Lefebvre rompe com leituras naturalizadas do espaço, e desloca o foco para suas determinações concretas e dialéticas. Nesse processo, sua proposta de analisar o espaço como produto de relações sociais inovou o debate, mas também provocou reações de importantes geógrafos marxistas que questionaram algumas

implicações de sua abordagem, sobretudo no que diz respeito à articulação entre teoria do espaço e a crítica da economia política.

Entretanto, enquanto capaz de fazer o salto intelectual e ver o espaço como algo produzido pela atividade humana, Lefebvre não descarta e nem mesmo qualifica o conceito absoluto de espaço. Ele usa o conceito de todos os modos — como espaço social separado do espaço físico, como espaço absoluto, como espaço teórico, e assim por diante — e parece fazer pouca ou nenhuma distinção entre eles. A metáfora é misturada indiscriminadamente com a realidade. Esta indeterminação conceitual torna-se especialmente problemática onde Lefebvre se envolve com as conclusões políticas de suas análises, pois o espaço parece sair completamente de cena (Smith, 1988, p. 141).

Smith (1988) faz críticas bastante severas às análises lefebvrianas, ao argumentar que elas não conseguem descartar ou ao menos qualificar o conceito absoluto de espaço. Segundo Smith, essa limitação impede Lefebvre de identificar as múltiplas faces e dimensões do espaço que são apresentadas ao longo de sua obra. Dessa forma, as análises acabariam por obscurecer a complexidade e a diversidade inerentes às dinâmicas espaciais.

Ainda segundo Smith (1988), o espaço ocupa na obra de Lefebvre uma posição secundária, em razão da ênfase que o autor dá à reprodução das relações de produção como aspecto central do capitalismo. Para o geógrafo, embora Lefebvre reconheça a relevância do espaço na dinâmica capitalista, ele não aprofunda essa questão de forma suficiente. Para ele, sua análise busca vincular o espaço a uma leitura em que a reprodução das relações sociais supera a produção como eixo principal da organização social. Smith afirma que a reprodução não substituiu a produção devido ao fato de que a produção e a exploração do trabalho continuavam sendo o núcleo do conflito capitalista. No entanto, mesmo com as mudanças no consumo e nas lutas sociais, não responde criticamente à teoria de Lefebvre, pois a relação estabelecida na sua obra é antitética e não uma superação estrutural. Chega-se a afirmar de maneira incisiva que “A política da atual ‘crise de reprodução’ não tem muito ou nada a ver com o espaço” (p.141). Para ele, o grande erro de Lefebvre, em dedicar-se à problemática da reprodução, passa a substituir a da produção.

Para Menezes (2019), ao discutir a crítica de Smith (1988) a Lefebvre, afirma-se que essa crítica decorre do fato de Smith “não ter conseguido captar o significado da própria dialética” (p. 49). Segundo Menezes (2019), a interpretação de Smith sobre a produção do espaço inverte a perspectiva de Lefebvre. Para Lefebvre, o

fundamental é a dialética do funcionamento e da interpretação da produção do espaço socialmente constituído; ao passo que, para Smith, o fundamental é a precisão epistemológica como fundamental para a centralização categorial do espaço. Essa diferença, conforme apontado por Menezes, revela que em Smith o objeto (o espaço) vem antes do método, invertendo a relação estabelecida por Lefebvre.

O espaço em Lefebvre (1981) possui relação simbiótica com o modo de produção que o produz. Dessa forma, “as relações de produção têm um papel a – a determinar – na produção do espaço” (p. 58). Apesar disso, a história do espaço tem suas próprias fases e lógicas que dialoga, mas não se confunde com a história dos seus respectivos modos de produção: “A história do espaço periodizará o processo produtivo de maneira que não coincidirá exatamente com as periodizações admitidas” (p. 59). O mesmo se estabelece quando se analisa a produção patriarcal do espaço que têm lógicas próprias e que não coincide exatamente com a história do patriarcado capitalista.

Por isso, apesar de Lefebvre não falar diretamente acerca do patriarcado, partir da sua ideia de que o espaço social possui lógicas próprias, ajuda a pensar criticamente como a forma capitalista do patriarcado se insere na produção do espaço e como esse espaço pode expressar, reagir ou resistir as abstrações universais e específicas que incidem na reprodução das relações de dominação que o sustenta. Isso exige uma análise que seja um pouco mais circunscrita. Para isso, partiremos da tentativa de entendimento da compreensão do espaço social lefebvriano.

No pensamento de Henri Lefebvre, o espaço social manifesta-se, de forma interligada: como força produtiva que desloca a natureza primitiva; produto privilegiado consumido tanto como mercadoria quanto como meio de produção; instrumento de controle político que organiza e reproduz as relações de produção; sustentáculo da propriedade do solo e das hierarquias espaciais; portador de dimensões institucionais e ideológicas, muitas vezes ocultas sob neutralidade aparente; e como campo de virtualidades que permitem a reapropriação criativa e a projeção de novos espaços, resistindo à dominação e abrindo brechas para contra-espacos e alternativas possíveis (Lefebvre, 1981).

A dimensão tríade que Lefebvre (1981) reconhece o espaço é um ponto significativo de sua teoria. Nela, a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação têm funções complexas e distintas na produção do espaço, que variam conforme suas qualidades e os modos de produção em questão. Além

disso, as relações entre esses três momentos: *o percebido*, *o concebido* e *o vivido*, são complexas e estão em constante transformação, sem nunca serem simples ou estáveis. Outro ponto relevante é a disposição triádica Espaço Absoluto-Espaço Abstrato-Espaço Contraditório.

Sobre o espaço absoluto, Lefebvre (1981) o associa a fragmentos naturais como cavernas e rios, cuja consagração simbólica retira-lhes suas características originais e os transforma em lugares de poder político, econômico, religioso etc. A arquitetura, nesse contexto, retira um espaço da natureza e o oferece ao domínio político, criando interiores sagrados que se opõem ao exterior natural, mas que ainda guardam marcas dele. O espaço, apropriado pelos sacerdotes, guerreiros e escribas, não é gerido por quem o produz (camponeses e artesãos), mas por quem o utiliza para organizar a produção e a reprodução sociais. Assim, o espaço absoluto persiste como camada simbólica e dialética, mesmo quando a historicidade da cidade o supera e o reconfigura.

Ao destrinchar o espaço absoluto, o filósofo coloca um trecho que, para conceituação do espaço social das mulheres, é preciso pôr em relevo: “O espaço absoluto no qual se desenrolam ritos e cerimônias retém da natureza certos traços que se modificam para se incorporar ao cerimonial: as idades, os sexos, a genitalidade (fecundidade)” (p. 59). Concluir que Lefebvre parte de uma naturalização do sexo e da fecundidade pode reforçar uma visão essencialista de gênero — é algo imediato. No entanto, a concepção de natureza que associa, por uma demanda espacial e histórica, o sexo e a fecundidade à ordem natural não anula que essas categorias também sejam socialmente construídas e historicamente moldadas.

Ou seja, ao apontar no espaço absoluto “as idades, os sexos, a genitalidade”, Lefebvre apenas inicia o movimento do pensamento que os reconhece não apenas como elementos biológicos ou naturais, mas como realidades historicamente construídas que expressam relações de poder e dominação. “Em seguida, a historicidade rompe definitivamente a naturalidade instaurando-se sobre as ruínas deste espaço de acumulação” (Lefebvre, 2001a, p. 47). Nesse processo de transição, destaca-se o movimento mais significativo para as transformações patriarcais: “a atividade produtiva (o trabalho) deixa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social; ele se desprende, mas para se tornar a presa da abstração: trabalho social abstrato, espaço abstrato” (Lefebvre, 2001a).

O conceito de espaço abstrato, desenvolvido inicialmente por Lefebvre (1981), não pode ser compreendido apenas pela ausência de natureza, como a desapareição das árvores, ou pela presença de grandes vazios. Trata-se de um espaço que se mercantiliza, orientado pelo valor de troca e pela ocultação dos conflitos sociais. Ele tampouco se restringe aos lugares de cruzamento ou aos centros comerciais que concentram mercadorias, dinheiro e veículos. Sua abstração não deriva apenas do que é perceptível e visível, nem se apresenta como algo simples ou transparente, pois não se reduz a uma lógica única ou a uma estratégia isolada.

Esse espaço carrega em si uma negatividade em relação ao que o precedeu e, simultaneamente, sustenta aquilo que nele emerge. O espaço abstrato possui, segundo Lefebvre, como tendência dominante o desaparecimento do qualitativo, operando positivamente em relação às suas implicações técnicas, às ciências aplicadas e ao saber associado ao poder, sendo, por fim, meio e condição dessa positividade. É nessa dimensão que o patriarcado moderno se desenvolve, ao mesmo tempo em que aniquila formas anteriores do patriarcado tradicional.

Para Lefebvre uma das questões mais significativas acerca do espaço abstrato

“é o fato de que ele pode ser, ao mesmo tempo, todo o conjunto de locais onde as contradições são geradas, o meio em que essas contradições evoluem e se rompem e, por fim, o meio pelo qual elas são sufocadas e substituídas por uma aparência de consistência” (p. 363).

Esse é o processo da abstração, síntese de múltiplas determinações em uma determinação geral. O processo de produção do espaço abstrato trata-se exatamente do processo de destruição dos referenciais históricos, da história para o domínio da abstração do valor.

É nesse espaço abstrato que é ao mesmo tempo sequência e coexistência do espaço absoluto que, desenvolvesse um conjunto de coisas, relações formais e signos: “Esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias” (p. 61). “As diferenças, são remetidas para sua própria conta a simbolismos” (p. 61). A partir da sua crítica do espaço abstrato, Lefebvre afirma que: “A reprodução das relações sociais se confunde, assim, brutalmente com a reprodução biológica, ela mesma concebida de uma maneira tão simples quanto grosseira” (Lefebvre, 1981, p.

61). O espaço abstrato da modernidade capitalista é uma forma de despersonalização e generalização das questões de gênero.

Lefebvre reconhece ainda no espaço abstrato o lugar da dominação masculina para o espaço homogeneizado do capitalismo, moldado pela lógica do mercado e da produção social abstrata que ignora as necessidades das dimensões sensíveis e corporais da vida e com isso cria simbolismos distorcidos que são materializados nas cidades. E isso é demonstrado pelo filósofo de maneira explícita quando desenvolve as nuances do espaço abstrato:

o simbólico derivado do malconhecimento do sensível, do sensual, do sexual, malconhecimento inerente às coisas-signos do espaço abstrato, se objetiva de maneira derivada: aura fálica de monumentos-edificações, arrogância das torres, autoritarismo imanente ao espaço repressivo (Lefebvre, 1981, p. 61).

Antes de reafirmar a presença do falocentrismo, da arrogância e do autoritarismo que se manifestam no espaço urbano, é necessário apontar um limite neste trecho: a ideia de “malconhecimento”, ou *méconnaissance* no original.

Embora aplicada principalmente à dimensão do espaço abstrato, o conceito não deve ser entendido como ingênua nem automaticamente associado à dominação masculina. Trata-se, antes, de um reconhecimento das distorções ou abstrações presentes na percepção social do espaço, que podem ocorrer independentemente das relações de gênero, funcionando como um mecanismo crítico para analisar como a realidade urbana se torna compreendida de forma parcial ou fragmentada.

Retomando a ideia da “aura fálica de monumentos-edificações, arrogância das torres, autoritarismo”, percebe-se que essa imposição simbólica se esconde no espaço social moderno, “velada pela sua transparência ilusória”. Essa ilusão, por sua vez, impede que outros simbolismos, que não se enquadram no domínio do espaço abstrato, sejam reconhecidos. O espaço abstrato, como destaca Lefebvre, “é apoiado pelo saber não crítico (positivo), sustentado por sua capacidade de violência terrificante, mantido por uma burocracia que se apodera dos resultados do capitalismo” (Lefebvre, 1981, p. 51). Essa sustentação pela violência e pelo saber positivo reforça a tendência do espaço abstrato em confundir a reprodução social com a genitalidade e o gozo com a fecundidade; o espaço abstrato reafirma sua capacidade de domesticar e moldar a vida social, e perpetua relações de dominância.

Uma das contradições inerentes ao espaço abstrato consiste na negação do sensual e do sexual ao passo que não tem por referência senão a genitalidade: a célula familiar moradia, apartamento, pavilhão, vivenda etc., a paternidade e a maternidade, a identidade colocada entre a fecundidade e o gozo. A reprodução das relações sociais se confunde, assim, brutalmente com a reprodução biológica, ela mesma concebida de uma maneira tão simples quanto grosseira. Na prática espacial, a reprodução das relações sociais predomina. A representação do espaço, ligada ao saber como ao poder, reserva apenas um lugar mínimo aos espaços de representação, reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, onde o conteúdo afastado (sensorial, sensual, sexual) aflora apenas o simbolismo. Se a criança pode viver num tal espaço indiferente à idade e ao sexo (ao próprio tempo), o adolescente aí sofre, pois ele não descobre sua própria realidade nem como imagem viril ou feminina, nem como imagem de gozo possível. O adolescente que não pode enfrentar nem a arrogância dos edifícios, nem a exibição dos signos, só pode encontrar as diferenças, o natural, o sensorial-sensual, o sexual e o gozo, pela revolta⁶³ (Lefebvre, 1981, p. 61, tradução nossa).

O conceito de espaço abstrato, em Lefebvre, está marcado por contradições internas que apontam para sua própria superação. Como afirma o filósofo: “No seio desse espaço, a reprodução das relações sociais de produção não se consuma sem um duplo movimento de dissolução de relações, nascimento de relações, nascimento de novas relações” (1981, p. 64). Lefebvre (1981) argumenta que o espaço abstrato, como ferramenta de dominação, busca homogeneizar e suprimir as diferenças internas ou potenciais que possam surgir. Embora essa característica não seja definidora em si, ela demonstra um esforço para destruir as condições históricas que o geraram e impor uma uniformidade abstrata, operando com uma negatividade comparável àquela atribuída por Hegel à temporalidade histórica. Em razão dessa negatividade, própria do movimento dialético contraditório, ele desemboca em um novo espaço denominado de espaço diferencial. Afinal, o espaço abstrato reduz as diferenças as homogeneizando.

No final da obra *A Produção do Espaço*, Lefebvre dedica-se a um escrito denominado “Das contradições do Espaço ao Espaço Diferencial”. Ele inicia a partir

⁶³ Do original: Une des contradictions inhérentes à l'espace abstrait consiste en ce qu'il nie le sensuel et le sexuel et, cependant, n'a pour référence actuelle que la génitalité: la cellule familiale (logement, appartement, pavillon, villa, etc.), la paternité et la maternité, l'identité posée entre la fécondité et la jouissance. La reproduction des rapports sociaux se confond ainsi brutalement avec la reproduction biologique, elle-même conçue d'une manière aussi simple que grossière. Dans la pratique spatiale, la reproduction des rapports sociaux prédomine. La représentation de l'espace, liée au savoir comme au pouvoir, ne laisse qu'une place minime aux espaces de représentation, réduits à des œuvres, à des images, à des souvenirs, où le contenu écarté (sensoriel, sensuel, sexuel) effleure à peine le symbolisme. Si l'enfant peut vivre dans un tel espace, indifférent à l'âge et au sexe (au temps lui-même), l'adolescence y souffre, car elle n'y découvre sa propre réalité ni comme image virile ou féminine, ni comme image de jouissance possible. L'adolescent, qui ne peut affronter ni l'arrogance des édifices ni l'exhibition des signes, ne peut retrouver les différences, le naturel, le sensoriel-sensuel, le sexuel et la jouissance qu'à travers la révolte (Lefebvre, 1981, p.61).

da contradição entre quantidade e qualidade. Segundo ele, assim como o uso resiste à absorção pelo valor, tal movimento de subordinação também se estabelece no espaço que resiste com à reabsorção pelo quantitativo: “as contradições se agudizam e os habitantes das cidades continuam a clamar por uma certa qualidade de espaço” (Lefebvre, 1981, p. 353). A segunda oposição apontada se refere à produção e ao consumo. Esta exalta “o movimento entre o espaço da produção e o espaço da reprodução, controlado pelo poder estatal e sustentado pela reprodutividade das coisas no espaço, como do próprio espaço, que é fragmentado para facilitar isso”.

Lefebvre destaca que, à medida que o espaço é funcionalizado e submetido ao controle de agentes que o tornam homogêneo, ele se afasta das vivências cotidianas. Ele deixa de ser apropriável pelas pessoas, pois o que realmente está à venda não é apenas o espaço em si, mas sim o tempo dos usuários que se torna cada vez mais alienado e moldado pelas lógicas do valor e da funcionalidade. Lefebvre argumenta que a funcionalização reduz a apropriação social do espaço porque o retira da esfera do tempo vivido, transformando-o em mercadoria: o comprador adquire tempo, não espaço. Segundo ele, a principal contradição é exposta ao tratar o espaço em escala mundial, seu caráter homogeneizador no espaço fragmentado:

Apresentar o caráter homogêneo/fraturado do espaço como uma relação binária (como um simples contraste ou confronto) é trair sua natureza verdadeiramente dual. É impossível enfatizar demais a inerência mútua ou a contradição desses dois aspectos do espaço. Sob seu aspecto homogêneo, o espaço abole distinções e diferenças, entre elas a entre interior e exterior, que tende a ser reduzida ao estado indiferenciado do reino visível-legível. Simultaneamente, esse mesmo espaço é fragmentado e fraturado, de acordo com as demandas da divisão do trabalho e da divisão de necessidades e funções” (Lefebvre, 1991a, p. 355).

O espaço social Lefebvriano pode, nos estudos atuais, incluir tudo: o masculino, o feminino o neutro, o público o privado, o campo e a cidade, no entanto é “no espaço urbano que revela os segredos do espaço social” (Lefebvre, 1981, p. 149). Lefebvre aponta, portanto, que o espaço urbano reúne e concentra as multidões, os produtos, as ações e os símbolos. É a identidade imanente da própria abstração do valor. Para ele, falar em espacialidade urbana implica também considerar a ideia de centro e de centralidade, mas sempre como uma centralidade de caráter dialético. “Como espaço social, ele é obra e produto: realização do ‘ser social’. Mas em conjunturas determinadas, ele toma os caracteres fetichizados, autonomizados, da coisa (da mercadoria e do dinheiro)” (Lefebvre, 1981, p. 150).

No urbano, “a contradição reside, portanto, no choque entre um consumo de espaço que produz mais-valia e um que produz apenas fruição e, portanto, é improdutivo” (1991a, p. 359). Lefebvre (1991a, p. 374) afirma que as diferenças persistem nas margens do espaço homogeneizado, e manifesta-se como resistências ou externalidades, como as periferias urbanas, favelas e os territórios de conflito. Essas diferenças são inicialmente excluídas, mas o centro e as forças homogeneizadoras buscam absorvê-las. As favelas latino-americanas, por exemplo, revelam uma vida social intensa e organizada, que se expressa também na morfologia urbana, mantendo-se enquanto lutam em defesa própria no contexto das lutas de classe.

Lefebvre (1981) argumenta que o processo de produção de bens de consumo no espaço tende a gerar diversidade em vez de homogeneização, criando características diferenciadoras que não se limitam a locais geográficos específicos. Ele destaca que a homogeneização atual está mais relacionada a fatores políticos do que econômicos, indicando que o espaço abstrato funciona como uma ferramenta de poder. Além disso, a prática espacial e o processo de urbanização não podem ser entendidos apenas como resultados do crescimento industrial ou da tecnologia, pois a cidade não deve ser vista exclusivamente como uma unidade produtiva ou de consumo subordinada à produção.

Sobre as limitações do espaço abstrato que dão margem para o espaço diferencial, Lefebvre afirma que o “direito à diferença” só se justifica pelo seu conteúdo real, pela existência das diferenças vividas e lutadas, ele é um direito ativo e contestatório. Esse direito está fundamentado na existência e valorização das diferenças concretas (sociais, espaciais) e não em uma lógica abstrata ou formal, como acontece com o direito de propriedade, que se justifica por regras legais e econômicas. Ou seja, o direito à diferença depende da luta para ser reconhecido e respeitado, sendo uma reivindicação viva e prática, em oposição a direitos que se sustentam apenas na estrutura formal do sistema⁶⁴.

O conhecimento teórico em torno dessa dimensão tríade (espaço absoluto, espaço abstrato, espaço diferencial) revelam, segundo Lefebvre que, a verdade do espaço revela o que o espaço mental e o espaço social têm em comum e também as

⁶⁴ Nota de orientação: “esse é o problema da pós-modernidade. Ao fragmentar o espaço, unilateraliza essa dimensão e a disputa política se reduz a ela própria (identitária, autorreferenciada), não se relacionando mais às contradições gerais. É o que Mészáros chama de ‘movimentos de causas únicas’”

diferenças entre eles. Não há distinção entre os dois, mas há uma distância, eles têm um momento ou elemento comum. Conhecimento, consciência e prática social podem, portanto, ser vistos como o centro afinal: “Não há realidade sem concentração de energia, sem foco ou núcleo, nem, portanto, sem a dialética: centro-periferia, acreção-dissipação, condensação-radiação, aglomeração-saturação, concentração-captção, implosão-explosão” (Lefebvre, 1991a, p. 399). O espaço social em Lefebvre é, portanto, e à sua maneira, jamais estático e não exclui as lutas, as contradições, ponto importante no que tange a posição realista e representativa da questão patriarcal.

Em seus caminhos em torno do espaço social, Lefebvre dialoga com o Dr. J. Lacan e sua escola, e tenta explicar o espaço social com base em interditos (proibições simbólicas, como a do incesto). Segundo ele, para Lacan, o sujeito é formado pela linguagem: o “Nome-do-Pai” interrompe o desejo incestuoso pela mãe, isso funda o sujeito e, simbolicamente, a sociedade. Assim, o interdito (o não-dito, o proibido) estrutura os laços sociais: é o que impede que tudo seja permitido. Segundo essa leitura, o espaço social seria o produto desse duplo interdito. O incesto proibido separa o filho da mãe, a linguagem separa o sujeito do seu próprio corpo. Logo, o espaço social se explica por essa perda, essa separação e surge como um meio onde se reconstroem laços e distâncias.

Segundo Lefebvre, essa abordagem psicanalítica constrói uma sociedade imaginária, sem considerar a prática socioespacial das relações de produção, a força material. Ele lembra que, sim, o espaço tem marcas simbólicas do interdito. A verticalidade fálica (torres, obeliscos, monumentos), marca de poder e sexualidade sublimada, os muros, fachadas e tapumes criam limites entre o que pode ser visto e o que deve ficar oculto, mas não dá para explicar tudo pela psicanálise, é preciso articular isso com a produção concreta do espaço: o trabalho, o capital.

É um espaço essencialmente enganoso, facilmente ocupável por pretensões como as da paz cívica, do consenso ou do reino da não violência. Não que esse espaço, tanto dominante quanto dominado, não seja habitado também pelas agências da Lei, do Pai ou da Genitalidade. A lógica e a logística obscurecem a violência latente, que nem precisa se manifestar para agir. A prática espacial regula a vida; não a cria. O espaço não tem poder “em si”, e as contradições do espaço não são determinadas por ele, enquanto tal. As contradições da sociedade (entre isto e aquilo na sociedade, por exemplo, entre forças produtivas e relações de produção) vêm à tona no espaço, no

nível do espaço, engendrando as contradições do espaço⁶⁵ (Lefebvre, 1981, p. 414, tradução nossa).

Ao analisar esse diálogo tensionando com a questão da mulher nesse espaço social, o trabalho real das mulheres, o cuidado, a reprodução social, a produção dos espaços e o papel político da família desaparecem se olharmos só pelo interdito simbólico. Afinal, a reprodução social é prática material, não só simbólica. O interdito do incesto, se existe, não pode explicar sozinho o controle social sobre as mulheres: o patriarcado é material e estrutural, articulado à forma de dominação hierárquica do capital. O espaço social, portanto, não é só um cenário passivo onde o interdito opera, ele reproduz desigualdades de gênero e sustenta a dominação masculina e capitalista.

Ao dialogar com o espaço social Lefebvre (1981) explica que, até o capitalismo, os níveis da reprodução biológica e da produção socioeconômica estavam interligados, garantindo a reprodução da sociedade ao longo das gerações, mesmo com conflitos e guerras, e que o espaço tem um papel decisivo nessa continuidade. Com o capitalismo, e ainda mais com o capitalismo moderno, essa dinâmica fica mais complexa e se cruzam três níveis: o da reprodução biológica⁶⁶, o da reprodução da força de trabalho e o da reprodução das próprias relações sociais de produção, que mantêm e reforçam a sociedade capitalista. Ele afirma que o papel do espaço nessa articulação tripla precisa ser estudado em detalhe.

A pesquisa sobre o espaço social, segundo Lefebvre (2006, p.11), portanto, precisa partir de uma visão universal, embora não descarte estudos pontuais e locais. O problema do enfoque restrito e fragmentado é que ele tende a separar elementos que são interdependentes e isolar aspectos que deveriam estar articulados, reforçando a fragmentação da realidade. Essa fragmentação acaba justificando práticas excessivas de desconcentração e descentralização, que deslocam redes e relações dentro do espaço, fazendo com que o próprio espaço social escape da

⁶⁵ Do original: Espace-piège, les simulations de la paix civique, du consensus et de la non-violence peuvent l'occuper. Les instances de la Loi, de la Paternité et de la Génitalité n'en imprègnent pas moins cet espace dominant-dominé. La logique et la logistique occultent la violence latente, qui n'a même pas à se montrer pour agir. La pratique spatiale règle la vie, elle ne la fait pas. L'espace n'a aucun pouvoir « en soi », et les contradictions de l'espace ne sont pas déterminées par lui en tant que tel. Contradictions de la société — entre ceci et cela dans la société, par exemple entre les forces productives et les rapports de production —, elles viennent au jour dans l'espace, au niveau de l'espace, engendrant les contradictions de l'espace.

⁶⁶ As limitações, presentes na obra Lefebvriana, da associação entre família e reprodução biológicas foram/devem ser superadas.

análise ao ocultar o processo de produção. Assim, muitas questões deixam de ser enfrentadas. Quando isso é direcionado para a forma social do trabalho feminino, a condição de alienação é ainda mais inescrupulosa⁶⁷.

4.2 Direito à cidade dos homens

Para Lefebvre (1981) no século XX a centralidade da indústria desloca-se para o espaço. Para o filósofo, em certo momento a centralidade das contradições se ampliam, não estão apenas na fábrica e na rotina em seu entorno. Estão no espaço “envolvendo as problemáticas do urbano (a cidade, sua extensão) e do cotidiano (o consumo programado)” (Lefebvre, 1981, p.107, tradução nossa). O espaço seria a forma de generalização, universalização, das contradições. O direito à cidade dos homens seria a forma específica dessa reprodução hierárquica e desigual do qual o patriarcado é categoria imanente. O entendimento de Lefebvre acerca das novas especificidades, do espaço abstrato, permite compreender as nuances da cidade em questão:

O capitalismo e o neocapitalismo produziram o espaço abstrato que contém o "mundo das mercadorias", sua "lógica" e suas estratégias globais, juntamente com o poder do dinheiro e do Estado político. Esse espaço abstrato se apoia nas enormes redes de bancos, centros de negócios e grandes unidades de produção. Apoia-se também no espaço das rodovias, aeroportos e redes de informação. Dentro desse espaço, a cidade — berço da acumulação, locus da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico — foi fragmentada⁶⁸ (Lefebvre, 1981, p. 65-66, tradução nossa).

O espaço abstrato (homogêneo, instrumental, funcional) significa a explosão do urbano, berço histórico da civilização. Neste contexto, o urbano se estende, dilui fronteiras e formas sociais. A universalidade abstrata da cidade ao resgatar a herança greco-latina, segundo Lefebvre, mostra como a cidade é pensada como espaço

⁶⁷ “No discurso, do respeito à pluralidade, reestrutura-se como imbricação de valores de indução de consumo mercadológico a individualidade sem historicidade e sem identidade ontológica. Em contraposição à concepção sociológica de classe social, contraditoriamente, sob o signo da identidade, prega-se um sujeito indefinido, de caráter universal, justificado sob o rótulo do uno, unicidade no viés antropológico” (Conceição, 2005, p. 167).

⁶⁸ Do original: Le capitalisme et le néo-capitalisme ont produit l'espace abstrait qui contient le « monde de la marchandise », sa « logique » et ses stratégies à l'échelle mondiale, en même temps que la puissance de l'argent et celle de l'État politique. Cet espace abstrait s'appuie sur les énormes réseaux des banques, des centres d'affaires, des grandes unités de production, et aussi sur l'espace des autoroutes, des aéroports, des réseaux d'information. Dans cet espace, la ville, berceau de l'accumulation, lieu de la richesse, sujet de l'histoire, centre de l'espace historique, a éclaté.

universal de civilização. A cidade moderna repete e atualiza ao deixar de ser obra para ser produto, ao mesmo tempo em que mantém processos de exclusão.

Como manter sem novos argumentos a tese (greco-latina: a nossa, a da nossa civilização!) segundo a qual a Cité, a Cidade, o Urbano, são os centros, os lugares privilegiados, os berços do pensamento, da invenção? A relação “cidade-campo” se modificava à escala mundial, com interpretações “extremistas” (o campo mundial contra a cidade mundial!). Como pensar a Cidade (sua explosão-implosão generalizada, o Urbano moderno) sem conceber claramente o espaço que ela ocupa, do qual ela se apropria (ou desapropria)? Impossível pensar a cidade e o urbano modernos, enquanto obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais) sem de início concebê-los como produtos. E isso num modo de produção definido, que ao mesmo tempo enfraquece, mostra suas consequências extremas, por vezes deixa passar “outra coisa”, ao menos como alerta {expectativa}, exigência, apelo. Decerto, os ecologistas já tinham advertido e opinado: território, meio ambiente, ar e água poluídos, a natureza, essa “matéria primeira”, material da Cidade, devastada sem escrúpulos. Faltava a essa tendência ecológica uma teoria geral da relação entre o espaço e a sociedade, entre o territorial, o urbanístico, o arquitetural (Lefebvre, 1981, p. 06).

O conceito de Direito à Cidade, criado por Henri Lefebvre, constitui-se como uma possibilidade de abertura para a transformação radical da vida urbana. Atualmente, porém, esse conceito enfrenta uma ampla gama de interpretações — revolucionárias, reformistas e até reacionárias — associadas às mais diversas reivindicações relacionadas ao uso do espaço urbano: o direito de ir e vir, o direito à propriedade, o direito de produzir, o direito legal, entre outras formulações.

Diante desse uso muitas vezes despolitizado e fragmentado, Harvey (2014, p. 244) adverte: “Tudo depende de quem conferirá ao significante um significado eminentemente revolucionário, em oposição ao significado reformista”. É nesse contexto que aqui se propõe refletir sobre o direito à cidade dos homens, compreendendo-o como reafirmação do conjunto de abstrações do metabolismo social do capital, no qual o patriarcado se expressa de maneira decisiva, sobretudo na reprodução da propriedade privada (capitalista), nas representações e na reprodução da vida cotidiana, marcada pelas formas modernas de dominação e opressão.

Provocar a ideia de que o direito à cidade seja também uma crítica ao “direito da cidade dos homens”, tal como ela se constitui na modernidade, a partir da obra lefebvriana implica tensionar a disputa entre concepções revolucionárias e reformistas (ou conservadoras) do direito à cidade, uma vez que, quando não orientada por uma perspectiva efetivamente transformadora, a tendência é a preservação da ordem

existente. Nesse sentido, não se trata apenas da necessidade de um acréscimo conceitual, no qual patriarcado e racismo seriam justapostos às categorias clássicas de urbanização, industrialização e capitalismo, mas da exigência de uma atualização crítica, fundada na práxis, capaz de problematizar a própria noção de totalidade reivindicada por Lefebvre e de incorporar contradições historicamente marginalizadas.

A partir da definição de direito à cidade apresentada por Lefebvre (2001a), algumas ponderações se tornam inevitáveis. Para o autor, “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (p.134). No entanto, é preciso ponderar que parte das reivindicações de um feminismo de caráter “empreendedor” centra-se no chamado “direito das mulheres”, mas restrito ao plano formal e abstrato do capital; do emprego, da segurança, da assistência social ou da saúde específica, por exemplo. Embora sejam pautas importantes e urgentes, acabam se configurando como mitigadoras e, em última instância, reformistas. Essa luta por direitos das mulheres é, contraditoriamente, uma reafirmação da cidade dos homens.

Para iniciar este percurso, é preciso reconhecer que o direito à cidade, na perspectiva lefebvriana, constitui um pensamento utópico de cunho revolucionário, portanto, prático. Pensar esse direito é projetar, a partir de uma abstração concreta, a possibilidade de uma transformação radical da vida urbana. Nesse sentido, a ausência da dimensão patriarcal nas projeções construídas em torno do direito à cidade nos levaria a concluir que se trata apenas do direito à cidade dos homens? Lefebvre concebe o direito à cidade como uma possibilidade de apropriação e de fruição plena da vida urbana por todos que a experienciam, o que implica em uma abertura totalizante. Trata-se, portanto, de um conceito que tensiona e expande a noção de classe social em relação às visões tradicionais, ao incorporar a vida cotidiana, o corpo e o trabalho como dimensões centrais da transformação urbana.

A condição urbana analisada por Lefebvre em sua teoria da cidade é segundo o filósofo, aquela que “exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora” (p. 14). O espaço urbano é atravessado por disputas

entre o que serve à vida e o que serve ao lucro, entre aquilo que constitui a cidade como obra e os imperativos da acumulação. Nela, Lefebvre revela o núcleo do conflito urbano: a cidade como mercadoria e como obra.

Nessa perspectiva, teoria do valor é central para entendimento de como o urbano está articulado. Sobre isso, Lefebvre nos apresenta que “o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso que quase suprime este último” (p. 20). Na sua análise o valor de uso está associado “a cidade e a vida urbanizada” (p.35) e o valor de troca aos “espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos” (p. 35). É diante dessa contradição entre obra e mercadoria que Lefebvre reconhece a “implosão-explosão da cidade” (2001a, p. 18). Tal contradição se ancora em relações sociais profundamente marcadas pelo patriarcado. Assim, o valor, tal como operado no urbano, depende também daquilo que é sistematicamente considerado erroneamente como não valor, por meio das forças ideológicas patriarcais.

Federici (2021) nos auxilia nesse movimento ao reconhecer no patriarcado uma estrutura produtiva concreta, articulada diretamente à lógica da extração de valor. Nesse contexto, a mulher, especialmente a da classe trabalhadora, torna-se a base invisibilizada de sustentação da economia capitalista. Lefebvre (2001a), ao abordar a produção do espaço urbano, reconhece a inseparabilidade entre produção econômica e vida social: “[...] produção econômica e vida social. Os dois ‘aspectos’ deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante” (p. 16). Em outro momento, o autor admite que a cidade está atravessada por elementos tidos como sociais: “A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes” (p. 51). Assim, compreender o urbano exige também reconhecer essas dinâmicas fundantes.

Lefebvre diz “A cidade está morta” (Lefebvre, 2001a, p. 51). Aproximar-se da questão do direito à cidade nos conduz a um ponto de convergência com as lutas ligadas à condição da mulher, especialmente quando observamos o processo de legitimação e deslegitimação das reivindicações por direitos, porque representa a contravida dessa cidade mortifica. É necessário legitimar os movimentos sociais que, na prática, partem da luta pelo mínimo: sobrevivência, existência. Essas lutas, ainda que fragmentárias e insuficientes quando tomadas como causa única, podem representar uma fagulha da utopia pleiteada por Lefebvre, uma potência, mesmo que os objetivos imediatos não estejam relacionados ao “direito à cidade”. Um ponto

promissor para desenvolver a reflexão sobre a mulher na cidade está na crítica que Lefebvre faz à burguesia, dotada de instrumentos ideológicos: “substitui a opressão pela exploração, esta classe enquanto tal não mais cria; substitui a obra pelo produto” (Lefebvre, 2001a, p. 22). Tal afirmação abre espaço para discutir como o patriarcado na cidade dos homens, possui contornos novos ligados à exploração do trabalho.

Com isso, a não anulação da ideia do direito à cidade formulada por Lefebvre é possível devido ao seu entendimento de que “só o proletariado⁶⁹ pode investir sua atividade social e política na sociedade urbana. Só ele pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo” (Lefebvre, 2001a, p. 140). O movimento analítico, proposto aqui, caminha na fissura que exige a ampliação do entendimento de proletariado. No entanto, não da forma como propõe Harvey, ao afirmar que: “o direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores, mas todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana” (Harvey, 2014, p. 246). Afinal, quem ele considera como não trabalhadores? A sua tentativa de tornar o conceito mais inclusivo esvazia sua potência em ampliar o conceito de classe trabalhadora.

No texto *Las mujeres en Lefebvre: por una relectura del espacio urbano desde los feminismos marxistas*, Almendra Aladro desenvolve como o Direito à Cidade não parte de fragmentações, como a sugerida por Harvey (2014). Na citação a seguir, Aladro chama a atenção para o fato de que, ao desvincular a opressão de gênero da exploração de classe, os estudos derivados do Direito à Cidade lefebvriano acabam adotando perspectivas parciais que não dão conta das múltiplas determinações que estruturam a vivência urbana das mulheres:

Este escrito parte de dois preconceitos. O primeiro é que os estudos atuais sobre o direito à cidade se dividem em setores quanto aos trabalhos que abordam o lugar das mulheres na cidade contemporânea. Essa abordagem setorial se caracteriza pela exclusão do estudo da exploração capitalista (classe) em favor da problematização da opressão das mulheres (gênero), gerando, inclusive, aportes de tradições teóricas muito distantes do marxismo. O segundo é que há um viés de gênero quanto às dimensões que compõem o direito à cidade como capacidade explicativa, e outro viés nas

⁶⁹ Nota de orientação: “Por proletariado, entende-se, esse processo mais amplo, genérico e igualmente abstrato de dessubstanciação, produzido pelo processo de dessubjetivação que acompanha a relação-capital. O patriarcado moderno — assim como o racismo —, ao lado da expropriação objetiva da terra e dos demais meios de produção, constitui dimensões concretas dessas abstrações que, em linhas gerais, transformam “corpos em carcaças do tempo”

políticas de aplicação concreta desse direito, mesmo em sua melhor versão possível⁷⁰ (Aladro, 2021, p. 50-51, tradução nossa).

Após tal análise crítica, Aladro direcionou um diálogo entre o direito à cidade e a Teoria da Reprodução Social, incluído nela às opressões que se manifestam no plano da reprodução da força de trabalho, além de sinalizar como a reprodução social, mediada pelo espaço urbano desigual, produz hierarquias dentro da própria classe trabalhadora:

As dimensões do direito das mulheres trabalhadoras à cidade (Aladro, 2020) podem ser explicadas, a partir da perspectiva da TRS, como a implementação de opressões no nível da reprodução da força de trabalho (Arruzza & Bhattacharya, 2019). A diferença no acesso e no usufruto de bens e serviços urbanos com base na área geográfica acaba gerando diferentes tipos de trabalhadores, pois os processos de reprodução social se desenvolvem de forma distinta. Assim, "esses processos contribuem para a construção de diferentes níveis de força de trabalho e também para a manutenção de ideias (...) na sociedade" (Arruzza & Bhattacharya, 2019, p. 42). Em seguida, será explicado como o aprofundamento da espacialidade contida na TRS – especificamente na noção de "pontos de reprodução social" (Bhattacharya, 2017) – facilita uma nova leitura do espaço social lefebvriano a partir do feminismo marxista (Aladro, 2021, p. 59)⁷¹ (Aladro, 2021, p.59, tradução nossa).

A citação anterior trata exatamente da divisão hierárquica do trabalho no seio da classe trabalhadora. Isso é fundamental para a forma capitalista de produção. Tal articulação tensiona para análises que admitem a heterogeneidade da classe trabalhadora, afinal, o próprio debate do direito à cidade na obra lefebvriana sugere o correto entendimento de trabalho posto desde Marx, ampliando-o à esfera da produção e da reprodução na vida urbanizada, ou seja, como mediação geral humana

⁷⁰ Do original: "El escrito parte de dos preconceptos. El primero es que en los estudios actuales sobre el derecho a la ciudad existe sectorialidad en cuanto a las obras que abordan el lugar de la mujer en la urbe contemporánea y que esta sectorialidad se caracteriza por la exclusión del estudio de la explotación capitalista (clase) en favor de la problematización de la opresión de la mujer (género), generando incluso aportes desde tradiciones teóricas alejadas del marxismo. El segundo es que existe un sesgo de género respecto de las dimensiones que componen al derecho a la ciudad como capacidad explicativa y otro sesgo en las políticas de aplicación concreta de este derecho aún en su mejor versión posible" (Aladro, 2021, p.50-51).

⁷¹ Do original: "Las dimensiones del derecho a la ciudad de las mujeres trabajadoras (Aladro, 2020) pueden ser explicados desde la SRT como el despliegue de opresiones en el nivel de la reproducción de la fuerza de trabajo (Arruzza & Bhattacharya, 2019). La diferencia en el acceso y goce de los bienes y servicios urbanos en razón de la zona geográfica genera, al final de cuentas, diferentes tipos de trabajadoras porque los procesos de reproducción social se desarrollan de manera diferente. Así, "estos procesos contribuyen a la construcción de diferentes niveles de fuerza de trabajo y también en el mantenimiento de ideas (...) en la sociedad" (Arruzza & Bhattacharya, 2019, p. 42). Seguidamente se explicará cómo la profundización de la espacialidad que contiene la SRT – específicamente en la noción de "puntos de la reproducción social" (Bhattacharya, 2017) – facilita una nueva lectura del espacio social lefebvriano desde el feminismo marxista" (Aladro, 2021, p.59).

com seu “meio”. A partir disso, o próprio Lefebvre (2001a) reconhece faíscas revolucionárias. Segundo ele, mesmo sob a pressão das massas, o indivíduo não desaparece, mas se afirma, e é justamente nesse contexto que surgem direitos concretos, os quais passam a integrar costumes e prescrições sociais. Esses direitos (relacionados à idade, ao sexo e à condição social, como os das mulheres, das crianças, dos trabalhadores e camponeses) complementam e materializam os direitos abstratos proclamados pelas revoluções democráticas.

Acontece que as lutas pelo mínimo, e pouco articuladas com o entendimento do metabolismo do capital por vezes se reduzem a resolução de pequenos direitos. Nesse sentido, a cidade não se reduz ao espaço do habitar. Ela é, ou pode ser, uma expressão da abundância coletiva. Lefebvre apresenta uma aposta no humano e em sua potência “civilizatória”. O pleito, portanto, é pela restituição da cidade enquanto obra, e não se trata, evidentemente, de um saudosismo que proponha um retrocesso, mas da produção de uma realidade inédita. Como afirma o autor, “a utopia deve ser considerada experimentalmente”. O direito à cidade só pode se concretizar para além das bases da sociedade capitalista. Tanto esse direito, quanto as lutas antipatriarcais, têm sido ofuscados pela centralidade conferida às políticas públicas.

Esse processo leva em consideração um planejamento essencialmente ideológico, segregado por natureza, isto é, a cidade dos homens, que pode ser compreendida a partir de três dimensões articuladas: na produção, como espaço orientado pelo trabalho e pela lógica do capital; na reprodução, como espaço que mantém as hierarquias sociais, sobretudo patriarcais, através da propriedade; e no cotidiano, como espaço marcado pela repetição, pelo consumo e pela normatização da vida urbana. Nessa perspectiva, a cidade moderna, ou a cidade dos homens, é pensada prioritariamente em função de suas utilidades e, portanto, fragmentada em espaços determinados: lugar do comprar, lugar do dormir, lugar do comer, lugar do trabalho.

Não se trata, portanto, de uma apropriação histórica baseada na vida e no uso, mas sim de uma organização cotidiana orientada pelo valor de troca, “reduzindo a sociedade urbana à realização de algumas funções previstas e prescritas na prática pela arquitetura” (Lefebvre, 2001a, p. 48). Com isso, estabelece-se um equívoco fundamental, uma vez que “o nível das relações imediatas, pessoais e interpessoais (a família, a vizinhança, as profissões e corporações, a divisão do trabalho entre as

profissões etc.) só se separa da realidade urbana por abstração” (Lefebvre, 2001a, p. 58).

Para Lefebvre (2001a), tal rompimento deve ser estabelecido pelo fim da propriedade, e não se trata de uma modificação dos possuidores, ou de uma função distinta dada a sociedade, mas do seu extermínio. Para ele, “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade” (Lefebvre, 2001a, p.59). Uma das teses centrais do direito à cidade é, portanto, um rompimento dessa dimensão da apropriação, quando se direciona à questão da raça e do patriarcado. Isso ganha uma complexidade maior, afinal é complexo pensar uma apropriação a partir dos sujeitos que jamais foram proprietários e sim propriedades.

Pensar isso exige uma ruptura radical na extensão do direito burguês de propriedade, como bem sugere Lefebvre. Afinal, pensar em apropriação a partir de corpos que jamais foram proprietários, mas que historicamente foram tratados como propriedades, exige deslocar o sentido do próprio termo apropriação. Pois, os depossuídos da terra, as mulheres, os negros, indígenas e demais sujeitos não dominantes foram não apenas excluídos da propriedade, mas constituíram a base material da propriedade moderna, seja no trabalho doméstico não remunerado, na reprodução da força de trabalho, ou na própria escravidão, ou seja, como prole, ou proletários e proletárias. Assim, é mais que se apoderar dos espaços da cidade, seja pelo valor de uso ou de troca, trata-se de negar o fato de ser uma propriedade, presa ao cotidiano.

Lefebvre (2001a) observa que, enquanto os donos do poder transitam entre palácios e iates, transcendendo a vida ordinária ao delegar aos seus subordinados a produção, as massas estão imersas em um cotidiano repetitivo. A vida da classe trabalhadora está marcada por uma rotina exaustiva que vai da moradia periférica ao transporte superlotado, do trabalho ao breve descanso antes de reiniciar o ciclo. Essa miséria cotidiana, embora muitas vezes dissimulada por pequenas satisfações, escancara o quanto a cidade é produzida para uns e apenas suportada por outros (Lefebvre, 2001a). É nesse ponto que a propriedade deve ser eliminada, pois ela não diz respeito à posse de um espaço, mas à abolição de uma lógica que transforma sujeitos em meros suportes da reprodução. Apropriar-se da cidade é, portanto, recusar o lugar subalterno no cotidiano.

Para Lefebvre, a verdadeira superação dessa contradição só pode ocorrer com a urbanização da sociedade, com a criação de espaços e tempos libertos das imposições do mercado, onde o valor de uso prevaleça sobre o valor de troca. A cidade, então, emerge como o lugar privilegiado dessa possibilidade revolucionária ainda pouco considerada pelas interpretações reducionistas (Lefebvre, 2001a, p.78). No entanto, ainda para o autor (2001a, p. 83), aspectos como a fragmentação e organização da vida cotidiana, o uso intensivo do automóvel como meio de transporte privado, a mobilidade limitada e a influência dos meios de comunicação de massa contribuíram para o distanciamento dos indivíduos e grupos sociais em relação ao “lugar” e ao “território”.

Do lado da habitação, a decupagem e a disposição da vida cotidiana, o uso maciço do automóvel (meio de transporte "privado"), a mobilidade (aliás freada e insuficiente), a influência dos mass-media separaram do lugar e do território os indivíduos e os grupos (famílias, corpos organizados) (Lefebvre, 2001a, p. 83).

Para o filósofo, o que restou da cidade foi uma combinação de elementos cujas diferenças desaparecem no conjunto. “De modo que é inútil procurar racionalmente a diversidade: uma impressão de monotonia recobre essas diversidades e predomina sobre elas, quer se trate das moradias, dos imóveis, dos centros ditos urbanos, ou das áreas organizadas” (Lefebvre, 2001a, p.82). A cidade moderna, ao que parece, dissimula tal homogeneidade. O urbano perdeu os traços e as características da obra, da apropriação. Apenas as coações se projetam sobre a prática, num estado de deslocação permanente (Lefebvre, 2001a, p.83). Assim, continua o autor:

A cidade impede os poderes de manipularem à sua vontade os cidadãos-cidadãos, indivíduos, grupos, corpos. Por conseguinte, a crise da cidade se liga não à racionalidade como tal, definível tomando-se por ponto de partida tradição filosófica; essa crise se liga a formas determinadas da racionalidade: estatal, burocrática, econômica ou antes "economista", uma vez que o economismo é uma ideologia dotada de um aparelho (Lefebvre, 2001a, p.84).

Além disso, ele afirma que “o ‘habitat’ não constitui cidade e que ela não pode ser definida por essa função isolada” (2001a, p. 66), criticando a redução da complexidade urbana a um simples espaço de moradia. Para o autor, essa simplificação está relacionada a processos mais amplos, como as segregações espaciais que, segundo ele: “destroem morfologicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana”, e que, “não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de

conjunturas locais” (p. 99). Diante desse cenário, Lefebvre crítica a limitada capacidade da modernidade em enfrentar tais questões, e trata “a sociedade ‘moderna’ como pouco capaz de fornecer soluções para a problemática urbana e de agir de outra forma que não através de pequenas medidas técnicas que prolongam o estado atual das coisas” (p. 80).

Segundo Lefebvre (2001a), somente grupos, classes ou frações de classes sociais com potencial revolucionário são capazes de propor e realizar soluções efetivas para os problemas urbanos. Para ele, cabe a essas forças sociais e políticas transformar a cidade em uma verdadeira obra, o que exige, antes de tudo, o desmonte das estratégias e ideologias dominantes na sociedade contemporânea. Lefebvre enfatiza ainda que apenas a classe proletária (aqui considerada em sua complexidade étnica, racial e de gênero), enquanto tal, pode exercer um papel decisivo na reconstrução da centralidade urbana.

4.3 A arquitetura espacial na cidade dos homens

A arquitetura espacial da Cidade dos Homens fundamenta-se no entendimento, derivado da obra lefebvriana, de que a hegemonia masculina se materializa na monumentalidade urbana como expressão visível do poder. Para Lefebvre (1981), os elementos do espaço: edifícios, ruas, praças e monumentos, não se reduzem a objetos funcionais, mas constituem suportes de significados sociais historicamente produzidos. A monumentalidade, nesse sentido, opera como linguagem política, afirma hierarquias, legitima formas específicas de dominação, da centralidade masculina na produção e apropriação do espaço urbano, ao mesmo tempo em que suprime, limita e oprime outras experiências, corpos e modos de existência na cidade.

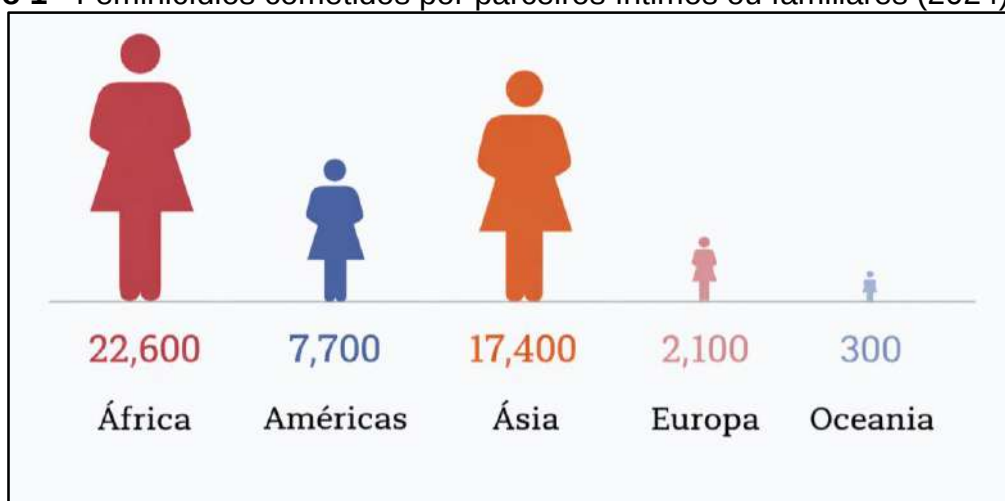
Apesar disso, a hegemonia masculina na produção do espaço não se reduz à criação de edifícios ou à monumentalidade urbana, nem pode ser plenamente apreendida apenas a partir dos paradigmas da masculinidade heteronormativa. A leitura da cidade desde a perspectiva da cidade dos homens exige tratar dialeticamente, a análise das formas visíveis do poder e incorporar a elas as relações sociais que estruturam o cotidiano, os usos do espaço e a organização da vida urbana. Trata-se, portanto, de compreender o patriarcado como uma determinação espacial

que atravessa práticas, normas e representações, que produz hierarquias que operam tanto no plano simbólico quanto no material.

Nesse sentido, o estudo da cidade dos homens propõe romper com a dicotomia conceitual entre as dimensões pública e privada, conforme sugerem feministas como Silvia Federici, as teóricas da Teoria da Reprodução Social (TRS), as militantes e estudiosas vinculadas ao slogan “o pessoal é político” e o próprio Henri Lefebvre. Essas abordagens priorizam o questionamento dos limites da separação analítica entre patriarcado e capital, ao compreenderem que o trabalho reprodutivo não é externo ao capital e que a divisão entre público e privado constitui um mecanismo funcional à reprodução da força de trabalho e à manutenção da ordem social vigente.

Nesse sentido, a análise da cidade dos homens deve reconhecer que o espaço privado e as imposições ligadas à exploração do trabalho das mulheres não são uma falha do capital, que se dedica apenas ao público. Pelo contrário, trata-se da base fundamental para exploração e dominação da força de trabalho. Reconhecer isso é uma etapa importante para admitir que o papel social entre as mulheres compõe as questões de classe na cidade dos homens. Afinal, as esferas pública e privada não são domínios autônomos, existe uma contradição dialética que empurra o privado para o público e o público para o privado. O gráfico a seguir, retirado do relatório *Femicides in 2024: Global estimates of intimate partner/family member femicides*, divulgado pela Organização das Nações Unidas em novembro de 2025, exemplifica a gravidade da violência contra as mulheres no espaço privado.

Gráfico 1 - Femicídios cometidos por parceiros íntimos ou familiares (2024)



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (2025)

Ao observar que, em escala global, cerca de 50.000 mulheres e meninas foram assassinadas por parceiros íntimos ou outros membros da família ao longo de 2024, número que, inclusive, não expressa a totalidade da violência em razão das diferenças na disponibilidade e na qualidade dos dados divulgados por cada país, evidencia-se que o espaço privado não pode ser compreendido como esfera residual ou secundária da vida social. É precisamente nesse ponto que a leitura lefebvriana se torna central. Ao debruçar-se sobre as contradições do espaço, Lefebvre (1981) realiza uma inversão crítica da ideia socialmente difundida de que o espaço privado estaria subordinado às determinações do espaço público. Na aparência, o espaço público, aquele do Estado, das leis e das instituições, organizaria o espaço privado, vinculado à família e à propriedade privada. Para o filósofo, essa formulação constitui uma ideologia moderna, por meio da qual o público se apresenta como garantidor da ordem, dos direitos e dos limites do privado

Como afirma a historiadora Matos (1996), a separação entre público e privado constitui uma criação histórica própria da modernidade. A autora destaca que “a falsa universalidade dos limites público e privado fica mais clara se lembrarmos que estes foram definidos a partir da era vitoriana” (Matos, 1996, p. 130), o que evidencia o caráter situado e ideológico dessa distinção. A cidade dos homens é, assim, produzida a partir das necessidades do trabalhador abstrato masculino, concebido como disponível, autônomo e desvinculado das tarefas de cuidado. Essa abstração orienta a arquitetura espacial da cidade dos homens, organiza tempos, fluxos e infraestruturas que desconsideram a reprodução da vida.

A problemática do espaço, a problemática de sua produção, ultrapassa a arquitetura clássica, a dos monumentos e dos edifícios públicos. Ela concerne também ao “privado”, ao habitar e ao habitat. Ela se refere notadamente à relação entre o privado e o público. Hoje o global envolve estes dois termos e sua relação, da qual devem dar conta as análises parciais, tanto a formal quanto a funcional e a estrutural (Lefebvre, 1981, p. 224).

Por isso, para análise da arquitetura espacial da cidade dos homens é preciso partir do entendimento de que a esfera privada está enclausurada na casa é, na realidade, um espaço central de produção de valor. Nesse contexto, o trabalho doméstico representa uma força produtiva significativa para o capital não ingenuamente imposto às mulheres como expressão de sua natureza, fazendo com que ele não apareça como trabalho socialmente necessário, mascarado sob o amor à

responsabilidade individual das mulheres. Na poesia que se segue, Silvia Federici (2019) explicita esse mecanismo ao demonstrar que aquilo que a ideologia burguesa nomeia como “amor”, “frigidez” ou “sorriso” corresponde a formas de trabalho não remunerado, fundamentais à intensificação da exploração.

Eles dizem que é amor.
Nós dizemos que é trabalho não remunerado.
Eles chamam de frigidez.
Nós chamamos de absenteísmo.
Todo aborto é um acidente de trabalho.
Tanto a homossexualidade quanto a
heterossexualidade são condições de
trabalho... Mas a homossexualidade
é o controle da produção pelos
trabalhadores, não o fim do trabalho.
Mais sorrisos? Mais dinheiro. Nada será
tão poderoso em destruir as virtudes
de cura de um sorriso. Neuroses,
suicídios, dessexualização: doenças
ocupacionais da dona de casa

(Federici, 2019, p. 40)

É exatamente nesse ponto da contradição público-privada, desenvolvido na poesia, que se encontra o entendimento de que a questão da mulher é uma questão de classe. Para as classes dominantes, o privado pode até funcionar como espaço de proteção e autonomia, para as classes trabalhadoras, ele se constitui como espaço de exploração e dependência econômica. Por isso, a violência patriarcal não pode ser compreendida como um desvio ou uma dimensão secundária da ordem social, mas como um elemento constitutivo da reprodução das relações de classe na cidade dos homens.

Uma das razões pelas quais a exclusão das mulheres do escopo dos argumentos ostensivamente universais passa despercebida é que a separação entre público e privado é apresentada na teoria liberal como se ela se aplicasse a todos os indivíduos da mesma maneira. Claramente, isso ainda se aplica a grande parte da teoria contemporânea. A idéia liberal da não-intervenção do Estado no âmbito doméstico, ao invés de manter a neutralidade, na verdade reforça as desigualdades existentes nesse âmbito (Okin, 2008, p. 320).

No Brasil, essas desigualdades não apenas perduraram até muito recentemente, como seguem operando. Por exemplo, embora a violência conjugal jamais tenha sido formalmente autorizada pela legislação brasileira, o estupro no casamento só passou a ser reconhecido de modo inequívoco como crime com a reforma dos crimes sexuais em 2009, que rompeu juridicamente com a ideia de

consentimento presumido no vínculo conjugal. Do mesmo modo, a violência doméstica permaneceu por décadas tratada como questão privada, sendo apenas com a promulgação da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha que o Estado brasileiro passou a reconhecê-la como violação de direitos humanos e problema público. Assim, a promessa liberal de proteção integral à pessoa e à propriedade, como sugere Okin (2008) é uma mentira para muitas mulheres.

Lefebvre (1981) direciona sua teoria para uma crítica a essas farsas liberais justamente ao apontar a contradição entre público e privado como uma realidade invertida *The inverse situation...is the one that actually prevails*, a lógica do privado modela o espaço social. Nessa lógica, a cidade por exemplo reproduz a lógica da família e da propriedade privada ao definir o uso do solo pelo valor de troca, por isso a cidade não é vivida é gerida para que as revitalizações ocorram em lugares centrais, para que a infraestrutura pública priorize lugares considerados economicamente favoráveis.

A esfera privada é organizada de acordo com as exigências da esfera pública apenas superficialmente. O oposto é verdadeiro (o mundo está de cabeça para baixo – à espera de ser endireitado). Todo o espaço é cada vez mais modelado segundo a iniciativa privada, a propriedade privada e a família – numa reprodução das relações de produção paralelas à reprodução biológica e à genitalidade (Lefebvre, 1981, p. 384, tradução nossa)⁷².

Na cidade, a família é posta como modelo. Ao tratar a família nuclear como unidade básica, o planejamento urbano presume a universalidade da mulher como responsável pelo trabalho de cuidado e do homem como melhor integrado ao trabalho produtivo. Tal movimento produz a cidade dos homens, cujas políticas habitacionais pressupõem a separação entre o local de trabalho e o espaço doméstico, o cuidado é empurrado para o interior da casa, enclausurado e feminizado. Trata-se, portanto, de uma forma espacial de reprodução do patriarcado.

É esse entendimento que deve compor o movimento analítico que admite que a cidade moderna é produzida para garantir a reprodução ampliada do capital, cujos excedentes são absorvidos na cidade, contribuindo para a continuidade do ciclo de acumulação. Tal movimento exige que abstrações fundamentais, como a família e a

⁷² Do original: Ce n'est qu'en apparence que la sphère privée s'organise selon les exigences de la sphère publique. C'est l'inverse qui prévaut (le monde à l'envers – qui attend d'être remis sur ses pieds). L'ensemble de l'espace ce modèle de plus en plus sur l'entreprise privée, la propriété privée et la famille — sur une reproduction des rapports de production parallèle à la reproduction biologique et à la genitalité (Lefebvre, 1981, p. 84).

propriedade privada, não sejam compreendidas apenas como instituições isoladas (privadas), mas como formas sociais dominantes. São elas que colocam o patriarcado, dialeticamente entrelaçado a essas instituições, no zoneamento, na política habitacional, na ausência de creches, no cotidiano e no controle dos corpos.

Essa leitura, a partir da análise da cidade, torna a unidade dos contrários (público e privado) mais totalizante em relação ao que é alcançado, evidentemente com múltiplas sofisticações e variações, pelo movimento feminista anticapitalista, que questiona principalmente como o trabalho das mulheres é aprisionado na esfera privada para facilitar sua não remuneração, reduzir custos e ampliar a extração de mais-valia, um tópico fundamental, porém parcial. Ou seja, ao afirmar que o espaço é produzido segundo uma reprodução das relações de produção que exige, a reprodução biológica, a família heteronormativa e a genitalidade como princípio organizador da vida social, Lefebvre (1981), afirma que a família não é apenas um espaço íntimo (privado), mas sim um modelo socioespacial para a cidade que está materializada por essa articulação.

É a partir dessa articulação que se formou um código do espaço urbano no Ocidente que estabeleceu um conjunto de regras, símbolos e formas que organizam como a cidade é produzida. Com isso, a cidade deixa de ser vivida e depois interpretada, e passa a ser codificada e depois produzida. No Ocidente se formou um código urbano (superestrutura simbólica, técnica e política) que organiza a produção do espaço, subordina cidade e campo ao Estado, define formas arquitetônicas e urbanas, e transforma a cidade em produto de um saber-poder, não apenas de uma experiência vivida espontaneamente “Com esse código fixaram-se o alfabeto e a língua da cidade, os signos elementares, seu paradigma e suas ligações sintagmáticas” (Lefebvre, 1981, p. 77).

O espaço urbano é organizado por um código: fachadas, portas, janelas, ruas e praças se orientam em torno de edifícios e instituições de poder. “É desnecessário examinar longamente as cidades modernas e as periferias e as construções novas, para constatar que tudo se parece” (Lefebvre, 1981, p. 114). Dos espaços privados aos monumentos, tudo se dispõe segundo esse código, que não só permite ler, mas também viver, compreender e produzir a cidade. Desvendar esses códigos a partir da centralidade do patriarcado garantida pela universalização da família e da propriedade privada, significa colocar o cotidiano, a reprodução social, o corpo, a desigualdade

entre gêneros no centro da análise crítica da cidade. Por esse caminho é possível tensionar os limites da cidade dos homens

Decifrar esses códigos — como por exemplo a verticalidade fálica — revelam-nos a centralidade do patriarcado, historicamente garantida pela universalização da família e da propriedade privadas. A verticalidade, longe de ser apenas uma opção formal ou técnica da paisagem urbana, expressa hierarquias de poder, dominação e controle que organizam o espaço.

4.3.1 Verticalidade Fálica

O conceito de verticalidade fálica é uma contribuição de Lefebvre para apreensão da arquitetônica espacial na cidade dos homens: “a existência, no espaço, da verticalidade fálica (que vem de longe, mas tem uma tendência para se acentuar) pede uma interpretação” (Lefebvre, 1981, p.63). O Fálco no conceito lefebvriano de verticalidade fálica não possui um caráter puramente sexual, trata-se de uma metáfora para o poder que deseja ser exibido e hierarquizado. Sua admissão e aprofundamento analítico levam ao reconhecimento do patriarcado como abstração concreta na cidade moderna, onde arranha-céus, centros financeiros separam e definem o que deve ser visto.

A admissão da verticalidade fálica nas cidades revela a forma como o espaço urbano é organizado de modo a produzir e legitimar o poder patriarcal por meio de jogos de visibilidade e ocultamento. Edifícios, torres, obeliscos, monumentos e outras estruturas verticais, ao adquirirem função histórica e simbólica, expressam essa lógica espacial na qual “a altura e a verticalidade recebem um sentido privilegiado, por vezes totalizante, associado ao saber, ao poder e ao dever” (Lefebvre, 1981, p. 323). Nesse sentido, “o espaço horizontal simboliza a submissão, enquanto o espaço vertical, a potência” (Lefebvre, 1981, p. 323) — tais formas espaciais demarcam a dominação e a centralidade masculina.

O fálco. Este espaço não pode se esvaziar de pessoas completamente, se preencher somente de imagens, de objetos transitórios. Ele reivindica um objeto verdadeiramente cheio, um “absoluto” objetal. O fálco presta este serviço. Metaforicamente, ele simboliza a força, a fecundidade macha, a violência masculina. A parte se toma ainda aqui pelo todo; a brutalidade fálica não permanece abstrata, pois ela é a do poder político, dos meios de repressão: polícia, exército, burocracia. O fálco se ergue, privilegiando a verticalidade. Ele proclama a falocracia, sentido do espaço, termo do

processo (duplo: metafórico e metonímico) que fez nascer essa prática espacial (Lefebvre, 1981, p. 392).

Na citação anterior, Lefebvre dá ao fálico um caráter indispensável à cidade moderna que não satisfaz apenas com imagens sua produção, exige algo cheio, absoluto, visível e, no caso da cidade dos homens é o fálico que simboliza força e violência que materializa de maneira concreta do poder político dos meios de repressão da verticalidade. Na cidade dos homens, o fálico não é apenas uma imagem, é uma forma de produção, mais evidente na dimensão do espaço percebido. A cidade permite ver o poder patriarcal que se expressa na dominação, na centralidade, nas leis, nos discursos e na violência estatal.

Ao reconhecer que o espaço abstrato é masculino, Lefebvre (1981) admite a presença do fálico e da castração na cidade. Em sua obra, essas determinações aparecem não como opostos naturais e sim como momentos e pontos de vista do mesmo processo, a produção da cidade. O fálico é uma forma de dominação imposta por meio da verticalidade e da sua visibilidade autoritária, centralização e imposição. Na cidade dos homens, o fálico afirma o poder, não o desejo. Nesse sentido, em uma análise pela lógica formal, a castração significaria a falta desse poder; mas não é o caso. A castração também significa a repressão do desejo e, além do controle do percebido, a supressão da diferença. Portanto, não se trata de termos opostos.

L'espace abstrait est double- ment castrateur: en isolant le phallus, en le projetant hors du corps, en le fixant dans l'espace (verticalité), en le mettant sous la surveillance de l'œil. Le visuel et le discursif se renforcent (se contextualisent) dans le monde des signes. Sous la « férule du terrorisme commercial », comme dit Schelsky? Oui. Mais aussi et surtout par la localisation, par les espaces fragmentés et spécialisés dans une forme globalement homogène. L'abstraction du corps se parachève par la fragmentation et la localisation (fonctionnelles) (Lefebvre, 1981, p. 357,358).

O espaço abstrato é castrador ao confinar o falo fora do desejo da sexualidade. Arranha-céus corporativos, torres financeiras colocam o poder fálico sob vigilância (Avenida Paulista, Faria Lima, Wall Street, Frankfurt) se impõem na paisagem como materialização do sucesso, da virilidade, como representação do capital. Nesses espaços o falo está fora do corpo, é abstraído, fixado no espaço, do mesmo modo obeliscos, colunas torres, materializam autoridade, colocam a classe trabalhadora em sua falsa posição de pequenez. A Torre de Agbar, mostrada na imagem a seguir,

apesar de ter tido outra inspiração a sua reputação fálica, famosa globalmente, sua representação efetivamente trata-se de uma imposição dessa materialidade do poder.

Figura 1 - Torre Glòries conhecida como Torre Agbar, Barcelona, 2015



Fonte: Google Street View, 2025

Construída no início do século XXI, a Torre Agbar é um claro exemplo da arrogância fálica, recorte que, entre outros, evidencia como a produção do espaço estabelece fronteiras que não são apenas físicas, como aquelas ligadas à propriedade privada. A fragmentação e o zoneamento da cidade, produzidos por meio de hierarquias, também instauram fronteiras morais: trata-se de marcar lugares, provar superioridade. Localizado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o edifício Burj Khalifa, considerado o mais alto da atualidade, vai além de um *softpower* (influência por meio da cultura, valores e estilos de vida), trata-se de uma demonstração dos potenciais do capital petrolífero. Visto de baixo, o edifício revela exatamente o que pretende: afirmar a inferioridade de tudo, todas e todos ao seu redor.

Figura 2 - A arrogância fálica do Burj Khalifa visto de baixo, Dubai, 2025



Fonte: Google Street View, 2025

Seja no Burj Khalifa ou em outros arranha-céus, a falocracia é posta para que sua autoridade não seja apenas vista, mas temida “O vertical e a altura sempre manifestaram espacialmente a presença de um poder capaz de violência” (Lefebvre, 1981, p.144-145). Todas as simbologias arcaicas ligadas à conexão das sociedades com o cosmos, o divino, na modernidade são eliminadas e substituídas pela representação do poder do capital e suas personificações masculinizadas.

A orgulhosa verticalidade das casas-torres, dos edifícios públicos e sobretudo dos prédios estatais inclui no visual uma arrogância fálica, ou melhor, falocrática; ela se exhibe, se faz ver, mas para que nela cada espectador perceba a autoridade. [...] Em relação ao espectador, essa espacialização muito particular, ainda que para muitos ela pareça “normal” e mesmo “natural”, implica uma dupla “lógica”, ou seja, uma dupla estratégia (Lefebvre, 1981, p.144-145).

Esses altos edifícios exibem uma verticalidade falocrática que opera como símbolo visual do poder hierárquico, autoritário e masculino, um poder que não se mostra apenas para ser visto, mas para ser temido. Trata-se de uma forma espacial que impõe ordem, disciplina e centralidade, organiza o olhar e os corpos na cidade, ao mesmo tempo em que reafirma a dominação patriarcal inscrita na paisagem da cidade dos homens. No Brasil, a Avenida Paulista (Imagem) exemplifica como essa verticalidade se materializa no cotidiano, ela condensa em poucos quarteirões a

articulação entre capital financeiro, monumentalidade arquitetônica e hierarquização dos corpos no espaço.

Figura 3- Avenida Paulista, São Paulo, 2024



Fonte: Acervo pessoal, 2024

A Avenida Paulista é um exemplo de como se produzem cenas públicas socialmente legitimadas e, simultaneamente, espaços obscenos. Trata-se da materialização do espaço abstrato que, ao fragmentar e hierarquizar as funções urbanas: residencial, industrial, comercial e de lazer, opera de forma castradora. Essa fragmentação impõe longos deslocamentos cotidianos, confina o trabalho de cuidado a determinados locais e institui um disciplinamento rigoroso das localizações na cidade. É a partir dessa lógica de substituição da vida pela abstração, da experiência pelo controle e do desejo pela normatividade espacial que Lefebvre aprofunda sua crítica ao espaço abstrato:

O espaço da substituição, que substitui a natureza pela abstração fria, pela ausência de prazer, é o espaço mental da castração (ao mesmo tempo fictício e real, simbólico e concreto). É aquele da metaforização em que a imagem da mulher suplanta a mulher, em que seu corpo se fragmenta em que o desejo se quebra, em que a vida se esmigalha. No espaço abstrato reinam a solidão fálica e a auto-destruição do desejo. A representação do sexo substituiu o sexo sob o vocábulo “sexualidade” e sua apologia cobre sua depreciação (Lefebvre, 1981, p. 420)⁷³.

Quando Lefebvre afirma que o “espaço da substituição” troca a natureza por uma “abstração fria”, ele aponta para um cotidiano marcado pela funcionalização da vida e pela separação entre corpo, prazer e uso do espaço. Na cidade dos homens, isso se manifesta na organização dos tempos e dos lugares. Nesse contexto, emerge o terrorismo comercial dos shopping centers, que simulam um espaço público aberto e instauram uma temporalidade que nunca cessa: a temporalidade do consumo, do diurno mantido artificialmente, em detrimento das fases do dia, do Sol e da noite. Trata-se de uma temporalidade própria e indiferente. Uma micro cidade mais-que-perfeita que, na realidade, constitui espaços privados, vigiados e controlados, reforçando a lógica de exclusão e dominação própria da cidade dos homens. A ideia do “espaço mental da castração” ajuda a compreender como o cotidiano na cidade dos homens produz subjetividades disciplinadas.

Em oposição à verticalidade fálica, admite-se que o trabalho reprodutivo das mulheres é negado nos interiores, e que a violência doméstica é confinada no dito privado. “O Falo se vê. Ao passo que o órgão feminino, permanece escondido. Prestigioso, símbolo de força e de fecundidade, o Falo se impõe à visão se erigindo. No espaço onde o olho se arroga privilégios, o Fállico receberá ou produzirá privilégios” (Lefebvre, 1981, p. 358). Assim, a Teoria da Produção do Espaço é útil ao estudo da cidade dos homens, pois reconhece a materialização do poder patriarcal também na forma da verticalidade, produzindo o espaço de modo a mostrar algumas coisas e esconder outras.

Reconhecer o patriarcado como abstração concreta impregnada na cidade dos homens é admitir que ele não se trata apenas de uma abstração simples. Trata-se de uma relação social que se espacializa, convertendo-se em prédios, monumentos,

⁷³ Do original: L'espace de substitution, qui remplace la nature par l'abstraction froide, par l'absence de plaisir, est l'espace mental de la castration (à la fois fictif et réel, symbolique et concret). C'est celui de la métaphorisation où l'image de la femme supplante la femme, où son corps se fragmente, où le désir se brise, où la vie se morcelle. Dans l'espace abstrait règnent la solitude phallique et l'auto-destruction du désir. La représentation du sexe remplace le sexe sous le vocable de “sexualité”, et son apologie couvre sa dépréciation (Lefebvre, 1981, p. 420-421).

ruas, fronteiras e instituições, adquirindo existência concreta no tecido urbano e orienta práticas, usos e hierarquias que organizam a vida cotidiana. Na cidade dos homens, a exposição controlada do corpo convive com a repressão do desejo, produzindo aquilo que Lefebvre (1981) chama de “solidão fálica”: uma sociabilidade marcada pela competição, pelo isolamento e pela negação do prazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu da problematização da crítica à cidade dos homens por meio de um estudo antipatriarcal da Teoria da Produção do Espaço. Demonstrou-se que, embora a obra de Henri Lefebvre não constitua uma teoria sistemática da mulher ou do patriarcado, seu método dialético e suas categorias analíticas permitem compreender a espacialização das relações patriarcais na modernidade capitalista. O filósofo reconhece a subordinação histórica das mulheres e denuncia a masculinização do espaço moderno (no olhar, no falo e na racionalidade técnica).

A estrutura desta dissertação foi desenvolvida mediante o desdobramento de três objetivos específicos, os quais estão distribuídos nas seções dois, três e quatro. Primeiramente, buscou-se compreender o papel do patriarcado e seu impacto na cidade moderna. Em seguida, analisou-se a questão do patriarcado na obra do filósofo francês Henri Lefebvre. Por fim, apresentou-se a crítica à cidade dos homens a partir das contribuições do referido filósofo. Com isso, a investigação reafirma a hipótese de que o patriarcado constitui uma forma social histórica, integrada à reprodução da sociabilidade burguesa e materializada na produção do espaço urbano.

Como posto, embora ela não tenha desenvolvido sistematicamente uma teoria do patriarcado e apresente ambiguidades e limitações, a teoria de Lefebvre contém aberturas conceituais suficientes para incorporar a análise feminista marxista na Geografia. Apesar disso, esta não é a única dimensão da conclusão metodológica desta pesquisa. A questão ultrapassa o plano estritamente epistemológico e alcança também o plano ontológico, uma vez que se refere à própria realidade concreta das relações sociais. Nesse sentido, mais do que disputar um campo teórico-metodológico trata-se de, a partir de Lefebvre, desenvolver ou resgatar uma perspectiva crítica capaz de desnudar os conteúdos reformistas e reacionários presentes em determinadas leituras e, simultaneamente, contribuir para a construção de fundamentos teóricos orientados por um horizonte efetivamente emancipatório.

Para isso, este trabalho realizou um movimento teórico que buscou ir além das leituras que simplesmente apontam a ausência ou a insuficiência da questão da mulher na obra de Henri Lefebvre. Fez-se uma leitura atenta de sua Teoria da Produção do Espaço e da crítica da vida cotidiana, para reconhecer tanto a potência analítica quanto os limites presentes em sua formulação no que se refere à compreensão do patriarcado e da condição socioespacial das mulheres.

Em vez de reduzir-se a uma crítica externa, o percurso adotado procurou operar a partir das próprias categorias lefebvrianas, explorou suas possibilidades internas para ampliar a análise das relações patriarcais na modernidade capitalista. Desse modo, a dissertação não se limita a afirmar que Lefebvre teria ignorado as mulheres, mas buscou demonstrar que sua teoria contém elementos conceituais capazes de sustentar uma interpretação mais aprofundada do patriarcado como dimensão constitutiva da produção do espaço, permitindo expandir criticamente o alcance de sua contribuição para a compreensão da cidade moderna e de sua forma concreta à cidade dos homens.

Audaciosamente, esta pesquisa afirma que a análise da teoria lefebvriana do espaço se completa quando o patriarcado é compreendido como forma constitutiva da modernidade. E isso foi demonstrado nos resultados obtidos da análise.

Ao aproximar a forma moderna do patriarcado com a categoria lefebvriana *abstração concreta*, reconhece-se que, na modernidade capitalista, o patriarcado funciona como uma abstração concreta inscrita na produção do espaço reconfigurado e incorporado à lógica abstrata do capital, passando a operar como uma abstração concreta que estrutura a reprodução social e espacial. Admite-se com isso que o patriarcado não pode ser analisado apenas como uma experiência empírica ou ideológica, teoricamente ele precisa ser admitido como determinação da totalidade social — afinal o patriarcado produz espacialidade. Ou seja, ele participa da produção do espaço urbano.

Disto isso, se o texto *Abstração concreta do patriarcado na cidade dos homens* afirma o patriarcado como abstração concreta, o texto *A forma capitalista do patriarcado na cidade pertence apenas aos tempos modernos* historiciza essa abstração. O resultado central deste texto foi exatamente demonstrar que o patriarcado que organiza a cidade é historicamente moderno e assume uma forma capitalista, o patriarcado que estrutura a cidade dos homens não é uma forma eterna ou trans-histórica, ele se reorganiza e se universaliza na modernidade capitalista, que produz novas formas sociais abstratas, produz simultaneamente a imagem da mulher moderna e a realidade contraditória da mulher moderna.

Após isso, demonstrou-se que a categoria da “reprodução das relações de produção”, articulada à Teoria da Produção do Espaço, permite compreender como capitalismo e patriarcado se sustentam cotidianamente, espacial e historicamente, não como esferas separadas, mas como dimensões integradas da totalidade social.

A análise das obras de Henri Lefebvre mostrou que a sobrevivência do capitalismo não depende apenas da produção, mas da reprodução contínua das relações sociais que tornam a exploração possível. A reprodução das relações de produção é o mecanismo central que garante a continuidade do capitalismo, processo que se realiza sobretudo no âmbito da vida cotidiana.

Ao reconhecer o espaço como condição, meio e produto dessas relações, a teoria lefebvriana permite compreender que a reprodução social ocorre também de forma socioespacial, esse capítulo é estrutural na dissertação, pois demonstra a forte ponte teórica estabelecida de Marx para Lefebvre para teoria da reprodução para o patriarcado.

Outro resultado importante é o papel do corpo na obra de Lefebvre, compreendendo-o como categoria fundamental da produção do espaço, simultaneamente condição, meio e resultado das relações sociais. Para o filósofo francês na modernidade, esse corpo é disciplinado, fragmentado e hierarquizado. A partir de Lefebvre, sustenta-se que pensar o corpo é pensar o espaço e que a Teoria da Produção do Espaço fornece uma chave potente para compreender o patriarcado capitalista como forma histórica de controle, fragmentação e consumo dos corpos, especialmente dos corpos das mulheres.

A leitura interesseira da obra de Henri Lefebvre demonstrou que o espaço não é apenas uma estrutura externa aos sujeitos, ele é produzido a partir do corpo à produção do espaço, portanto, é inseparável da corporeidade — o corpo não existe fora das relações sociais. As diferenças sociais se expressam na forma como os corpos vivem e produzem o espaço. Impregnado nisso, o patriarcado participa da produção do espaço, e assim ele também produz espaço ao controlar corpos, regular a sexualidade, disciplinar a circulação feminina, definir usos permitidos e proibidos do espaço que, ao ser fragmentado como espaço abstrato, encontra correspondência na fragmentação social do corpo feminino — cuja objetificação constitui um momento concreto da produção espacial da sociedade patriarcal.

O espaço social é uma dimensão ativa da reprodução dessa sociedade que se expressa na organização patriarcal da cidade. Apesar de sua função de reprodução da dominação, o espaço abstrato contém contradições internas que abrem caminho para o que Lefebvre chama de espaço diferencial, tópico importante para afirmar que o espaço social não apenas reproduz o patriarcado, mas também pode revelar possibilidades de sua contestação como seu pleito pelo Direito à cidade dos homens.

O direito à cidade formulado por Henri Lefebvre constitui uma crítica radical à urbanização capitalista. No entanto, quando desarticulado da análise das relações patriarcais e da reprodução social da força de trabalho, esse conceito pode ser esvaziado de seu conteúdo revolucionário. A noção de cidade dos homens permite revelar como o urbano moderno reproduz simultaneamente as relações de classe e as hierarquias patriarcais que sustentam a propriedade e a lógica do valor. Direito à cidade dos homens ocorre quando não se reconhece que a reprodução do capitalismo depende também da reprodução patriarcal. Afinal, o chamado “direito à cidade”, quando não articulado à crítica do patriarcado e da propriedade privada, corre o risco de se converter apenas no direito à cidade dos homens, isto é, na reafirmação da forma urbana produzida pelo metabolismo social do capital.

Na arquitetura espacial na cidade dos homens, o patriarcado constitui uma abstração concreta espacializada, visível, na monumentalidade, nas hierarquias urbanas, na organização dos usos do espaço, nas instituições e infraestruturas da cidade. A separação público–privado funciona como dispositivo espacial de ocultamento da exploração do trabalho reprodutivo. A verticalidade urbana constitui uma forma espacial de manifestação da falocracia na cidade moderna. A cidade moderna não apenas abriga relações patriarcais, mas as materializa em sua própria arquitetura espacial. A monumentalidade, o código urbano, a separação entre público e privado e a verticalidade falocrática constituem formas através das quais o patriarcado se converte em espaço, organizando práticas, hierarquias e experiências cotidianas na cidade dos homens.

A análise desenvolvida indica que a crítica à urbanização capitalista somente se realiza plenamente quando articulada à crítica das relações patriarcais. Desse modo, a reflexão proposta aponta a necessidade de uma perspectiva teórica e política capaz de integrar classe, reprodução social e espacialidade das relações patriarcais na análise da cidade contemporânea.

Para concluir, a presente pesquisa almejou contribuir para o debate acerca das questões que visam compreender a produção do espaço para enfrentar os fundamentos sociais que sustentam a desigualdade e abrir caminho para a construção de uma cidade verdadeiramente emancipada. Pretende-se que futuros estudos construam críticas à cidade dos homens que ajudem a explicar estruturalmente a violência contra as mulheres — inclusive fenômenos extremos como o feminicídio —, a violência não como um desvio social, mas como expressão concreta da

racionalidade patriarcal do espaço. A cidade dos homens é a forma espacial concreta do patriarcado moderno.

REFERÊNCIAS

ALADRO, Almendra. Las mujeres en Lefebvre: por una relectura del espacio urbano desde los feminismos marxistas. **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2021.

ALFREDO, Anselmo. O mundo moderno e o espaço: apreciações sobre a contribuição de henri lefebvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 19, pp. 53-79, 2006.

ARUZZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Titti, FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1° Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

Atlas da violência 2025. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)**, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1.

BEVEDER, Mónica Brun. Considerações sobre a reprodução das relações sociais e a produção do espaço no pensamento de Henri Lefebvre. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 3, p. 1–17, ago./dez. 2014.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, Paris, n. 225, p. 70-88, 2009. DOI: 10.3917/dio.225.0070.

BLUM, Virginia; NAST, Heidi. Where's the difference? The heterosexualization of alterity in Henri Lefebvre and Jacques Lacan. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 14, n. 5, p. 559-580, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “Organização” à “Produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 53-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, SANTOS, César Simoni, ALVAREZ, Isabel Pinto. Geografia urbana crítica: teoria e método. *In.*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Geografia crítica-radical e a teoria social**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, SANTOS, César Simoni, ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica**: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. 1. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade [recurso eletrônico]**. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz, SILVA, José Danilo Santana. O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria. *In.*: MENEZES, Sócrates. **O destino da crítica geográfica e a dialética da produção social do espaço**. São Cristóvão - SE: Editora UFS, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>> Acesso em: 18 mar. 2025.

CREVELS, Eric. Aspectos da conceituação do trabalho em Marx: a alienação como abstração concreta. **Marx e o Marxismo**, v. 8, n. 14, p. 93-114, jan./jun. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FALÚ, A. El derecho de las mujeres a la ciudad: espacios públicos sin discriminaciones y violencias. **Revista Vivienda y Ciudad, Córdoba**, v. 1, p. 10-28, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiahi. São Paulo: Boitempo, 2021.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 23, pp. 125 - 132, 2008.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2(1): 29 - 49, junho – 2004.

HARTMANN, Heidi. **The unhappy marriage of Marxism and feminism**: Towards a more progressive union. *Capital & Class*, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. [61-73], 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?form>. Acesso em: 24 de março de 2025.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. **A dialética do abstrato e do concreto em O Capital de Karl Marx**. Tradução de Marcelo José de Souza e Silva. 1. ed. São Paulo: Lutas Anticapital, 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S. A., 1969.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 2. Ed. Paris: Éditions anthropos, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. Basil Blackwell Ltd 108 Cowley Road, Oxford, OX4 1JF, UK, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. 1. ed. São Paulo - SP: Editora Ática S.A, 1991b.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991c.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Centauro, 2001a.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política: o direito à cidade II**. Tradução: Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski, Sérgio Martins. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. 1. Ed. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **El Materialismo Dialéctico**. Ediciones Elaleph.com, 1999. D

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. Ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. O processo de Produção do Capital; V.1, Tomo 1., 4ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. *In.*: MARTINS, José de Souza, (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo - SP: Editora Hucitec, 1996.

MATOS, M. Izilda S. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. **Projeto História**, São Paulo, v. 13, p. 129-149, 1996.

MENEZES, Sócrates Oliveira. A espacialização da crise do capital e a gênese da forma-ruína. **Estudos Geográficos**: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 22, n. 1, p. 75-85, maio 2024.

MENEZES, Sócrates Oliveira. O destino da crítica geográfica e a dialética da produção social do espaço. *In.*: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Org.). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis**: português, inglês. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. 2. Ed. Rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 160p.

PÉREZ SANZ, P.; GREGORIO GIL, C. El derecho a la ciudad desde la etnografía feminista: politizar emociones y resistencias en el espacio urbano. **Revista INV**, v. 35, n. 99, p. 1-33, 2020.

PETRONE, Talíria. Prefácio. *In.*: ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 11-13.

PICASSO, Pablo. **A mulher que Chora**. 1937. Óleo sobre tela. Tate Modern, Londres.

PICASSO, Pablo. **Guernica**. 1937. Óleo sobre tela, 349.3 cm x 776.6 cm. Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, Madrid.

PICASSO, Pablo. **As Senhoritas de Avignon (Les Demoiselles d'Avignon)**. 1907. Óleo sobre tela, 243.9 cm x 233.7 cm. Museum of Modern Art (MoMA), Nova Iorque.

RUAS, Rhaysa Sampaio. Teoria da Reprodução Social: apontamentos desde uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas / Social Reproduction Theory: notes for a Unitary Theory of capitalist social relations. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 379–415, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/46086>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARAIVA, Clara Gomes. Notas preliminares sobre capitalismo e patriarcado: o debate entre a teoria unitária e o feminismo materialista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e77830, 2022.

SILVA, Sueli Maria. Gênero e Geografia: Diálogos e Interseções. **Formação (Presidente Prudente)**, v. 1, n. 16, p. 29-49, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Diálogos entre Henri Lefebvre e as perspectivas feministas: o espaço diferencial como possibilidade. **Revista da ANPEGE**, v. 18, n. 36, out. 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16299. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/16299>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. Revised Edition. New York: Columbia University Press, 1995.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. In.: JELIN, C.; SAFATLE, V. (Orgs.). **Feminismo e crítica da razão neoliberal**. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 19-48.

SCHOLZ, Roswitha. **O sexo do capitalismo: Teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado**. Tradução de Camila Massaro de Góes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

SCHMID, Christian. Henri Lefebvre, the right to the city and the new metropolitan mainstream. In.: BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit (org.). **Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city**. New York: Routledge, 2012.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Painel interativo de dados sobre violência. Relatório eletrônico (Power BI)**. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWUwOWJhYmYtZjAzNi00ZmRkLWJlZmMtODQ3NjdlZmZjNTZlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTlRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SIMONSEN, Kirsten. Bodies, sensations, space and time: the contribution from Henri Lefebvre. **Geoforum**, v. 36, n. 6, p. 1-14, 2005.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1988.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global study on homicide 2023. Vienna: **UNODC, 2023**. Disponível em: <https://www.unodc.org>. Acesso em: 30 jan. 2026.

VIANA, Nildo. Henri Lefebvre e a reprodução do capitalismo. *In.*: LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. 1. ed. Goiânia: Edições Redelp, 2020.